**Ano XXIX** 

## DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE

N° 5786



# **BOA VISTA**

Sexta-feira 13 de Janeiro de 2023

Criado pelo decreto nº 2171, de 12 de abril de 1993.

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

## SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



## DECRETO N°. 245 (O), DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N°. 2.234

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais.

#### **DECRETA:**

Art. 1°. - Fica aberto no orçamento vigente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 1.386.730,22 distribuídos nas seguintes dotações:

## SUPLEMENTAÇÃO (+)

1.386.730,22

## 020701 Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC

205	12.361.0016.2036.0000 3.3.50.43.00	Assistência ao Educando do Ensino Fundamental Subvenções Sociais	
	F.R.: 1.500.1001	Recursos não Vinculados de Impostos	
	200.000	Educação - Despesas com MDE	385,00
241	12.367.0017.2042.0000	Acessibilidade a Alunos Especiais	
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	F.R.: 1.500.1001	Recursos não Vinculados de Impostos	
	200.000	Educação - Despesas com MDE	41.403,66
259	12.361.0018.2046.0000	Assistência ao Educando - Ensino Fundamental - Educação	Indígena
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	F.R.: 1.500.1001	Recursos não Vinculados de Impostos	
	200.000	Educação - Despesas com MDE	178.448,22
268	12.365.0078.2050.0000	Assistência ao Educando da Educ. Infantil - Creches	
	3.3.50.43.00	Subvenções Sociais	
	F.R.: 1.500.1001	Recursos não Vinculados de Impostos	
	200.000	Educação - Despesas com MDE	13.140,00
298	12.365.0078.2055.0000	Assistência ao Educando da Educ. Infantil - Pré-Escola	
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	F.R.: 1.500.1001	Recursos não Vinculados de Impostos	
	200.000	Educação - Despesas com MDE	350.009,18



### DECRETO N°. 245 (O), DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N°. 2.234

020702	FUNDEB	
312	12.361.0020.2060.0000 3.1.90.04.00 F.R.: 1.540.1070 230.000	Ensino Fundamental Contratação por Tempo Determinado Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos FUNDEB 70% 37.072,53
314	12.361.0020.2060.0000 3.1.90.11.00 F.R.: 1.540.1070 230.000	Ensino Fundamental Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos FUNDEB 70% 658.602,91
316	12.361.0020.2060.0000 3.1.91.13.00 F.R.: 1.540.1070 230.000	Ensino Fundamental Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos FUNDEB 70% 53.788,42
319	12.361.0020.2060.0000 3.3.90.39.00 F.R.: 1.540.0000 240.000	Ensino Fundamental Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos FUNDEB 30% 53.880,30

Art. 2°. - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

**EXCESSO:** 1.386.730,22

## PODER EXECUTIVO

**Prefeito** Arthur Henrique Brandão Machado **Vice-Prefeito** Cassio Murilo Gomes Procuradoria Geral do Município Marcela Medeiros Queiroz Franco Controladoria Geral do Município Wilker Vieira da Costa **Consultor Geral** 

Emilson Pinheiro Coelho Neto

SECRETARIAS MUNICIPAIS Secretaria Municipal de Governo - SMGOV Lairto Estevão de Lima Silva Secretaria Municipal de Licitações e Compras - SMLIC Cláudio Galvão dos Santos
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas - SMAG
Lincoln Oliveira da Silva

Administração e Cultura - SMEC Secretaria Municipal da Educação e Cultura - SMEC Maria Consuêlo Sales Silva Secretaria Municipal da Saúde - SMSA Regiane Batista Matos Secretaria Municipal de Obras - SMO

Marcelo Hipólito Moreira Neto Secretaria Municipal de Gestão Social – SEMGES Nathalia Mimosa Cortez Diogenes

Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças - SEPF Márcio Vinicius de Souza Almeida Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI Guilherme Carneiro Adjuto Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SMSP

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA

Agência Reguladora Municipal -

Secretaria Municipal de Comunicação - SEMUC Paulo Ronison Amorim de Souza Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito - SMST Jullyerre Pablo Lima da Silva Secretaria Municipal de Convênios - SEMCONV Cremildes Duarte Ramos
Secretaria Municipal de Tecnologia e Inclusão Digital - SMTI
Antonio Celso de Paula Albuquerque Filho
Secretaria Municipal de Projetos Especiais - SMPE Andréia Neres Ferreiro Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - EMHUR Sérgio Pillon Guerra Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa **Vista - FETEC** Daniel Soares Lima

## DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA

Editado pelo Departamento do Diário Oficial do Município - GPDO/SMAG ADMINISTRAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Palácio 9 de Julho - Rua General Penha Brasil, Nº 1011 - São Francisco - Boa Vista - Roraima Telefone: (95) 3621-1741 - Telefax (95) 3623 - 2611 - Site: www.boavista.rr.gov.br Antonia Beatriz Lima da Silva - Diretora Kaciana Rodrigues da Silva - Diagramadora

Fontes de Recurso

**Art. 3°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de dezembro de 2022.

Boa Vista-RR, 28 de dezembro de 2022.

## ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO

Prefeito de Boa Vista



## DECRETO N°. 247 (O), DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 5°, da Lei N°. 2.234 de 24/12/2021, orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2022.

### **DECRETA:**

**Art.1°.** Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022.

**Art.2°.** A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei Nº. 2.234 de 24/12/2021) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

**Art. 3°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de dezembro de 2022.

Boa Vista-RR, 28 de dezembro de 2022.

ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO
Prefeito de Boa Vista



## DECRETO N°. 247 (O), DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022

#### **ANEXO**

## **ACRÉSCIMOS**

LOCAL: 02 Executivo

020201 Gabinete Executivo - GABEXEC

Ficha: 35 04.122.0003.2007.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos do GABEXEC

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 6.650,57

Ficha: 36 04.122.0003.2007.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos do GABEXEC

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 1.540,27

LOCAL: 02 Executivo

020801 Fundo Municipal de Saúde – FMS

Ficha: 469 10.122.0029.2084.0000 Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

F.R: 1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos

300.000 Saúde - Despesas com ASPS 11.069,56

LOCAL: 02 Executivo

020803 Gestão da Atenção Básica

Ficha: 504 10.301.0033.2092.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da Atenção Primária

à Saúde

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos

300.000 Saúde - Despesas com ASPS 8.790,29

Ficha: 510 10.301.0033.2092.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da Atenção Primária

à Saúde

3.1.91.13.00 Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário F.R: 1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos

300.000 Saúde - Despesas com ASPS 1.131,05



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

05943030/0001-55 Exercício: 2022

### DECRETO N°. 247 (O), DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022

### **ACRÉSCIMOS**

LOCAL: 02 Executivo

020804 Gestão da Assist. de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

Ficha: 561 10.302.0034.2099.0000 Administração de Pessoal de Recursos Humanos da Atenção da

Assistência de Média e Alta Complexidade

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos

300.000 Saúde - Despesas com ASPS 100.000,00

## TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES

129.181,74



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

05943030/0001-55 Exercício: 2022

## DECRETO N°. 247 (O), DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

LOCAL: 02 Executivo

020402 Ouvidoria Geral do Município - OGM

Ficha: 121 04.124.0010.2020.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da OGM

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -8.190,84

LOCAL: 02 Executivo

020601 Secretaria Municipal de Adm. e Gestão de Pessoas - SMAG

Ficha: 135 04.122.0012.2023.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMAG

3.3.90.30.00 Material de Consumo

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -100.000,00

LOCAL: 02 Executivo

020804 Gestão da Assist. de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

Ficha: 573 10.302.0034.2101.0000 Acesso aos Procedimentos Realizados pelo Serviço de

Atendimento Móvel de Urgência e Emergência - SAMU

3.3.90.30.00 Material de Consumo

F.R: 1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos

300.000 Saúde - Despesas com ASPS -990,90

LOCAL: 02 Executivo

020805 Assistência Farmacêutica

Ficha: 596 10.303.0035.2103.0000 Manutenção e Melhoria dos Serviços de Assistência Farmacêutica no

Âmbito da Atenção Básica

3.3.90.91.00 Sentenças Judiciais

F.R: 1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos

Saúde - Despesas com ASPS 300.000 -20.000,00

### TOTAL DAS ANULAÇÕES

-129.181,74



## DECRETO N°. 248 (O), DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N°. 2.234

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

## O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais.

### **DECRETA:**

Art. 1º. - Fica aberto no orçamento vigente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 177.695,24 distribuídos nas seguintes dotações:

## SUPLEMENTAÇÃO (+)

177.695,24

010101	Câmara Municipal		
1	01.031.0001.2001.0000 3.3.90.14.00	Manutenção dos Serviços Administrativos da Câmara Munic Diárias - Civil	cipal de Boa Vista
	F.R.: 1.500.0000 100.000	Recursos não Vinculados de Impostos Geral	100.000,00
020601	Secretaria Municipal de	Adm. e Gestão de Pessoas – SMAG	
140	04.122.0012.2023.0000 3.3.90.39.00 F.R.: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMAG Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos Geral	17.347,92
020701	Secretaria Municipal de	Educação e Cultura – SMEC	
183	12.361.0015.2031.0000 3.3.90.39.00 F.R.: 1.500.1001 200.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMEC Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos Educação - Despesas com MDE	23.849,75
207	12.361.0016.2036.0000 3.3.90.30.00	Assistência ao Educando do Ensino Fundamental Material de Consumo	
	F.R.: 1.500.1001 200.000	Recursos não Vinculados de Impostos Educação - Despesas com MDE	7.668,50



## **DECRETO N°. 248 (O), DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI N°. 2.234**

020702	FUNDED
UZU/UZ	FUNDEB

345 12.365.0078.2063.0000 Educação Infantil / Pré-Escola

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

F.R.: 1.540.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 240.000 FUNDEB 30% 18.479,07

## 021101 Secretaria Munic. de Economia Planej. e Finanças – SEPF

922 28.846.0053.2195.00000 Encargos Gerais do Município

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

F.R.: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

100000 GERAL 10.350,00

Art. 2°. - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

## ANULAÇÃO:

## 010101 Câmara Municipal

6	01.031.0001.2001.0000	Manutenção dos Serviços Administrativos da Câmara M	unicipal de Boa Vista
	3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	F.R.: 1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	

100.000 Geral -100.000,00

## 020601 Secretaria Municipal de Adm. e Gestão de Pessoas - SMAG

138 04.122.0012.2023.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMAG

3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria

F.R.: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -17.347,92

### 020701 Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC

184 12.361.0015.2031.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMEC

3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas F.R.: 1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos

200.000 Educação - Despesas com MDE -6.464,49



## **DECRETO Nº. 248 (O), DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 - LEI Nº. 2.234**

020701	Secretaria	Municipal	de Educação e	Cultura – SMEC
U <b>2</b> U/UI	occi ctai ia	municipai	ut Euutatav t	Cultula - SMILC

188	12.361.0015.2031.0000 4.4.90.52.00 F.R.: 1.500.1001 200.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMEC Equipamentos e Material Permanente Recursos não Vinculados de Impostos Educação - Despesas com MDE	-17.385,26
205	12.361.0016.2036.0000 3.3.50.43.00 F.R.: 1.500.1001 200.000	Assistência ao Educando do Ensino Fundamental Subvenções Sociais Recursos não Vinculados de Impostos Educação - Despesas com MDE	-7.668,50

## **020702 FUNDEB**

343	12.365.0078.2063.0000	Educação Infantil / Pré-Escola	
	3.3.90.30.00	Material de Consumo	
	F.R.: 1.540.0000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
	240.000	FUNDEB 30% -18.479,07	

### Secretaria Munic. de Economia Planej. e Finanças – SEPF 021101

924	28.846.0053.2195.0000	Encargos Gerais do Município	
	3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	
	F.R.: 1.500.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	
	100.000	Geral	-10.350,00

ANULAÇÃO (-) -177.695,24

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de dezembro de 2022.

Boa Vista-RR, 28 de dezembro de 2022.

ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO

Prefeito de Boa Vista



## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2022

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 5°, da Lei N°. 2.234 de 24/12/2021, orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2022.

## **DECRETA:**

**Art.1º.** Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022.

**Art.2°.** A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei Nº. 2.234 de 24/12/2021) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

**Art. 3°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de dezembro de 2022.

Boa Vista-RR, 22 de dezembro de 2022.

ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO

Prefeito de Boa Vista



## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

#### **ANEXO**

### **ACRÉSCIMOS**

LOCAL: 02 Executivo

020201 Gabinete Executivo - GABEXEC

Ficha: 35 04.122.0003.2007.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos do GABEXEC

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 542.964,49

LOCAL: 02 Executivo

020301 Procuradoria Geral do Município - PGM

Ficha: 59 04.122.0007.2012.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da PGM

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 585.420,20

LOCAL: 02 Executivo

020501 Comissão Permanente de Licitação - CPL

Ficha: 130 04.122.0011.2022.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da CPL

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 135.710,46

LOCAL: 02 Executivo

020703 Fundação de Educ., Turismo, Esporte e Cult. de Boa Vista - FETEC

Ficha: 394 04.122.0024.2073.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da FETEC

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 606.803,86

Ficha: 395 04.122.0024.2073.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da FETEC

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 90.000,00

Ficha: 398 04.122.0024.2073.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da FETEC

3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 80.000.00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

### **ACRÉSCIMOS**

LOCAL: 02 Executivo

020703 Fundação de Educ., Turismo, Esporte e Cult. de Boa Vista - FETEC

Ficha: 400 04.122.0024.2073.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da FETEC

3.1.91.13.00 Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 87.000,00

Ficha: 402 04.122.0024.2073.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da FETEC

3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 15.000,00

LOCAL: 02 Executivo

020804 Gestão da Assist. de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

Ficha: 561 10.302.0034.2099.0000 Administração de Pessoal de Recursos Humanos da Assistência de

Média e Alta Complexidade

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

300.000 Saúde - Despesas com ASPS 4.429.875,50

LOCAL: 02 Executivo

021401 Secretaria Municipal de Comunicação – SEMUC

Ficha: 1071 04.131.0065.2233.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMUC

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 103.868,22

LOCAL: 02 Executivo

021501 Secretaria Municipal de Segurança, Urbana e Trânsito - SMST

Ficha: 1087 06.122.0066.2236.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SMST

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral 657.874,14

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES

7.334.516,87



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA** 05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

## LOCAL: 02 Executivo

020302 Secretaria Executiva de Defesa do Consumidor - SEDC

Ficha:	68	04.122.0008.2014.0000 3.3.90.14.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SEDC Diárias - Civil Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-43.569,00
Ficha:	69	04.122.0008.2014.0000 3.3.90.30.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SEDC Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-196.726,60
Ficha:	71	04.122.0008.2014.0000 3.3.90.33.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SEDC Passagens e Despesas com Locomoção Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-55.578,69
Ficha:	72	04.122.0008.2014.0000 3.3.90.36.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SEDC Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-11.825,00
Ficha:	74	04.122.0008.2014.0000 3.3.90.39.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SEDC Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-71.126,05
Ficha:	76	04.122.0008.2014.0000 3.3.90.93.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SEDC Indenizações e Restituições Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-11.035,00
Ficha:	77	04.122.0008.2014.0000 4.4.90.52.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SEDC Equipamentos e Material Permanente Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-206.460,32
Ficha:	79	04.122.0008.2014.0000 3.3.90.92.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SEDC Despesas de Exercícios Anteriores Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-17.475,00



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA** 05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

## LOCAL: 02 Executivo

## 020302 Secretaria Executiva de Defesa do Consumidor - SEDC

Ficha:	80	04.122.0008.2014.0000 4.4.90.92.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SEDC Despesas de Exercícios Anteriores Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-25.800,00
Ficha:	85	04.122.0008.2015.0000 3.1.90.94.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEDO Indenizações e Restituições Trabalhistas Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-26.486,00
Ficha:	86	04.122.0008.2015.0000 3.1.90.96.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEDO Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-5.517,00
Ficha:	87	04.122.0008.2015.0000 3.1.91.13.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SED Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário Recursos não Vinculados de Impostos Geral	C -12.903,70
Ficha:	88	04.125.0008.2276.0000 3.3.90.30.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Fiscalização do Mercado de Consumo Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-10.350,00
Ficha:	89	04.125.0008.2276.0000 3.3.90.32.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Fiscalização do Mercado de Consumo Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-48.650,00
Ficha:	90	04.125.0008.2276.0000 3.3.90.36.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Fiscalização do Mercado de Consumo Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-5.000,00



## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

## LOCAL: 02 Executivo

## 020302 Secretaria Executiva de Defesa do Consumidor - SEDC

Ficha:	91	04.125.0008.2276.0000 3.3.90.39.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Fiscalização do Mercado de Consumo Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-30.000,00
Ficha:	92	04.125.0008.2276.0000 4.4.90.52.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Fiscalização do Mercado de Consumo Equipamentos e Material Permanente Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-15.000,00
Ficha:	93	14.243.0078.2277.0000 3.3.90.30.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Educação Sobre o Direito do Consumidor Voltado à Pri Infância Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-40.000,00
Ficha:	94	14.243.0078.2277.0000 3.3.90.32.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Educação Sobre o Direito do Consumidor Voltado à Pri Infância Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-60.000,00
Ficha:	95	14.243.0078.2277.0000 3.3.90.36.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Educação Sobre o Direito do Consumidor Voltado à Pri Infância Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-15.000,00
Ficha:	96	14.243.0078.2277.0000 3.3.90.39.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Educação Sobre o Direito do Consumidor Voltado à Pr Infância Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-20.000,00
Ficha:	97	14.243.0078.2277.0000 4.4.90.52.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Educação Sobre o Direito do Consumidor Voltado à Pri Infância Equipamentos e Material Permanente Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-15.000,00



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA** 05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

LOCAL:	02	Executivo
--------	----	-----------

020401 Controladoria Geral do Município - CGM

Ficha:	98	04.124.0009.2016.0000 3.3.90.14.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da CGM Diárias - Civil Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-20.627,20
Ficha:	99	04.124.0009.2016.0000 3.3.90.30.00 F.R: 1.500.0000 100000	Gestão das Atividades Administrativas da CGM Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-10.471,00
Ficha:	100	04.124.0009.2016.0000 3.3.90.33.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da CGM Passagens e Despesas com Locomoção Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-3.135,00
Ficha:	102	04.124.0009.2016.0000 3.3.90.39.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da CGM Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-8.218,01
Ficha:	105	04.124.0009.2016.0000 4.4.90.52.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da CGM Equipamentos e Material Permanente Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-1.722,93
Ficha:	108	04.124.0009.2017.0000 3.1.90.11.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da CGN Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-102.610,35
Ficha:	109	04.124.0009.2017.0000 3.1.90.13.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da CGN Obrigações Patronais Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-46.128,54
Ficha:	112	04.124.0009.2017.0000 3.1.91.13.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da CGN Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-4.607,50



## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

LOCAL: 02 Executivo

020401 Controladoria Geral do Município - CGM

Ficha: 113 04.124.0009.2018.0000 Capacitação de Servidores da CGM

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -1.100,00

Ficha: 114 04.124.0009.2018.0000 Capacitação de Servidores da CGM

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -1.035,00

LOCAL: 02 Executivo

020402 Ouvidoria Geral do Município - OGM

Ficha: 120 04.124.0010.2020.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da OGM

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -51.196,11

Ficha: 121 04.124.0010.2020.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da OGM

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -1.869,95

LOCAL: 02 Executivo

020601 Secretaria Municipal de Adm. e Gestão de Pessoas - SMAG

Ficha: 134 04.122.0012.2023.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMAG

3.3.90.14.00 Diárias - Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -15.177,77

Ficha: 135 04.122.0012.2023.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMAG

3.3.90.30.00 Material de Consumo

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -163.540,24

Ficha: 136 04.122.0012.2023.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMAG

3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -7.275,49



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA** 05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

## LOCAL: 02 Executivo

## 020601 Secretaria Municipal de Adm. e Gestão de Pessoas - SMAG

		_		
Ficha:	137	04.122.0012.2023.0000 3.3.90.33.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMAG Passagens e Despesas com Locomoção Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-158.015,68
Ficha:	141	04.122.0012.2023.0000 3.3.90.40.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMAG Serviços de Tecnologia da Informação Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-58.735,78
Ficha:	142	04.122.0012.2023.0000 3.3.90.92.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMAG Despesas de Exercícios Anteriores Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-21.568,93
Ficha:	143	04.122.0012.2023.0000 4.4.90.52.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMAG Equipamentos e Material Permanente Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-66.515,12
Ficha:	147	04.122.0012.2024.0000 3.1.90.11.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SM Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-318.250,47
Ficha:	150	04.122.0012.2024.0000 3.1.90.94.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SM Indenizações e Restituições Trabalhistas Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-239.578,68
Ficha:	154	04.128.0012.2025.0000 3.3.90.30.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Manutenção das Atividades da EMAP Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-14.773,00
Ficha:	155	04.128.0012.2025.0000 3.3.90.36.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Manutenção das Atividades da EMAP Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-28.325,00



## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

### REDUÇÕES

LOCAL: 02 Executivo

020601 Secretaria Municipal de Adm. e Gestão de Pessoas - SMAG

Ficha: 157 04.128.0012.2025.0000 Manutenção das Atividades da EMAP

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -26.626,38

LOCAL: 02 Executivo

020901 Secretaria Municipal de Obras - SMO

Ficha: 648 04.122.0037.2110.0000 Gestão da Secretaria Municipal de Obras

3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do Militar

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -60,56

Ficha: 651 04.122.0037.2110.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SMO

3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -63.110,03

LOCAL: 02 Executivo

021101 Secretaria Munic. de Economia Planej. e Finanças - SEPF

Ficha: 898 04.122.0051.2192.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEPF

3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do Militar

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -18.174,06

Ficha: 899 04.122.0051.2192.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEPF

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -25.668,65

Ficha: 900 04.122.0051.2192.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEPF

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -672.676,99

Ficha: 901 04.122.0051.2192.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEPF

3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -61.442,73



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## **REDUÇÕES**

LOCAL: 02 Executivo

021101 Secretaria Munic. de Economia Planej. e Finanças - SEPF

Ficha: 902 04.122.0051.2192.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEPF

3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -39.601,75

Ficha: 903 04.122.0051.2192.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEPF

3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -51.750,00

Ficha: 904 04.122.0051.2192.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEPF

3.1.91.13.00 Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -380.061,56

LOCAL: 02 Executivo

963

Ficha:

021201 Secretaria Munic. de Agricultura e Assuntos Indígenas-SMAAI

20.244.0022.2206.0000 Auxílio Agrícola 3.3.90.30.00 Material de Consumo

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -2.100,00

Ficha: 937 20.122.0054.2198.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMAAI

3.3.90.14.00 Diárias - Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -1.444,34

Ficha: 938 20.122.0054.2198.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMAAI

3.3.90.30.00 Material de Consumo

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -93.300,04

Ficha: 939 20.122.0054.2198.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMAAI

3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -0,26





## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

## LOCAL: 02 Executivo

## 021201 Secretaria Munic. de Agricultura e Assuntos Indígenas-SMAAI

			e e	
Ficha:	940	20.122.0054.2198.0000 3.3.90.33.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMAAI Passagens e Despesas com Locomoção Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-58.135,98
Ficha:	941	20.122.0054.2198.0000 3.3.90.36.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMAAI Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-1.035,00
Ficha:	942	20.122.0054.2198.0000 3.3.90.39.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMAAI Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-64.443,18
Ficha:	944	20.122.0054.2198.0000 3.3.90.93.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMAAI Indenizações e Restituições Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-1.000,00
Ficha:	947	20.122.0054.2198.0000 4.4.90.52.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Gestão das Atividades Administrativas da SMAAI Equipamentos e Material Permanente Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-48.914,51
Ficha:	948	20.122.0054.2199.0000 3.3.90.08.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SM Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do Milit Recursos não Vinculados de Impostos Geral	
Ficha:	949	20.122.0054.2199.0000 3.1.90.11.00 F.R: 15000000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SM Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-873.829,11
Ficha:	950	20.122.0054.2199.0000 3.1.90.13.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SM Obrigações Patronais Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-113.619,36



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA** 05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

## LOCAL: 02 Executivo

## 021201 Secretaria Munic. de Agricultura e Assuntos Indígenas-SMAAI

Ficha:	951	20.122.0054.2199.0000 3.1.90.92.00 F.R: 1.500.0000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SM Despesas de Exercícios Anteriores Recursos não Vinculados de Impostos	
		100.000	Geral	-1.035,00
Ficha:	953	20.122.0054.2199.0000 3.1.91.13.00 F.R: 1.500.0000	Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SM Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário Recursos não Vinculados de Impostos	IAAI
		100.000	Geral	-45.931,55
Ficha:	955	20.122.0054.2204.0000 4.4.90.51.00	Construção do Galpão no Centro de Difusão Tecnológ Obras e Instalações	ica - CDT
		F.R: 1.500.0000 100.000	Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-132.238,57
Ficha:	931	14.423.0055.2201.0000 3.3.90.30.00 F.R: 1.500.0000	Piscicultura Indígena Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos	
		100.000	Geral	-1.000,00
Ficha:	932	14.423.0055.2201.0000 3.3.90.32.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Piscicultura Indígena Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-67.171,96
Ficha:	933	14.423.0055.2201.0000 3.3.90.39.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Piscicultura Indígena Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-101.831,75
Ficha:	935	14.423.0055.2202.0000 3.3.90.30.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Vacinação de Bovinos Material de Consumo Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-24.575,00
Ficha:	936	14.423.0055.2202.0000 3.3.90.32.00 F.R: 1.500.0000 100.000	Vacinação de Bovinos Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Recursos não Vinculados de Impostos Geral	-1.500,00
			= ====	1.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## **REDUÇÕES**

LOCAL: 02 Executivo

021201 Secretaria Munic. de Agricultura e Assuntos Indígenas-SMAAI

Ficha: 960 20.605.0056.2203.0000 Apoio Logístico

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -75.233,44

Ficha: 961 20.605.0056.2203.0000 Apoio Logístico

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -132.160,00

LOCAL: 02 Executivo

021401 Secretaria Municipal de Comunicação - SEMUC

Ficha: 1065 04.131.0065.2232.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SEMUC

3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -4.801,39

Ficha: 1067 04.131.0065.2232.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SEMUC

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -8.777,55

Ficha: 1068 04.131.0065.2232.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SEMUC

3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -15.259,97

Ficha: 1070 04.131.0065.2233.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMUC

3.3.90.08.00 Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do Militar

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -245,00

Ficha: 1072 04.131.0065.2233.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMUC

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -32.341,11



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## **REDUÇÕES**

LOCAL: 02 Executivo

021401 Secretaria Municipal de Comunicação - SEMUC

Ficha: 1073 04.131.0065.2233.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMUC

3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -5.881,11

Ficha: 1075 04.131.0065.2233.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMUC

3.1.91.13.00 Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -38.872,72

LOCAL: 02 Executivo

021601 Secretaria Municipal de Convênios - SEMCONV

Ficha: 1164 04.122.0070.2248.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMCONV

3.3.90.08.00 Outros Beneficios Assistenciais do servidor e F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -675,00

Ficha: 1165 04.122.0070.2248.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMCONV

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -613.135,58

Ficha: 1166 04.122.0070.2248.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMCONV

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -127.879,19

Ficha: 1167 04.122.0070.2248.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMCONV

3.1.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -8.000,00

Ficha: 1168 04.122.0070.2248.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMCONV

3.1.90.94.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -6.400,00





## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

LOCAL: 02 Executivo

021601 Secretaria Municipal de Convênios - SEMCONV

Ficha: 1169 04.122.0070.2248.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMCONV

3.1.90.96.00 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -4.000,00

Ficha: 1170 04.122.0070.2248.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SEMCONV

3.1.91.13.00 Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -4.000,00

LOCAL: 02 Executivo

021701 Secretaria Municipal de Tecnologia e Inclusão Digital - SMTI

Ficha: 1171 04.122.0071.2250.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMTI

3.3.90.14.00 Diárias - Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -16.451,00

Ficha: 1175 04.122.0071.2250.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMTI

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -8.104,13

Ficha: 1179 04.122.0071.2251.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SMTI

3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

F.R: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -7.256,77

Ficha: 1184 04.122.0072.2252.0000 Modernização da Governança da TI

3.3.90.35.00 Serviços de Consultoria

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -200.000,00

Ficha: 1185 04.122.0072.2252.0000 Modernização da Governança da TI

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -50.000,00

Ficha: 1196 04.122.0072.2256.0000 Proteção de Dados e Monitoramento Cibernético

3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -4.657.00

-5.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

LOCAL:	02	Executivo
LOCAL.	V=	LACCUUTYU

021701 Secretaria Municipal de Tecnologia e Inclusão Digital - SMTI

Ficha: 1197 04.122.0072.2256.0000 Proteção de Dados e Monitoramento Cibernético Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00 F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100.000 Geral -4.063,00 Ficha: 1199 04.122.0072.2257.0000 Processamento de Dados Geográficos Despesas de Exercícios Anteriores 3.3.90.92.00 F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100.000 Geral -5.175,00 1200 04.122.0072.2257.0000 Ficha: Processamento de Dados Geográficos 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100.000 Geral -350,00 1202 04.122.0072.2258.0000 Ficha: Boa Vista Online 3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100.000 Geral -5.175,00 Ficha: 1203 04.122.0072.2258.0000 Boa Vista Online Equipamentos e Material Permanente 4.4.90.52.00 F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100.000 Geral -5.278,00 Ficha: 1209 04.122.0072.2259.0000 Incentivo à Inovação 3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores

### LOCAL: 02 Executivo

F.R: 1.500.0000

100.000

### 021801 Secretaria Municipal de Projetos Especiais - SMPE

Ficha:	1210 04.122.0075.2260.0000	Gestão das Atividades Administrativas da SMPE
--------	----------------------------	---

Geral

3.3.90.14.00 Diárias - Civil

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -8.475,86

Recursos não Vinculados de Impostos

-6.211,16



## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

LOCAL: 02 Executivo

100.000

021801 Secretaria Municipal de Projetos Especiais - SMPE

Ficha: 1211 04.122.0075.2260.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMPE 3.3.90.30.00 Material de Consumo F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100.000 Geral -186.726,02 1212 04.122.0075.2260.0000 Ficha: Gestão das Atividades Administrativas da SMPE 3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção Recursos não Vinculados de Impostos F.R: 1.500.0000 100.000 Geral -25.507,30 Ficha: 1213 04.122.0075.2260.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMPE Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 3.3.90.36.00 F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100.000 -0,40Geral Ficha: 1214 04.122.0075.2260.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMPE Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 3.3.90.39.00 Recursos não Vinculados de Impostos F.R: 1.500.0000 100.000 Geral -111.292,20 Ficha: 1215 04.122.0075.2260.0000 Gestão das Atividades Administrativas da SMPE 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100.000 Geral -60.822,44 1216 04.122.0075.2261.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SMPE Ficha: Outros Beneficios Assistenciais do servidor e do Militar 3.3.90.08.00 F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100.000 Geral -155,00Ficha: 1217 04.122.0075.2261.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SMPE Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 3.1.90.11.00 F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100.000 Geral -50.761,56 1218 04.122.0075.2261.0000 Ficha: Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SMPE 3.1.90.13.00 Obrigações Patronais F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

#### 05943030/0001-55 Exercício: 2022

## REPUBLICAÇÃO DECRETO N°. 240 (O), DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022

## REDUÇÕES

LOCAL: 02 Executivo

021801 Secretaria Municipal de Projetos Especiais - SMPE

Ficha: 1219 04.122.0075.2261.0000 Administração de Pessoal e Recursos Humanos da SMPE

> Obrigações Patronais - Intra-Orçamentário 3.1.91.13.00 F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100000 -3.325,48 Geral

Ficha: 1222 08.244.0076.2263.0000 Braços Abertos

> 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos não Vinculados de Impostos F.R: 1.500.0000

100.000 Geral -182.190,75

Ficha: 1220 08.244.0078.2262.0000 Família que Acolhe

> 3.3.90.32.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

F.R: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos

100.000 Geral -0.67

Ficha: 1221 08.244.0078.2262.0000 Família que Acolhe

> 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente Recursos não Vinculados de Impostos F.R: 1.500.0000

100.000 Geral -49.196,26

## TOTAL DAS ANULAÇÕES

-7.334.516,87

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

#### **ERRATA**

PROCESSO: 019495/2021 **ASSUNTO: Licença Prêmio** 

REQUERENTE: Quênia da Silva Torquato

Na Portaria nº 186/P, publicada no Diário Oficial do Município 2306, de 2 de outubro de 2008,

Onde se lê: adquirido no período compreendido entre 14.08.91 a 13.09.96;

Leia-se: adquirido no período compreendido entre 4.1.1988 a 3.2.1993.

Na Portaria nº 234/P, publicada no Diário Oficial do Município 2360, de 22 de dezembro de 2008,

Onde se lê: adquirido no período compreendido entre 14.09.96 a 13.09.01;

Leia-se: adquirido no período compreendido entre 4.2.1993 a 3.2.1998.

Na Portaria nº 063/P, publicada no Diário Oficial do Município 2423, de 30 de março de 2009,

Onde se lê: adquirido no período compreendido entre 14.09.01 a 13.09.06;

Leia-se: adquirido no período compreendido entre 4.2.1998 a 3.2.2003.

Boa Vista - RR, em 12 de janeiro de 2023.

Arthur Henrique Brandão Machado Prefeito de Boa Vista

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

#### ERRΔΤΔ

PROCESSO: 2021.04.38819P

NUP: 016555/2021

No Decreto nº 251(P), de 14 de agosto de 1991, publicado no Semanário Oficial, de 12/08/991 a 18/08/91,

Onde se lê: Tereza Caetano Silva;

Leia-se: Teresinha Caetano Silva.

Boa Vista - RR, em 12 de janeiro de 2023.

Arthur Henrique Brandão Machado Prefeito de Boa Vista

## SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO** 

Pregão Eletrônico nº 287/2022-Registro de Preços Processo nº 018172/2022-SMSA

Homologo o Pregão Eletrônico nº 287/2022, Processo nº 018172/2022-SMSA, que tem como objeto: Eventual aquisição de autoclave para a Central de Material e Esterilização (CME), para atender as demandas do Hospital da Criança Santo Antônio, cuja a adjudicação do item 1, foi a favor da empresa PHOENIX INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 44.239.382/0001-86, pelo valor total do item de R\$ 516.000,00 (quinhentos e dezesseis mil reais).

Boa Vista/RR, 27 de dezembro de 2022.

Luiz Renato Maciel de Melo Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO** 

Pregão Eletrônico nº 257/2022-Registro de Preços Processo nº 012564/2021-SMSA

Homologo o Pregão Eletrônico nº 257/2022, Processo nº 012564/2021-SMSA, que tem como objeto: Eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de serviços de transporte aeromédico infantil — unidade de terapia intensiva — UTI no ar, cuja a adjudicação do grupo 1, foi a favor da empresa PEC TAXI AÉREO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.087.233/0001-12, pelo valor do grupo de R\$ 9.925.625,00 (nove milhões, novecentos e vinte e cinco mil e seiscentos e vinte e cinco reais).

Boa Vista/RR, 21 de dezembro de 2022

Luiz Renato Maciel de Melo Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO** 

Pregão Eletrônico nº 282/2022-Registro de Preços Processo nº 024545/2021-SMSA

Homologo o Pregão Eletrônico nº 282/2022, Processo nº 024545/2021-SMSA, que tem como objeto: Eventual aquisição de Material Médico Hospitalar – Conjunto Drenagem Tórax, Circuito e Sistema Fechado de Aspiração Traqueal, para suprir a necessidade anual – exercício 2022, das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, cuja a adjudicação do item 10, foi a favor da empresa J.R. COMERCIO DE FIOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.370.983/0001-05, pelo valor do item de R\$ 14.500,00 (catorze mil, quinhentos reais), os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, foram a favor da empresa BRASIL MED CARE IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.152.616/0001-80, pelo valor dos itens de R\$ 324.274,00 (trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais), perfazendo o valor totais dos itens de R\$ 338.774,00 (trezentos e trinta e oito mil e setecentos e setenta e quatro reais). Informo ainda que os itens 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, foram FRACASSADOS.

Boa Vista/RR, 27 de dezembro de 2022.

Luiz Renato Maciel de Melo Secretário Municipal de Saúde – Adjunto PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

### **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº 282/2022-Registro de Preços Processo nº 024545/2021-SMSA

Homologo o Pregão Eletrônico nº 282/2022, Processo nº 024545/2021-SMSA, que tem como objeto: Eventual aquisição de Material Médico Hospitalar – Conjunto Drenagem Tórax, Circuito e Sistema Fechado de Aspiração Traqueal, para suprir a necessidade anual – exercício 2022, das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, cuja a adjudicação do item 10, foi a favor da empresa J.R. COMERCIO DE FIOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.370.983/0001-05, pelo valor do item de R\$ 14.500,00 (catorze mil, quinhentos reais), os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, foram a favor da empresa BRASIL MED CARE IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.152.616/0001-80, pelo valor dos itens de R\$ 324.274,00 (trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais), perfazendo o valor totais dos itens de R\$ 338.774,00 (trezentos e trinta e oito mil e setecentos e setenta e quatro reais). Informo ainda que os itens 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, foram FRACASSADOS.

Boa Vista/RR, 27 de dezembro de 2022.

Luiz Renato Maciel de Melo Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO** 

Pregão Eletrônico nº 266/2022-Registro de Preços Processo nº 015957/2022-SMSA

Homologo o Pregão Eletrônico nº 266/2022, Processo nº 015957/2022, que tem como objeto: Eventual aquisição de equipamento de informática, para atender a Vigilância em Saúde do Município de Boa Vista – RR, através das emendas parlamentares de nº.13464.636000/1180-07 e 13464.636000/1160-09, cuja a adjudicação do item 5, foi da empresa C KOZAR DOS SANTOS INFO ELETRO, inscrito no CNPJ sob o nº 32.314.972/0001-47, pelo valor do item de R\$ 27.020,00 (vinte e sete mil e vinte reais), os itens 1, 4, 7, 8, 9, foram da empresa MEDISUL COMERCIO DE MERCADORIAS E REPRESENTAÇÕES EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 34.792.887/0001-10, pelo valor do item de R\$ 10.780,00 (dez mil e setecentos e oitenta reais), o item 6, foi da empresa CAMILA M. DA SILVA EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 42.298.029/0001-41, pelo valor do item de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), o item 2, foi da empresa AMEP TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO LTDA , inscrito no CNPJ sob o nº 47.215.999/0001-50, pelo valor do item de R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), o item 3, foi da empresa MR TECH INFORMÁTICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 48.000.136/0001-28 , pelo valor do item de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total dos itens R\$ 72.200,00 (setenta e dois mil e duzentos reais).

Boa Vista/RR, 27 de dezembro de 2022.

Luiz Renato Maciel de Melo Secretário Municipal de Saúde - Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO** 

Pregão Eletrônico nº 275/2022 – Registro de Preços Processo nº 015935/2022 – SMSA

Homologo o Pregão Eletrônico nº 275/2022, Processo nº 015935/2022 — SMSA, que tem como objeto: Eventual aquisição de drone multirotor de 04 motores para pulverizar, com treinamento para uso inclusos, para auxiliar no

combate ao aedes aegyptino no Município de Boa Vista – Roraima, cuja adjudicação do item 1 foi a favor da empresa DT OFFICE – DISTRIBUIDOR DE ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.019.904/0001-20, pelo valor total de R\$ 173.960,00 (cento e setenta e três mil, novecentos e sessenta reais).

Boa Vista/RR, 27 de dezembro de 2022.

Luiz Renato Maciel de Melo Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO** 

Pregão Eletrônico nº 177/2022-Registro de Preços Processo nº 024230/202-SMSA

Homologo o Pregão Eletrônico nº 177/2022, Processo nº 024230/2021 – SMSA, que tem como objeto: Eventual Aquisição de Pás para Desfibrilador externo para suprir a necessidade anual – exercício 2022, do Hospital da Criança Santo Antônio – HCSA/SMSA, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e das Unidades Básicas de Saúde – UBS do município de Boa Vista, cuja adjudicação dos itens 2 e 3 foram a favor da empresa D M A MACIEL E CIA LTDA-EPP, CNPJ nº 08.865.466/0001-61, pelo valor de R\$ 46.689,00 (quarenta e seis mil e seiscentos e oitenta e nove reais). Informo ainda que os itens 1, 4, 5, 6,7 procederam FRACASSADOS.

Boa Vista/RR, 27 de dezembro de 2022.

Luiz Renato Maciel de Melo Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

#### **COMUNICADO**

Pregão Eletrônico nº 001/2023-Registro de Preços Processo nº 017739/2022-SMTI

O Município de Boa Vista-RR, através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº102/E-2022, publicado no Diário Oficial do Município nº 5734, de 25/10/2022, torna público que o Pregão Eletrônico em epígrafe foi SUSPENSO SINE DIE, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Tecnologia e Inclusão Digital-SMTI, anexa aos autos, para ajustes pertinentes no Termo de Referência.

Paulo Roberto D'Oliveira Santos Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Pregão Eletrônico nº 287/2022 Processo nº 018172/2022-SMSA

O Secretário Municipal de Saúde – ADJUNTO, em cumprimento ao disposto na lei 10.520 de 17 de julho de 2002, torna público os preços registrados no Pregão Eletrônico supracitado, oriundo do Processo nº 018172/2022- SMSA, tendo como objeto Registro de Preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVE PARA A CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO (CME), PARA ATENDER AS DEMANDAS DO HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO, cuja adjudicação do item 1 foi a favor da empresa PHOENIX INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 44.239.382/0001-86, pelo valor total do item de R\$ 516.000,00 (quinhentos e dezesseis mil reais).

Rodrigo Ivo Matoso Secretário Municipal de Saúde – Adjunto PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Pregão Eletrônico nº 257/2022 Processo nº 012564/2021-SMSA

O Secretário Municipal de Saúde – ADJUNTO, em cumprimento ao disposto na lei 10.520 de 17 de julho de 2002, torna público os preços registrados no Pregão Eletrônico supracitado, oriundo do Processo nº 012564/2021-SMSA, tendo como objeto Registro de Preços para a EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AEROMÉDICO INFANTIL – UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA – UTI NO AR, cuja a adjudicação do grupo 1 foi da empresa PEC TÁXI AÉREO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.087.233/0001-12, pelo valor do grupo de R\$ 9.925.625,00 (nove milhões, novecentos e vinte e cinco reais).

Rodrigo Ivo Matoso Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Pregão Eletrônico nº 282/2022 Processo nº 024545/2021-SMSA

O Secretário Municipal de Saúde - ADJUNTO, em cumprimento ao disposto na lei 10.520 de 17 de julho de 2002, torna público os preços registrados no Pregão Eletrônico supracitado, oriundo do Processo nº 024545/2021-SMSA, tendo como objeto o Registro de Preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - CONJUNTO DRENAGEM TÓRAX, CIRCUITO E SISTEMA FE-CHADO DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL, PARA SUPRIR A NECESSIDADE ANUAL - EXERCÍCIO 2022, DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA, cuja adjudicação do item 10 foi a favor da empresa J.R. COMERCIO DE FIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.370.983/0001-05, pelo valor do item de R\$ 14.500,00 (catorze mil, quinhentos reais), os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, foram a favor da empresa BRASIL MED CARE IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.152.616/0001-80, pelo valor dos itens de R\$ 324.274,00 (trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais), perfazendo o valor total dos itens de R\$ 338.774,00 (trezentos e trinta e oito mil, setecentos e setenta e quatro reais). Informo, ainda, que os itens 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, procederam FRACASSADOS.

Rodrigo Ivo Matoso Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Pregão Eletrônico nº 266/2022 Processo nº 015957/2022-SMSA

O Secretário Municipal de Saúde - ADJUNTO, em cumprimento ao disposto na lei 10.520 de 17 de julho de 2002, torna público os preços registrados no Pregão Eletrônico supracitado, oriundo do Processo nº 015957/2022-SMSA, tendo como objeto Registro de Preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER A VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR, ATRAVÉS DAS EMENDAS PARLAMENTARES DE N°.13464.636000/1180-07 E 13464.636000/1160-09, cuja adjudicação do item 5, foi da empresa C KOZAR DOS SANTOS INFO ELETRO, inscrito no CNPJ sob o n° 32.314.972/0001-47, pelo valor do item de R\$ 27.020,00 (vinte e sete mil e vinte reais), os itens 1, 4, 7, 8, 9, foram da empresa MEDISUL COMERCIO DE MERCADORIAS E REPRESENTAÇÕES EIRELI, inscrito no CNPJ sob o n° 34.792.887/0001-10, pelo valor do

item de R\$ 10.780,00 (dez mil e setecentos e oitenta reais), o item 6, foi da empresa CAMILA M. DA SILVA EIRELI, inscrito no CNPJ sob o n° 42.298.029/0001-41, pelo valor do item de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), o item 2, foi da empresa AMEP TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO - LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 47.215.999/0001-50, pelo valor do item de R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), o item 3, foi da empresa MR TECH INFORMATICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 48.000.136/0001-28 , pelo valor do item de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total dos itens R\$ 72.200,00 (setenta e dois mil e duzentos reais).

Rodrigo Ivo Matoso Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 275/2022 Processo nº 015935/2022 - SMSA

O Secretário Municipal de Saúde – ADJUNTO, em cumprimento ao disposto na lei 10.520 de 17 de julho de 2002, torna público os preços registrados no Pregão Eletrônico supracitado, oriundo do Processo nº 015935/2022 – SMSA, tendo como objeto Registro de Preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DRONE MULTIROTOR DE 04 MOTORES PARA PULVERIZAR, COM TREINAMENTO PARA USO INCLUSOS, PARA AUXILIAR NO COMBATE AO AEDES AEGYPTINO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RORAIMA, cuja adjudicação do item 1 foi a favor da empresa DT OFFICE – DISTRIBUIDOR DE ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.019.904/0001-20, pelo valor total de R\$ 173.960,00 (cento e setenta e três mil, novecentos e sessenta reais).

Rodrigo Ivo Mataso Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREGÃO

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº. 177/2022 Processo nº. 024230/2021-SMSA

O Secretário Municipal de Saúde-ADJUNTO, em cumprimento ao disposto na lei 10.520 de 17 de julho de 2002, torna público os preços registrados no Pregão Eletrônico supracitado, oriundo do Processo nº 024230/2021-SMSA, tendo como objeto Registro de Preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÁS PARA DESFIBRILADOR EXTERNO PARA SUPRIR À NECESSIDADE ANUAL – EXERCÍCIO 2022, DO HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO – HCSA/SMSA, DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU E DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – UBS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, cuja a adjudicação dos itens 2 e 3 foram a favor da empresa D M A MACIEL E CIA LTDA-EPP, CNPJ nº 08.865.466/0001-61, pelo valor de R\$ 46.689,00 (quarenta e seis mil e seiscentos e oitenta e nove reais). Informo, ainda, que os itens 1, 4, 5, 6,7 procederam FRACASSADOS.

Boa Vista/RR, 04 de janeiro de 2023.

Rodrigo Ivo Matoso Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0042/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:** 

Art. 1º Designar a servidora Cristiane Alexsandra Sobral Cardoso, matrícula 955289, para atuar como fiscal do Contrato nº 816-SMAG/SA/2022, referente ao Processo nº 005955/2022, que tem como objeto a contratação de instituição especializada para realização do concurso público para provimento do cargo de Guarda Civil Municipal de Boa Vista - RR.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0043/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do art. 1°, inciso XIII, do Decreto n° 116/E, publicado no Diário Oficial do Município n° 5481, de 08 de outubro de 2021,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Joseane Gomes de Oliveira, para responder interinamente pelo cargo em comissão de Nível de Atuação Programática, de Diretor de Unidade Básica de Saúde, Símbolo AP-3, da Secretaria Municipal de Saúde, em substituição ao servidor Rone Elli da Silva Amorim, em razão de usufruto de férias, no período de 2.1.2023 a 31.1.2023.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA N° 0044/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do art. 1°, inciso XIII, do Decreto n° 116/E, publicado no Diário Oficial do Município n° 5481, de 08 de outubro de 2021,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Rayanny Oliveira Macêdo, para responder interinamente pelo cargo em comissão de Nível de Atuação Programática, de Superintendente de Administração e Gestão de Pessoas, Símbolo AP-2, cumulativamente com o cargo de Gerente, Símbolo AS-4, ambos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em substituição a servidora Maura Oliveira de Souza, em razão de usufruto de férias, no período de 2.1.2023 a 16.1.2023.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0045/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do art. 1°, inciso XIII, do Decreto n° 116/E, publicado no Diário Oficial do Município n° 5481, de 08 de outubro de 2021,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Micilene do Espírito Santo Lima, para responder interinamente pelo cargo em comissão de Nível de Atuação Programática, de Diretor de

Unidade Básica de Saúde, Símbolo AP-3, da Secretaria Municipal de Saúde, em substituição a servidora Annie Lizzeth Castro Briceno, em razão de usufruto de férias, no período de 3.11.2022 a 12.11.2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0046/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do art. 1°, inciso XIII, do Decreto n° 116/E, publicado no Diário Oficial do Município n° 5481, de 08 de outubro de 2021,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor Aldemir Braga da Silva, para responder interinamente pelo cargo em comissão de Nível de Atuação Programática, de Diretor de Departamento, Símbolo AP-4, cumulativamente com o cargo de Agente Público Municipal 4, Símbolo AO-10, ambos da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, em substituição à servidora Narinha Oliveira de Carvalho, em razão de usufruto de férias, no período de 2.1.2023 a 31.1.2023.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0047/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do art. 1°, inciso XIII, do Decreto n° 116/E, publicado no Diário Oficial do Município n° 5481, de 08 de outubro de 2021,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Agabia Rosal do Valle, para responder interinamente pelo cargo em comissão de Coordenador 4, Símbolo CS-4, da Secretaria Municipal de Saúde, em substituição ao servidor Domingos da Costa Rocha, em razão de usufruto de férias, no período de 5.12.2022 a 3.1.2023.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0048/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do art. 1°, inciso XIII, do Decreto n° 116/E, publicado no Diário Oficial do Município n° 5481, de 08 de outubro de 2021,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor André Lucas Oliveira Silvestre, para responder interinamente pelo cargo em comissão de Nível de Atuação Programática, de Coordenador, Símbolo AP-3, da Comissão Permanente de Licitação, em substituição a servidora Aipana de Almeida Nobre, em razão de usufruto de férias, no período de 6.1.2023 a 30.1.2023.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0049/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do art. 1°, inciso XIII, do Decreto n° 116/E, publicado no Diário Oficial do Município n° 5481, de 08 de outubro de 2021,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Andreza Silva de Araujo, para responder interinamente pelo cargo em comissão de Gerente, do Fundo Municipal de Saúde, cumulativamente com o cargo de coordenador 2, Símbolo CS-2, da Secretaria Municipal de Saúde, em substituição ao servidor Serginaldo Menezes da Costa, em razão de usufruto de férias, no período de 9.1.2023 a 18.1.2023.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0050/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 116/E, publicado no Diário Oficial do Município nº 5481, de 08 de outubro de 2021, de acordo com os artigos 79, V e art. 85, da Lei Complementar nº. 003, de 02 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor Antônio Reginaldo Germano da Silva, Fiscal Municipal, Matrícula 846813, do quadro de pessoal desta Prefeitura, Licença Prêmio por Assiduidade, por 45 dias, referente ao primeiro quinquênio, a serem usufruídos nos períodos de 12.1.2023 a 5.2.2023 e 15.1.2024 a 3.2.2024, conforme o Processo nº 025266/2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0051/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 116/E, publicado no Diário Oficial do Município nº 5481, de 08 de outubro de 2021, de acordo com os artigos 79, V e art. 85, da Lei Complementar nº. 003, de 02 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Ana Claudia Peixoto Carneiro, Auxiliar, Matrícula 01836, do quadro de pessoal desta Prefeitura, Licença Prêmio por Assiduidade, por 45 dias, referente ao quinto quinquênio, a serem usufruídos nos períodos de 16.3.2023 a 14.4.2023, 16.6.2023 a 15.7.2023 e 16.7.2023 a 14.8.2023, conforme o Processo nº 013781/2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0052/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 116/E, publicado no Diário Oficial do Município nº 5481, de 08 de outubro de 2021, de acordo com os artigos 79, V e art. 85, da Lei Complementar nº. 003, de 02 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1° Conceder à servidora Adriana Vian, Analista Municipal Enfermeira, Matrícula 25710, do quadro de pessoal desta Prefeitura, Licença Prêmio por Assiduidade, por 45 dias, referente ao segundo quinquênio, a serem usufruídos no período de 1.12.2022 a 14.1.2023, conforme o Processo n° 025874/2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 0053/2023-SMAG.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 116/E, publicado no Diário Oficial do Município nº 5481, de 08 de outubro de 2021, de acordo com os artigos 79, V e art. 85, da Lei Complementar nº. 003, de 02 de janeiro de 2012,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Erli Leão Amorim Aragão, Técnico Municipal/Fiscal Sanitário, Matrícula 14675, do quadro de pessoal desta Prefeitura, Licença Prêmio por Assiduidade, por 45 dias, referente ao quarto quinquênio, a serem usufruídos no período de 10.1.2023 a 23.2.2023, conforme o Processo nº 026441/2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0054/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 116/E, publicado no Diário Oficial do Município nº 5481, de 08 de outubro de 2021, de acordo com os artigos 79, V e art. 85, da Lei Complementar nº. 003, de 02 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor Aldefran Ferreira da Silva Lima, Técnico Municipal/Assistente Técnico, Matrícula 25154, do quadro de pessoal desta Prefeitura, Licença Prêmio por Assiduidade, por 45 dias, referente ao primeiro quinquênio, a serem usufruídos no período de 20.1.2023 a 5.3.2023, conforme o Processo nº 026290/2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0055/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 116/E, publicado no Diário Oficial do Município nº 5481, de 08 de outubro de 2021, de acordo com os artigos 79, V e art. 85, da Lei Complementar nº. 003, de 02 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Ena Maria Carvalho, Técnico em Enfermagem, Matrícula 29899, do quadro de pessoal desta Prefeitura, Licença Prêmio por Assiduidade, por 45 dias, referente ao primeiro quinquênio, a serem usufruídos no período de 1.2.2023 a 17.3.2023, conforme o Processo nº 027846/2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0056/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 116/E, publicado no Diário Oficial do Município nº 5481, de 08 de outubro de 2021, de acordo com os artigos 79, V e art. 85, da Lei Complementar nº. 003, de 02 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Gilvania Matos Carvalho Siqueira, Analista Municipal/Psicólogo, Matrícula 29929, do quadro de pessoal desta Prefeitura, Licença Prêmio por Assiduidade, por 45 dias, referente ao primeiro quinquênio, a serem usufruídos no período de 24.4.2023 a 7.6.2023, conforme o Processo nº 027185/2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 0057/2023-SMAG.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 116/E, publicado no Diário Oficial do Município nº 5481, de 08 de outubro de 2021, de acordo com os artigos 79, V e art. 85, da Lei Complementar nº. 003, de 02 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora Raquel Ferreira Rocha Coelho, Técnico Municipal/Assistente Técnico, Matrícula 26973, do quadro de pessoal desta Prefeitura, Licença Prêmio por Assiduidade, por 45 dias, referente ao segundo quinquênio, a serem usufruídos nos períodos de 17.2.2023 a 3.3.2023 e 3.4.2023 a 2.5.2023, conforme o Processo nº 026451/2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 0058/2023-SMAG.** 

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 116/E, publicado no Diário Oficial do Município nº 5481, de 08 de outubro de 2021, de acordo com os artigos 79, V e art. 85, da Lei Complementar nº. 003, de 02 de janeiro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor Rodrigo Borges Lima, Analista Municipal/Cirurgião Dentista, Matrícula 29515, do quadro de pessoal desta Prefeitura, Licença Prêmio por Assiduidade, por 45 dias, referente ao primeiro quinquênio, a serem usufruídos nos períodos de 1.3.2023 a 30.3.2023 e 5.7.2023 a 19.7.2023, conforme o Processo nº 027183/2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 0059/2023-SMAG.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através do Decreto nº 116/E, publicado no Diário Oficial do Município nº 5481, de 08 de outubro de 2021, de acordo com o art. 81, parágrafos 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2012,

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder à servidora Joelle Moura dos Santos, Professor, Matrícula 952042, do quadro de pessoal desta Prefeitura, Licença por motivo de doença em pessoa da família, com remuneração, no período de 29.8.2022 a 21.11.2022, conforme o Processo nº 022881/2022.

Boa Vista - RR, em 11 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2023** 

O Município de Boa Vista - RR, por meio da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Boa Vista - SMAG e intermédio da Comissão de Execução do Concurso Público, de acordo com as atribuições que lhes são conferidas nos termos da Portaria nº. 019/P, publicada no DOM n.º 5602, do dia 11 de abril de 2022, torna público a RETIFICAÇÃO nº 001/2023 do EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022, de 07 de novembro de 2022, conforme as normas e condições estabelecidas neste Edital,

a seguir especificadas:

1. Fica alterado o subitem 6.1.1, que passa a ter o seguinte texto:

#### Onde se lê:

Cargos	Conteúdo das Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos
	Língua Portuguesa	15	02	30
	Raciocínio Lógico	8	01	08
Professor Licenciado em Pedagogia	Conhecimentos em Informática	8	01	08
Professor Licenciado em Educação Física	Conhecimentos Gerais	12	01	12
Professor Arte Educador	Conhecimentos Específicos Pedagógicos (didáticos e legislação educacional)	15	02	30

#### Leia-se:

Cargos	Conteúdo das Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos
	Língua Portuguesa	15	2	30
Professor Licenciado em Pedagogia	Raciocínio Lógico	8	1	8
	Conhecimentos em Informática	8	1	8
Professor Licenciado em educação Física	Conhecimentos Gerais	12	1	12
Professor Arte Educador	Conhecimentos Específicos Pedagógicos (didático e Legislação educacional)	15	2	30
	Conhecimentos Específicos por cargo			

Fica alterado o subitem 6.1.3.1, passando a ter o seguinte teor:

#### Onde se lê:

6.1.3.1 Considerar-se-á atendido o "Perfil Mínimo para Aprovação" o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos referentes às provas objetivas e discursivas, não podendo ocorrer a pontuação igual a 0,00 (zero) em nenhuma das disciplinas constantes quadro do item 6.1.1.

#### Leia-se

6.1.3.1 Considerar-se-á atendido o "Perfil Mínimo para Aprovação" o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos referentes às provas objetivas, não podendo ocorrer a pontuação igual a 0,00 (zero) em nenhuma das disciplinas constantes quadro do item 6.1.1.

3. Fica alterado o subitem 6.1.10 e acrescidos os subitens 6.1.10.1 a 6.1.10.13, que passam a conter seguinte teor:

#### Onde se lê:

6.1.10 A prova discursiva se constituirá de 02 duas questões discursivas de caráter eliminatório e classificatório, valendo 02 (dois) pontos cada uma, e terá como objetivo aferir a capacidade do candidato em relação à comunicação escrita, à organização do pensamento, à clareza, concisão e objetividade de discurso sobre o tema proposto, ao domínio e conhecimento do assunto abordado na área de conhecimento do Cargo para desempenho de atividades docentes em nível do magistério superior.

Leia-se:

6.1.10 A prova discursiva se constituirá de 02 duas questões discursivas de caráter eliminatório e classificatório, valendo 10 (dez) pontos cada uma, e terá como objetivo aferir a capacidade do candidato em relação à comunicação escrita, à organização do pensamento, à clareza, concisão e objetividade de discurso sobre o tema proposto, ao domínio e conhecimento do assunto abordado na área de conhecimento do Cargo para desempenho de atividades docentes em nível do magistério superior.

6.1.10.1 Para efeito de avaliação da prova discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

	•	3			
ELEMEN	ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA (POR QUESTÃO)				
Critérios	Elementos da Avaliação	Pontos			
	Observância das normas de ortografía, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	2,50 pontos			
Aspectos Técnicos	Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	7,50 pontos			
	TOTAL DE PONTOS:	10,00 pontos			

- 6.1.10.2 Serão considerados aprovados apenas os candidatos que obtiverem o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento nos pontos de cada questão da prova discursiva.
- 6.1.10.3 A resposta de cada questão da prova discursiva deverá ter a extensão máxima de 30 (trinta) linhas para o texto. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- 6.1.10.4 Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.
- 6.1.10.5 Na avaliação da Prova Discursiva, levar-se-á em conta o conhecimento técnico, a capacidade teórica e prática de fundamentação e o conhecimento linguístico apresentados pelo candidato.
- 6.1.10.6 O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no subitem anterior, bem como no caso de identificação em local indevido.
- 6.1.10.7 O Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva será fornecida juntamente com a Folha de Respostas da prova objetiva de múltipla escolha no dia de realização das provas, devendo, o candidato, ao seu término, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas (prova objetiva) e o Caderno de Textos Definitivos (prova discursiva) devidamente assinados, apenas, no local indicado, sem qualquer outro termo que identifique o candidato.
- 6.1.10.8 O Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva será o único documento válido para a avaliação desta etapa. O espaço reservado no caderno de provas para rascunho é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
- 6.1.10.9 O IDECAN adotará processo que impeça a identificação do candidato por parte da Banca Examinadora, garantindo-se, assim, o sigilo na correção das provas.
- 6.1.10.10 Quando da realização da prova discursiva, o candidato não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta para auxílio na elaboração da peça processual.
- 6.1.10.11 A resposta padrão dos elementos de avaliação de cada questão discursiva será divulgada juntamente com o Resultado Definitivo da Prova Objetiva, dispondo o candidato de 02 (dois) dias úteis para recurso a partir da publicação.
- 6.1.10.12 Serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos aprovados na Prova Objetiva e classificados até o limite de 2 (duas) vezes o Cadastro de Reserva, respeitados os empates na última posição. Os candidatos que não tiverem a sua prova discursiva corrigida serão eliminados e

não terão classificação alguma no Concurso Público.

- 4. As demais disposições contidas no EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022, de 07 de novembro de 2022, permanecem inalteradas.
- Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, em 12 de janeiro de 2023.

Lincoln Oliveira da Silva Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Adriano Gonçalves Vieira de Souza Chaves Presidente da Comissão do Concurso Público

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONSULTORIA JURÍDICA

PORTARIA N° 385/2022-SMSA

O Secretário Municipal de Saúde-Adjunto, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto n°.0714/P, de 05 de junho de 2020, publicado no DOM n°. 5146, e;

#### **RESOLVE:**

Art. 1° Nomear os servidores, MARCELO DAS CHA-GAS BARBOSA, matrícula: 953175-1 e EMANUEL LUCAS DE ALMEIDA GOMES, matrícula: 951565 como fiscais responsáveis pelo Contrato n° 144/2018-SMSA, oriundo do Processo Administrativo n° 1556/2017/SMSA cujo objeto é a CONTRA-TAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SER-VIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAJXAS D'ÁGUA, CISTERNA E AINDA, SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO E DESOBS-TRUÇÃO DO ESGOTO INTERNO, A FIM DE ATENDER A SECRE-TARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Torna se alterado o teor da Portaria nº 540/2019/SMSA Publicada no Diário Oficial do Município DOM nº 5035 de 24 de dezembro de 2019.

Art. 3° torna – se sem efeitos a Portaria n° 366/2022/ SMSA Publicada no Diário Oficial do Município DOM n° 5764 em 14 de dezembro de 2022.

Art. 4º Esta Portaria terá efeitos retroativos ao dia 01 de julho de 2022.

Certifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde-Adjunto, em 20 de dezembro de 2022.

Luiz Renato Maciel de Melo Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONSULTORIA JURÍDICA

PORTARIA Nº 002/2023 - SMSA

O Secretário Municipal de Saúde – Adjunto, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto nº 0939/P, de 16 de outubro de 2021, publicado no DOM nº. 5403,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Instituir, no âmbito desta Secretária Municipal de Saúde-SMSA, as servidoras PATRICIA COSTA TEIXEIRA, MATRÍCULA Nº 953464 e JEARA FARIAS CHAVES, MATRÍCULA Nº 952316, para comporem a Comissão para Avaliação dos Catálogos, bem como posterior Elaboração do Parecer Técnico, informando a aprovação ou reprovação dos materiais apresentados pelo Licitante arrematante,

mo de referência.

Art. 2º Esta comissão é para atender ao Processo nº 012820/2022 -SMSA cujo objeto: Eventual Aquisição de material educativo, para atender as necessidades das Unidades Básicas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Boa Vista.

Art. 3° Esta portaria em vigor a partir de sua publicação.

> Certifique - se; Publique - se; Cumpra – se;

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde, em 04 de janeiro de 2023.

> Rodrigo Ivo Matoso Secretária Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CONSULTORIA JURÍDICA** 

**PORTARIA N.º 003/2023 - SMSA.** 

O Secretário Municipal de Saúde – Adjunto, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto n°.0939/P, de 16 de junho de 2021, publicado no DOM n° 5403,

#### **RESOLVE:**

Art. 1° - Fica alterado o teor da Portaria nº 164/2019-SMSA, publicada no Diário Oficial do Município - DOM nº 5396 de 10 de junho de 2021. Pag. 4.

Art. 2° - Altera-se o servidor, MAGNO CLEY DA SILVA COSTA pela servidora JEANE LIMA PAIXÃO, Matrícula: 953947 que ficará responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo nº 081/2019-SMSA, Processo nº 016668/2022-SMSA cujo o objeto é: CONTRATAÇÃO DE EM-PRESA DE SERVIÇOS DE SAÚDE CORRESPONDENTE A ESPE-CIALIDADE EM DIAGNÓSTICO DE EXAMES LABORATORIAIS DE BAIXA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE. – LABORATÓRIO SANTA MARIA – LTDA.

Art. 3º - Esta Portaria terá efeitos retroativos ao dia 03 de novembro de 2022.

> Certifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 04 de janeiro de 2023.

Rodrigo Ivo Matoso Secretária Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CONSULTORIA JURÍDICA** 

**PORTARIA N.º 004/2023 - SMSA.** 

O Secretário Municipal de Saúde – Adjunto, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto n°.0939/P, de 16 de junho de 2021, publicado no DOM n° 5403,

### **RESOLVE:**

Art. 1° - Fica alterado o teor da Portaria nº 263/2020-SMSA, publicada no Diário Oficial do Município - DOM nº 5260 de 24 de novembro de 2020, Pag. 8.

Art. 2° - Altera-se o servidor, HELDERSON CALDAS DA SILVA pela servidora PEDRINA FIGUEREDO BARBOSA, Matrícula: 953945 que ficará responsável pela fiscalização o Contrato Administrativo n° 215/2018-SMSA, Processo n° 260/2018-SMSA cujo o objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

levando em consideração as exigências contidas no ter- | ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABAS-TECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER A TODA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA

> Art. 3º - Esta Portaria terá efeitos retroativos ao dia 01 de janeiro de 2023.

> > Certifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 04 de janeiro de 2023.

Rodrigo Ivo Matoso Secretária Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CONSULTORIA JURIDICA** 

**PORTARIA N° 011/2023 - SMSA.** 

O Secretário Municipal de Saúde-SMSA, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto n°.0714/P, de 05 de junho de 2020, publicado no DOM n°. 5146, e;

#### **RESOLVE:**

Art. 1° - fica alterado o teor da Portaria nº 205/2022-SMSA, publicada no Diário Oficial do Município – DOM nº 5637 de 09 de junho de 2022.

Art. 2° - fica Substituído a Servidora ROSIMEIRE BE-ZERRA DA SILVA, matrícula nº 27805, pelo servidor LUZIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 927569 como fiscais responsáveis pelo Contrato Administrativo nº 022/2021-SMSA, oriundo do Processo nº 20486/2020 — SMSA, cujo objeto trata da LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À AV. SE-BASTIÃO DINIZ, Nº 115, BAIRRO CENTRO (CONFRONTANTE COM BAIRRO SÃO PEDRO), A FIM DE ATENDER A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE IONE SANTIAGO, DA SECRETARIA MUNI-CIPAL DE SAÚDE-SMSA

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor, com efeitos retroativos ao dia 03 outubro de 2022.

> Certifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Boa Vista/RR – 10 de janeiro de 2023.

Luiz Renato Maciel de Melo Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CONSULTORIA JURÍDICA** 

PORTARIA Nº 012/2023 - SMSA.

O Secretário Municipal de Saúde-SMSA, no uso de suas atribuições legais conferidas através do Decreto n°.0714/P, de 05 de junho de 2020, publicado no DOM n°. 5146, e;

#### **RESOLVE:**

Art. 1° - fica alterado o teor da Portaria nº 262/2022-SMSA, publicada no Diário Oficial do Município - DOM nº 5679 de 04 de agosto de 2022.

Art. 2° - fica Substituído a Servidora LUCÉLIA SERRÃO BAIMA, matrícula: 28684, pela servidora FRANCISCA CÉLIA SENA SOUSA, Matrícula nº 25361, como fiscal responsável pelo Contrato Administrativo nº 082/2019-SMSA, oriundo do Processo nº 016670/2022-SMSA (Desmembramento do Processo nº 687/2018/SMSA) cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CREDENCIAMO DE SERVICO DE SAÚDE COMPLEMENTAR PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS ATRAVÉS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE NAS 08 (OITO) MACRO ÁREAS, BEM COMO AS UNI-

DADES ESPECIALIZADAS E O PROGRAMA FAMÍLIA QUE ACO-LHE (FQA) NESTA CIDADE DE BOA VISTA, CORRESPONDENTE À ESPECIÁLIDADE EM DIAGNÓSTICO DE EXAMES LABORA-TORIAIS EM ANÁLISES CLÍNICAS DE BAIXA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES PREVIS-TAS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2018.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor, com efeitos retroativos ao dia 09 de janeiro de 2023.

> Certifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Boa Vista/RR - 11 de janeiro de 2023.

Luiz Renato Maciel de Melo Secretário Municipal de Saúde – Adjunto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CONSULTORIA JURÍDICA** 

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Processo no: 014748/2022/SMSA.

Espécie: Contrato Administrativo nº 001/2023/SMSA Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIA-LIZADA (S) EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BURITIS, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RR, conforme estabelecido na TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2022-CPL.

Modalidade: Tomada de Preço nº 012/2022.

Valor: R\$ 885.699,23

Unidade Orçamentária: 0801, Funcional Programática: 10.122.0032.2091, Elemento de despesa: 4.4.90.51.00, Fonte de Recuso: SUS (1.601.0000), - EMENDA PARLAMEN-TAR 13464.6360001/21-012, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº 4032 de 20/12/2022, no valor de R\$ 519.990,00.

Interveniente: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratante: MUNICÍPIO DE BOA VISTA (RR). Contratada: F. L. GRANGEIRO EIRELI - ME

Data de Emissão do Contrato: 10 de janeiro de 2023. Vigência: A vigência do contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CONSULTORIA JURÍDICA**

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

**Processo** nº: **Processo Administrativo** 000100/2022/SMSA, (DESMEMBRAMENTO O PROCESO N° 10141/2021)

Espécie Termo Aditivo.

Objeto: Renovar o Contrato Administrativo n.º 001/2022, por mais 12 (doze) meses, contados de 11 de janeiro de 2023.

Unidade Orçamentária: 0803, Funcional Programática: 10.301.0033, 2.093, Categoria Econômica: 3.3.90.39.00, Fontes de Recursos: SUS.

Unidade Orçamentária: 0806, Funcional Programática: 10.305.0036.2.107, Categoria Econômica: 3.3.90.39.00, Fontes de Recursos: PROPRIO.

Unidade Orçamentária: 0802, Funcional Programática: 10.122.0030.2085, Categoria Econômica: 3.3.90.39.00, Fontes de Recursos: PROPRIO.

Interveniente: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratante: MUNICÍPIO DE BOA VISTA.

Contratada: CLARO S.A

Data de Assinatura: 10 de ianeiro de 2023.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CONSULTORIA JURÍDICA**

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Processo no: 010951/2021/SMSA

Espécie: Termo Aditivo ao Contrato nº 198/2022/

SMSA.

Objeto: Prorrogar o Contrato Administrativo n.º 198/2022-SMSA, por mais 30 (trinta) dias a contar de 01 de janeiro de 2023.

Unidade Orçamentária: 0802; Funcional Programática: 10.122.0032.2091.0000 Categoria Econômica: 4.4.90.52.08 Fontes de Recursos: RP (1.500.1002).

Interveniente: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratante: MUNICÍPIO DE BOA VISTA.

Contratada: MCIENTÍFICA LTDA

Data de Assinatura: 21 de novembro de 2022.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **CONSULTORIA JURÍDICA**

#### **EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO**

Processo Administrativo nº: 1.1023/2019-SMSA. Espécie: Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 137/2019 – SMSA.

Objeto: APOSTILAR ao Contrato Administrativo nº 137/2019 - SMSA, o REAJUSTE de R\$ 52.983,71 (cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos).

Unidade Orçamentária: 0802 Funcional Programática: 10.122.0032.2091, Categoria Econômica: 4.4.90.51.00, Fonte de Recursos: Próprio.

Interveniente: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratante: MUNICÍPIO DE BOA VISTA. Contratada: PARALELLA ENGENHARIA - LTDA. Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2022.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/SMSA/2023

### **RETIFICAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, estabelece e divulga as normas para a realização do Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, combinado com a Lei n. 1.217, de 24 de Dezembro de 2009, bem como pela Lei nº 2.380, de 22 de dezembro de 2022, publicada no D.O.M. nº 5774 do dia 28 de dezembro de 2022, a qual autoriza a contratação temporária de pessoal para atender o Município de Boa Vista, em razão da imperiosa necessidade de adequar o atendimento da Rede Municipal de Saúde para suportar a demanda pelos serviços de saúde, sobretudo no Hospital da Criança Santo Antônio - HCSA e nas Unidades Básicas de Saúde - UBS's, tendo em vista ser necessário suprir o déficit de profissionais causado pelos seguintes motivos: término de contrato de profissionais do Programa Mais Médico; desligamento de profissionais de outras modalidades contratuais por iniciativa dos mesmos; e, falta de profissionais habilitados por concurso público para imediata convocação. Tais motivos recomendam a adoção de medidas urgentes no sentido de garantir o acesso aos serviços de saúde ofertados pela referida Rede, bem como o adequado atendimento da população, em certame regido pelas normas do presente edital e seus anexos.

#### 1.4 DO QUADRO DE VAGAS E REQUESITOS PARA IN-**VESTIDURA NO CARGO**

#### ONDE SE LÊ:

N° de Ordem	Cargo/Função	REQUESITOS	Carga Horária de Trabalho Semanal	Remuneração (ver detalhamento estabelecido no item 1.4.1)	N° de Vagas	N° de Vagas PCD	Quadro Reserva
18	Psicólogo	Diploma do Ensino Superior em Psicologia reconhecido pelo MEC e Registro ativo no Conselho de Classe.	40H	4.305,46	2	0	2

#### **LEIA-SE:**

N° de Ordem	Cargo/Função	REQUESITOS	Carga Horária de Trabalho Semanal	Remuneração (ver detalhamento estabelecido no item 1.4.1)	N° de Vagas	N° de Vagas PCD	Quadro Reserva
18	Psicólogo	Diploma do Ensino Superior em Psicologia reconhecido pelo MEC e Registro ativo no Conselho de Classe.	30Н	4.305,46	2	0	2

Boa Vista-RR, data constante no sistema.

(assinado eletronicamente) Regiane Batista Matos Secretária Municipal de Saúde

## SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022/SEMGES/PMBV

#### **RESULTADO FINAL DA ANÁLISE CURRICULAR**

A Secretária Municipal de Gestão Social, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o resultado final da análise curricular do Processo Seletivo Simplificado para a seleção de profissionais com a finalidade de atender a necessidade temporária e de excepcional intefesse público da Secretaria Municipal de Gestão Social-SEMGES, conforme abaixo:

			le: Motorista			
			Projeto Crescer	T		
ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0420	CRISTOVAM DE ARAUJO SILVA	601.733.191-49	CLASSIFICADO	60	
2	1903	DÁRIO JOSÉ DE LIMA NETO	199.570.502-06	CLASSIFICADO	55	
3	0478	NATALINO DOS REIS	383.194.542-04	CLASSIFICADO	55	
4	0010	CHARLES MADEIRA DO NASCIMENTO	598.622.702-68	CLASSIFICADO	55	
5	0457	GECIVAL JOSÉ QUEIROZ CAMPOS	447.373.862-00	CLASSIFICADO	55	
6	0471	MARCO ANTÔNIO MACIEL DE MELO JÚNIOR	509.023.002-10	CLASSIFICADO	55	
7	1237	ANDERSON PLATINI FREITAS DA SILVA	010.685.753-36	CLASSIFICADO	55	
8	0529	FÁBIO LIMA COSTA	820.896.712-20	CLASSIFICADO	55	
9	0485	ROSINALDO PEREIRA DO NASCIMENTO ROSA JUNIOR	005.803.812-42	CLASSIFICADO	55	
10	0113	TARCISIO MAFRA NEVES	926.502.792-49	CLASSIFICADO	55	
11	0831	NAFTALY DO NASCIMENTO VIDAL	057.422.823-38	CLASSIFICADO	55	
12	0439	PEDRO LUZIA DE CARVALHO FILHO	719.591.572-72	CLASSIFICADO	55	
13	0023	LUIS EDUARDO MEDEIROS DE ARAÚJO	005.708.832-29	CLASSIFICADO	50	
14	0114	ALLAN SOUZA MACIEL	334.395.368-74	CLASSIFICADO	50	
15	0435	SAMOEL JOSE BRITO VIEIRA	403.485.122-87	CLASSIFICADO	50	
16	0254	FRANCISCO DAS CHAGAS RAMOS DE ALMEIDA	446.337.852-49	CLASSIFICADO	50	
17	1696	DEYVID JEOVÁ CONCEIÇÃO DOS SANTOS	867.412.502-63	CLASSIFICADO	50	
18	1496	CLÁUDIO DE JESUS DOS SANTOS	639.103.142-87	CLASSIFICADO	45	
19	1811	PAULO ÁLVARO DE MEDEIROS SAMPAIO	091.157.487-58	CLASSIFICADO	45	
20	0234	ANTONIO FRANCISCO PEREIRA	003.694.262-66	CLASSIFICADO	45	
21	0646	RONY PETERSON SILVA E SILVA	725.815.062-53	CLASSIFICADO	45	
22	0364	MARCIA MENDES GREI	585.280.832-68	CLASSIFICADO	40	
			_		_	
23	0363	RAIDON BARBOSA DOS SANTOS	628.345.332-53	CLASSIFICADO	40	
24	0230	DERAELE MAGALHÃES DE SOUZA	785.990.752-68	CLASSIFICADO	40	
25	0816	GLADSON LINDENBERG DE ABREU FERREIRA	007.688.442-23	CLASSIFICADO	40	
26	0022	EVERSON PEIXOTO DA SILVA	860.923.592-00	CLASSIFICADO	40	
27	0203	THIAGO FABRICIO OLIVEIRA DA SILVA	024.815.782-52	CLASSIFICADO	40	
28	0656	ISRAEL VIEIRA DA COSTA	382.290.992-00	CLASSIFICADO	35	
29	0120	JOSEAS LIMA DE OLIVEIRA	755.753.882-04	CLASSIFICADO	35	
30	1857	BRUCE TRAJANO	016.741.232-99	CLASSIFICADO	35	
31	0744	JOSE LUIZ DA SILVA LIMA PEIXOTO	641.397.512-15	CLASSIFICADO	35	
32	1366	JOSIEL PESSOA	723.461.322-68	CLASSIFICADO	35	
33	1833	RALISSON LEITÃO DE MENEZES	014.827.322-03	CLASSIFICADO	35	
34	0668	FREDSON LIMA DOS SANTOS	753.607.562-68	CLASSIFICADO	35	
35	0483	ALLAN KARDEC PEREIRA DA SILVA	382.612.602-59	CLASSIFICADO	35	
36	0470	JACSON SIQUEIRA QUARESMA	489.080.373-49	CLASSIFICADO	30	
37	1702	GEOVANE CAETANO DA SILVA	789.774.792-15	CLASSIFICADO	30	
38	0500	PAULO VINICIUS MENEZES LOPES	003.928.842-08	CLASSIFICADO	30	
39	0177	REGINALDO PEREIRA GONÇALVES COSTA	937.786.272-87	CLASSIFICADO	30	
40	0122	BRUNO AUGUSTO RODRIGUES	006.923.432-96	CLASSIFICADO	30	
41	0898	DANIEL PEREIRA COLTINHO	011.086.592-84	CLASSIFICADO	30	
42	0185	FABRICIO DE SOUSA OLIVEIRA	025.168.692-23	CLASSIFICADO	30	
43	1340	RODRIGO GOMES RODRIGUES	026.920.002-93	CLASSIFICADO	30	
44	0503	GULLYVER WALTER CROSA DA SILVA	015.617.442-12	CLASSIFICADO	30	
	0829			-	_	
45	1894	DIMAEL GOMES DA COSTA	012.493.932-56	CLASSIFICADO	30	
46		ROGER ALVES LACERDA	352.669.532-68	CLASSIFICADO	30	
47	0886	EMMANUELLE DINIZ BACCA	764.588.652-87	CLASSIFICADO	30	
48	0027	OTONIEL SILVA LIMA	019.470.972-88	CLASSIFICADO	25	
49	1661	LUIZ PEDROSO DOS SANTOS	632.678.022-53	CLASSIFICADO	25	
50	1189	MARCUS AURELIO ALMEIDA DA SILVA	008.183.173-02	CLASSIFICADO	25	
51	1551	FERNANDO ALVES FERNANDES	822.825.872-00	CLASSIFICADO	25	
52	1274	ARLEEN LIMA DE OLIVEIRA	030.136.472-99	CLASSIFICADO	25	
53	1247	WELLINGTON AMORIM DA SILVA BRITO	759.766.173-87	CLASSIFICADO	20	
54	1357	RHUAN MELO COSTA	030.988.162-52	CLASSIFICADO	20	
55	0482	JOAO VITOR FEITOSA SOUSA	054.863.012-78	CLASSIFICADO	20	
56	0739	THIAGO LIMA OLIVEIRA DOS SANTOS	026.558.402-75	CLASSIFICADO	20	
57	0186	LINDOMAR MESQUITA DE SOUZA	382.841.112-68	CLASSIFICADO	20	

						3/
58	1758	JANILSON ARES DE SOUSA	777.013.482-04	CLASSIFICADO	20	
59	0752	GLEIDSON ALVES MOURÃO	719.390.912-68	CLASSIFICADO	20	
60	0248	JOÃO BATISTA DE SOUZA PEDROZA	336.959.622-91	DESCLASSIFICADO	15	5.2
61	0426	ANTONIO FERNANDO SOUSA MENDES	558.900.675-91	DESCLASSIFICADO	15	5.2
62	0100	FRANCISCO DE SOUZA FILHO	201.200.012-68	DESCLASSIFICADO	15	5.2
63	1190	SÁTIRO CAMPOS RICIERI	342.534.242-87	DESCLASSIFICADO	15	5.2
64	0233	RAIMUNDO MARAMALDO DA COSTA JUNIOR	403.913.702-78	DESCLASSIFICADO	15	5.2
65	1178	GIRLEY BARBOSA SILVA	622.148.102-34	DESCLASSIFICADO	15	5.2
66	1912	ROBERTO MELCHIOR CARVALHO SANTOS	630.226.722-68	DESCLASSIFICADO	15	5.2
67	0442	JAIR VASCONCELOS LOPES	941.098.933-72	DESCLASSIFICADO	15	5.2
68	0971	ALEXSON ROCGA DE MARTINS	747.474.602-68	DESCLASSIFICADO	15	5.2
69	0711	ALDO CUSTÓDIO DANTAS JÚNIOR	736.464.232-34	DESCLASSIFICADO	15	5.2
70	0196	WESLLEN DE MORAIS FERREIRA	853.825.232-15	DESCLASSIFICADO	15	5.2
71	1143	FRANCISCO JONES PINHO ARAUJO	779.347.762-68	DESCLASSIFICADO	15	5.2
72	1742	EDIR DA SILVA FIGUEIRA	011.673.172-97	DESCLASSIFICADO	15	5.2
73	1101	WESLLEY REBOUÇAS FIGUEIRA	850.687.562-53	DESCLASSIFICADO	15	5.2
74	0069	WIRLISON CASTRO PEREIRA LIMA	013.649.482-06	DESCLASSIFICADO	15	5.2
75	0880	JOSIAS MACEDO GOMES	011.315.562-08	DESCLASSIFICADO	15	5.2
76	1834	HUGO DA CONCEIÇÃO MORAES	538.265.402-63	DESCLASSIFICADO	15	5.2
77	0132	VICTOR MESQUITA DE AZEVEDO	033.312.782-03	DESCLASSIFICADO	15	5.2
78	0404	DONIZETE LOPES DA CONCEIÇÃO	906.599.532-34	DESCLASSIFICADO	10	5.2
79	1203	BRUNO RODRIGUES DA SILVA	702.456.522-56	DESCLASSIFICADO	10	5.2
80	0210	ALFREDO GAUDÊNCIO DA SILVA FILHO	385.140.792-04	DESCLASSIFICADO	10	5.2
81	0770	ANDERSON RODRIGUES SAMPAIO	739.128.912-49	DESCLASSIFICADO	10	5.2
82	0461	IVANILDO SILVA JUNIOR	849.460.752-91	DESCLASSIFICADO	10	5.2
83	0566	EUDY JONATHAN PEREIRA MARIN	546.685.222-87	DESCLASSIFICADO	10	5.2
84	1398	LOURIVAL JOSE DA SILVA NETO	932.928.482-53	DESCLASSIFICADO	10	5.2
85	0474	RODRIGO LIMA QUEIROZ	022.267.532-22	DESCLASSIFICADO	10	5.2
86	1936	ALCINO SAGICA LIMA	054.516.192-47	DESCLASSIFICADO	10	5.2
87	1466	INA CARJEAN DA SILVA	382.095.782-00	DESCLASSIFICADO	5	7.2
88	0079	ERIVAL LIMA DE SOUZA	512.806.202-34 519.408.682-20	DESCLASSIFICADO	5	5.2
90	0370 1670	PEDRO RIBEIRO DA SILVA MARCELO LOBATO BORGES	919.532.001-68	DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	5	5.2
90	_		+		5	5.2
91	1210 1483	PAULO MACELO DE CARVALHO	797.095.322-00	DESCLASSIFICADO	-	5.2
93	0718	ANSELMO ASSUNÇÃO OLIVEIRA	513.246.792-04 719.679.662-49	DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	5	5.2
93	0985	WENDELL DE OLIVEIRA MESSIAS  ELIZABETTE REGINA MAROUES DE SOUZA	866.488.102-20	DESCLASSIFICADO	5	5.2
95	1412	RAFAEL COELHO SILVA	820.685.852-00	DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	5	5.2
96	1600	STEFANO TEIXEIRA MONTEIRO ALVES	913.409.182-34	DESCLASSIFICADO	5	5.2
97	0588	ROMARIO DA CUNHA SILVA	911.993.442-49	DESCLASSIFICADO	5	5.2
98	0599	ITATIANO DA SILVA LOPES	988.944.632-49	DESCLASSIFICADO	5	5.2
99	1384	DANIEL MAIK TAVARES DA SILVA	003.264.052-83	DESCLASSIFICADO	5	5.2
100	1329	WESLEY PABLO DA SILVA MAGALHÃES	017.952.702-92	DESCLASSIFICADO	5	5.2
101	0987	RICHELY DOS REIS SILVA MENDONÇA	012.215.042-23	DESCLASSIFICADO	5	5.2
102	1655	ERIC JOHNSON DA SILVA	546.651.832-87	DESCLASSIFICADO	5	5.2
103	1015	JENIFFER FERREIRA MELO	008.717.932-61	DESCLASSIFICADO	5	5.2
104	1822	VANDERLAN DA SILVA COSTA	024.285.682-99	DESCLASSIFICADO	5	5.2
105	0190	MARCELO BRITO DE SOUZA	943.561.302-00	DESCLASSIFICADO	5	5.2
106	1560	GABRIEL SILVA DE OLIVEIRA	026.479.852-00	DESCLASSIFICADO	5	5.2
107	0867	WILLIAN MENEZES DA SILVA	962.352.762-49	DESCLASSIFICADO	5	5.2
108	0623	JOAO CARLOS DA SILVA VILHENA	024.546.712-20	DESCLASSIFICADO	5	5.2
109	1695	JESSICA REINARA RODRIGUES MOURA	010.665.762-38	DESCLASSIFICADO	5	5.2
110	1084	GABRIEL DE OLIVEIRA EVANGELISTA	025.130.292-08	DESCLASSIFICADO	5	5.2
111	1169	GLIMAR DA COSTA MAQUINÉ FILHO	025.190.482-20	DESCLASSIFICADO	5	5.2
112	0997	ADRYEL JHONATTA DUARTE DA SILVA	034.553.592-80	DESCLASSIFICADO	5	5.2
113	0451	HARLLAN RODRIGO COSTA DA SILVA	032.982.412-02	DESCLASSIFICADO	5	5.2
114	1830	RICHARDSON DE ASSIS SOUZA	033.043.092-09	DESCLASSIFICADO	5	5.2
115	0627	HEVERTON MANOEL DA SILVA TAVARES	033.705.322-71	DESCLASSIFICADO	5	5.2
116	0605	REMYLLY GLORIA PAULA DA SILVA	920.455.372-34	DESCLASSIFICADO	5	5.2
117	0338	ADENAILTON LOJOR RIBEIRO	030.801.522-39	DESCLASSIFICADO	5	5.2
118	0360	ALOISIO SOARES AFONSO JUNIOR	835.197.422-68	DESCLASSIFICADO	5	5.2
		Cargo: A Especialidade: Tr				
		Área de Atuação: Oficina de Educação Ar		tagem / Projeto Cre	scer	
ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
DIGD.	moc.	NOME DO CAMDIDATO	CII	1.CHOLOGAÇAO	NOIA	WOTIVO

 ORD.
 INSC.
 NOME DO CANDIDATO
 CPF
 HOMOLOGAÇÃO
 NOTA
 MOTIVO

 1
 0.095
 RAIANE PEREIRA DOS SANTOS
 879.045.942.34
 CLASSIFICADO
 40

 2
 1813
 JADSON MORAES DE ARAUJO
 016.643.592.90
 CLASSIFICADO
 40

 3
 0523
 ANDRÉ DO NASCIMENTO VIEIRA
 054.214.242.27
 CLASSIFICADO
 20

 4
 0783
 JEANDERSON CARLOS CRUZ RABELO
 030.175.432.26
 DESCLASSIFICADO
 15
 5.2

 5
 0.247
 DANIEL DA SILVA E SILVA
 040.928.682.60
 DESCLASSIFICADO
 15
 5.2

 6
 1181
 ANA KELLY LOPES MAQUINE
 021.043.912.29
 DESCLASSIFICADO
 5
 5.2

 7
 0225
 VANDERSON LUIZ FREIXEIRO DA SILVA
 154.851.607.43
 DESCLASSIFICADO
 5
 5.2

# Cargo: Assistente Especialidade: Encarregado de Almoxarifado Área de Atuação: Projeto Crescer NOME DO CANDIDATO CPF HOMOLOGAÇÃO NOTA MOTIVO

OKD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0511	EDICILANE LISBOA ALVES GUERRA	417.354.632-72	CLASSIFICADO	47,5	
2	0713	FRANCIRONALDE CARDOSO SILVA	016.655.762-51	CLASSIFICADO	40	
3	0815	DANIELE RIBEIRO COSTA	016.577.742-79	CLASSIFICADO	35	
4	1114	JOSENILDO MAGNO SILVEIRA	539.471.262-04	CLASSIFICADO	35	
5	1121	MARCO ANTONIO DA SILVA PINTO	002.604.232-03	CLASSIFICADO	30	
6	0642	JOSÉ CARLOS SILVA DE MATOS	832.472.542-34	CLASSIFICADO	25	
7	1486	EDUARDO DUARTE TARGINO	017.596.732-69	CLASSIFICADO	25	
8	0741	ISAAC MARTINS MILIANO	037.969.422-02	CLASSIFICADO	20	
9	0624	JOSÉ TELES DE MORAIS	207.764.703-53	DESCLASSIFICADO	15	5.2
10	0487	MARLI PEREIRA DA SILVA	446.764.412-15	DESCLASSIFICADO	15	5.2
11	0366	PATRICK WALLACE DOS SANTOS SILVA	016.630.062-45	DESCLASSIFICADO	10	5.2
12	0506	ALERRANDRO RABELO DA SILVA SENA	055.557.692-29	DESCLASSIFICADO	10	5.2
13	0699	JULIO MENEZES DE OLIVEIRA	032.827.842-44	DESCLASSIFICADO	10	5.2
14	0256	KELMA CRISTINA DA SILVA WENDLING	030.413.232-22	DESCLASSIFICADO	5	5.2
15	1935	MATHEUS YURI MIRANDA DA SILVA	152.202.697-55	DESCLASSIFICADO	2,5	5.2
16	1124	RENILCE SERDEIRA DAS SANTOS	043.874.822-06	DESCLASSIFICADO	2,5	5.2
17	0061	MANOEL JAMES SANTOS BANDEIRA	509.665.372-20	DESCLASSIFICADO	0	5.2
18	1845	ARY ALCANTARA DOS SANTOS	935.599.502-44	DESCLASSIFICADO	0	5.2
19	1273	MONICA FERREIRA BRITO	996.115.382-00	DESCLASSIFICADO	0	5.2
20	0578	MACEL THYARLLES MONTEIRO DA SILVA	004.028.232-57	DESCLASSIFICADO	0	5.2
21	1307	BRENDA MARCELA THOMÉ FERREIRA	023.456.972-70	DESCLASSIFICADO	0	5.2
22	0255	KLEBERSON JUNIOR MOURA CRUZ	702.420.022-77	DESCLASSIFICADO	0	5.2
23	1290	JOÃO LOPES LIMA FILHO	045.989.962-77	DESCLASSIFICADO	0	5.2

## Cargo: Assistente Especialidade: Instrutor de Oficio

Ш		Área de Atuação: Oficina de Acolhimento/Projeto Crescer									
	ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO				
	1	0541	DJERLANI DOS REIS BASTOS	609.271.782-49	CLASSIFICADO	60					
	2	1722	AYRTON CONCEIÇÃO DE MELO	015.361.212-66	CLASSIFICADO	60					
	3	0182	IRLEY REGINA EPIFÂNIO CURINTIMA	441.862.822-34	CLASSIFICADO	55					
	4	1112	ANGELA MARIA RODRIGUES DOS SANTOS	225.720.902-87	CLASSIFICADO	52,5					
	5	0702	MÁRCIA AGUIAR MOREIRA	855.140.712-00	CLASSIFICADO	50					
	6	1018	TÁDIA DA SILVA E SILVA	936.393.762-34	CLASSIFICADO	45					
	7	1748	SARA ZARDIS DE OLIVEIRA MARTINS	720 225 152-34	CLASSIFICADO	45					

8	0099	TATIANE MARQUES DA SILVA	002.748.842-08	CLASSIFICADO	45	
9	1747	EDER IBERNOM HOLANDA	948.955.202-00	CLASSIFICADO	40	
10	0349	MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO	627,269,192-00	CLASSIFICADO	40	
11	1447	ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS	009.262.205-43	CLASSIFICADO	40	
12	0584	GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO	804.386.872-72	CLASSIFICADO	35	
13	1206	ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA	538.484.892-87	CLASSIFICADO	35	
14	0658	LÚCIO EVERY DA SILVA FERREIRA NETO	020.491.062-54	CLASSIFICADO	35	
15	0507	THAIS CARLOS FONSECA TORRES	039.105.662-00	CLASSIFICADO	35	
16	0306	RAIDIRA MENEZES DE ASSIS	112.183.392-68	CLASSIFICADO	35	
17	0798	LIZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA	023.551.072-62	CLASSIFICADO	30	
18	0876	ÉVERTON OLIVEIRA SILVA	011.086.742-40	CLASSIFICADO	30	
19	0253	ALBERTO ARAUJO DE SOUZA JUNIOR	023.871.952-99	CLASSIFICADO	30	
_						
20	1682	EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA	028.666.382-12	CLASSIFICADO	30	
21	1465	CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAIO	021.179.662-09	CLASSIFICADO	27,5	
22	1407	ESTEPHANE SOUSA FRANCO	935.249.862-34	CLASSIFICADO	27,5	
23	0499	LAIANE DE SOUSA SOUSA	917.531.552-15	CLASSIFICADO	25	
24	0425	STEFANY KARLLIENE CARDOSO RICHIL	552.999.382-68	CLASSIFICADO	25	
25	0260	ADRIANA MENDES DA SILVA CAMPOS	622.497.653-83	CLASSIFICADO	25	
26	0241	CARLA CASSIA DUARTE CORTEZ	744.942.872-53	CLASSIFICADO	25	
27	1759	MARCELO DA SILVA BARROS	948.587.132-53	CLASSIFICADO	25	
28	0509	JOANNA FERNANDA ARAÚJO MORAES	024.524.902-88	CLASSIFICADO	25	
29	0371	ESTER RUTE LISBOA ALVES GUERRA	701.682.384-97	CLASSIFICADO	25	
30	0548	PATRICK WESNEY DUARTE MENDES DA SILVA	035.812.622-31	CLASSIFICADO	22,5	
31	1485	EMILLY DE NAZARÉ RABELO AFONSO	006.659.522-36	CLASSIFICADO	20	
32	0613	PABLO RODRIGO MOURA HOLANDA	014.783.302-79	CLASSIFICADO	20	
33	1751	ELCIANE SANTOS BARROS	894.505.902-49	CLASSIFICADO	20	
34	1876	WESLEY SABINO ARAUJO DE AQUINO	021.527.162-99	CLASSIFICADO	20	
35	0839	LUCIANA OLIVEIRA DA SILVA	225.385.852-87	CLASSIFICADO	20	
36	0044	SABRINA REIS RODRIGUES	032.445.522-42	DESCLASSIFICADO	17,5	5.2
37	1442	RAIMUNDA SOUZA SOARES	926.542.312-91	DESCLASSIFICADO	15	5.2
38	1808	GUILHERMINA ALMEIDA MOURA	937.826.832-34	DESCLASSIFICADO	15	5.2
39	0680	KIMBERLLY MAC DONALD DE ABREU	020.333.102-80	DESCLASSIFICADO	15	5.2
40	1144	VITÓRIA DANTAS GOMES DOS SANTOS	038.591.292-79	DESCLASSIFICADO	12,5	5.2
41	0307	SCARLETTY RAMOS PINHEIRO	027.139.252-58	DESCLASSIFICADO	10	5.2
42	0055	EDIMARE VIEIRA DE MOURA	658,439,672-04	DESCLASSIFICADO	10	5.2
43	1731	ROSSIVANIA SOUZA DA SILVA	003.426.462-06	DESCLASSIFICADO	7,5	5.2
44	1652	ÍNDRIA VICTORIA PACHECO NOGUEIRA	945.079.372-72	DESCLASSIFICADO	7.5	5.2
45	1023	RÔMULO SIQUEIRA DE OLIVEIRA	111.326.136-63	DESCLASSIFICADO	5	5.2
46	0151	EDINAILSON DE SOUZA DA COSTA	004.074.792-10	DESCLASSIFICADO	5	5.2
47	1770	ELISVÂNIA DA SILVA MUNIZ	538.961.062-87	DESCLASSIFICADO	5	5.2
48	1098	HALANA CRISTINA DE ALMEIDA MOURÃO	017.696.052-07	DESCLASSIFICADO	5	5.2
49	1334	LAYANE DE SOUSA SOKOLOWSKI	012.058.292-96	DESCLASSIFICADO	5	5.2
50	1215	MARIA LIZARB DE SOUZA CARDOZO	012.058.292-96	DESCLASSIFICADO	5	5.2
51	0833	BIANCA SILVA	021.415.022-41	DESCLASSIFICADO	2.5	5.2
	1828					
52		REGIANE COSTA NASCIEMNTO	529.303.602-59	DESCLASSIFICADO	0	5.2
53	0703	RAPHAEL PEREIRA UCHOA	747.716.202-53	DESCLASSIFICADO	0	
54	0808	CLEUCIRLEI VIANA DE MATOS	828.828.782-49	DESCLASSIFICADO	0	5.2
55	0029	IDAMAIRA ALVES DOS SANTOS DE	129.486.266-92	DESCLASSIFICADO	0	5.2
56	0991	DANIELLY SILVA DA CONCEIÇÃO	542.184.202-97	DESCLASSIFICADO	0	5.2
57	1947	SANDY DO VALE WAISMANN	022.110.002-40	DESCLASSIFICADO	0	5.2

						Car	go:	As	sist	en	te			
			E	spe	cia	lida	de:	Ins	tru	tor	de	e C	fic	ic

		Área de Atuação: Oficina de Artefatos	de Madeira e MI	DF/Projeto Crescer		
ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0394	MAURO PINHEIRO DE SOUZA	654.442.132-49	CLASSIFICADO	55	
2	0268	JAIRO BELIZARIO DOS SANTOS	719.414.792-00	CLASSIFICADO	45	
3	0172	GEDEÃO LIRA DA SILVA	040.111.722-78	CLASSIFICADO	35	

# Cargo: Assistente Especialidade: Instrutor de Oficio Área de Atuação: Oficina de Corte Costumo a Artic

		Area de Atuação. Oficina de Corte, Ci	ostura e Artesanat	08/F10jeto Crescer		
ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0712	MARIA DAS DORES ARAUJO DE SOUZA	112.125.602-30	CLASSIFICADO	60	
2	0383	MARIA GORETE CANTANHEDE DE SOUZA	199.934.392-15	CLASSIFICADO	55	
3	0600	ANA CAROLINA MARQUES DA ROCHA	729.782.952-87	CLASSIFICADO	45	
4	0795	LEOCIDE SOARES RIBEIRO	332.377.512-00	CLASSIFICADO	35	
5	0826	EILAMAR DOS REIS SILVA	627.641.102-78	CLASSIFICADO	35	
6	1807	GRACIELLA LAURENTINO MAC DONALD	650.615.002-53	CLASSIFICADO	20	
7	0543	ÚRSOLA JENNIFER LUCIANO SOARES	033.086.192-10	CLASSIFICADO	20	
8	1604	JOCILEIDE BARBOSA DA SILVA	905.173.002-06	DESCLASSIFICADO	15	5.2
9	0595	ADRIELE MARQUES DOS SANTOS	021.056.562-42	DESCLASSIFICADO	10	5.2
10	0441	POLIANA PEREIRA DOS SANTOS	008.168.262-00	DESCLASSIFICADO	7,5	5.2
11	1534	ILICIMEIRE GUEDES DA ANUNCIAÇÃO	042 951 805-64	DESCLASSIFICADO	- 5	5.2

Cargo: Assistente Especialidade: Instrutor de Oficio Área de Atuação: Oficina de Educação para o Trânsito e Sinalizações/Projeto Crescer

ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0544	GLEISON GOMES DA SILVA	510.183.222-72	CLASSIFICADO	60	
2	0390	KARLA CASAGRANDE	941.157.882-91	CLASSIFICADO	55	
3	1296	ANTONIO NARDONIO DE CASTRO FILHO	959.729.353-68	CLASSIFICADO	40	
4	0427	JAIRISON DOS SANTOS	917.167.132-34	CLASSIFICADO	32,5	
5	0094	DOUGLAS ALMEIDA ECKHARDT	217.276.863-49	CLASSIFICADO	30	
6	1451	VANESSA CAVALCANTE DA SILVA RAMOS	012.758.742-07	CLASSIFICADO	30	
7	0160	MAURICIO OLIVEIRA PRADO	008.156.972-60	CLASSIFICADO	30	
8	1666	MICHEL VIEIRA NUNES	068.808.985-21	CLASSIFICADO	25	
9	0896	MARCOS LEVI CARDOSO SOUZA	042.489.842-02	CLASSIFICADO	25	
10	0710	BARBARA VITÓRIA AGUIAR ROQUE	028.820.122-17	CLASSIFICADO	25	
11	0726	ANA CLARA ALVES MATOS	045.424.162-32	DESCLASSIFICADO	5	5.2
12	1092	ANA BEATRIZ DO NASCIMENTO COSTA	032.014.022-90	DESCLASSIFICADO	5	5.2
13	1282	SAYMON GABRIEL UCHÔA FREITAS DA SILVA SANTOS	005.210.482-65	DESCLASSIFICADO	0	5.2

Cargo: Assistente
Especialidade: Instrutor de Oficio
Área de Atuação: Oficina de Educação Ambiental e Compostagem/Projeto Crescer
NOME DO CANDIDATO CPF HOMOLOGAÇÃO NOTA

OKD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOIA	MOTIVO
1	1269	OBERLANE DOS SANTOS POVES MOURÃO	948.529.792-00	CLASSIFICADO	60	
2	0421	MONIQUE SUELEN MACHADO	923.608.662-49	CLASSIFICADO	50	
3	1331	CLAUDIMIR DE MENEZES CAMPOS	594.151.002-06	CLASSIFICADO	45	
4	0378	SUZETE DOS SANTOS PINHO	225.463.912-91	CLASSIFICADO	45	
5	0429	ROSÁRIA DA SILVA DE OLIVEIRA	013.984.622-09	CLASSIFICADO	45	
6	0276	GIZANE CARVALHO DE SOUZA	754.399.302-30	CLASSIFICADO	45	
7	1697	EVELINE WANESSA DA SILVA LIMÃO	782.197.282-72	CLASSIFICADO	35	
8	0594	FABIANA BARBOSA DO NASCIMENTO	011.694.362-93	CLASSIFICADO	35	
9	0002	GABRIELLE SOUZA DIAS	026.480.552-66	CLASSIFICADO	35	
10	0422	ELANE QUEIROZ DA SILVA	021.458.662-64	CLASSIFICADO	35	
11	0724	EMELY TRAJANO DE MENEZES	002.976.702-47	CLASSIFICADO	30	
12	1567	YANO RODRIGUES DA SILVA	044.426.052-89	CLASSIFICADO	30	
13	1772	RITANIELLE NUNES CABRAL	005.405.122-30	CLASSIFICADO	30	
14	0019	RAIZA RODRIGUES DA SILVA	018.361.502-61	CLASSIFICADO	30	
15	0792	DANIEL LIMA OLIVEIRA	039.348.522-62	CLASSIFICADO	25	

16	0294	ADNA ROSE TENÓRIO CARDOSO	394.514.612-72	CLASSIFICADO	25	
17	1794	ANGÉLICA LUZIA LIMA DIAS	006.771.662-81	CLASSIFICADO	25	
18	1435	ADRICELLY MARTINS DOS SANTOS	544.042.662-00	CLASSIFICADO	25	
19	0221	LUCIANA ALVES DA SILVA	998.187.872-34	CLASSIFICADO	22.5	
20	1735	THAÍS SANTIAGO CASTRO	009.207.452-96	CLASSIFICADO	22.5	
21	1608	MARIA EMANUELY OLIVEIRA DE SOUZA	026.826.512-75	CLASSIFICADO	22.5	
22	0239	FILIPE SILVA BRITO DA LUZ	002.942.702-99	CLASSIFICADO	22.5	
23	0308	JONILSON DE SOUZA SOBREIRA	010.694.392-82	CLASSIFICADO	20	
24	0823	RAINIELLY BARBOSA SOARES	931.252.672-34	CLASSIFICADO	20	
25	0343	DIENESON SILVEIRA ARRUDA	014.196.992-02	CLASSIFICADO	20	
26	1068	ELIANA RIBEIRO DANTAS	022.377.622-01	CLASSIFICADO	20	
27	1925	NIELE RODRIGUES ANDRADE GAMA	010.369.942-28	DESCLASSIFICADO	15	5.2
28	0316	IZABELLY CRISTIANE DIAS ADOLFO CUSTÓDIO	046.923.262-55	DESCLASSIFICADO	15	5.2
29	0400	LUCIANNE LIMA FERNANDES SAMPAIO	015.601.682-69	DESCLASSIFICADO	12.5	5.2
30	0350	LUARA THAYS REIS SILVA	040.447.122-63	DESCLASSIFICADO	10	5.2
31	1858	MARIA ZÉLIA SILVA LIMA	630.946.812-04	DESCLASSIFICADO	5	5.2
32	1841	JORDANIA GUIMARÃES NUNES	034.966.382-30	DESCLASSIFICADO	5	5.2
33	1941	VICTORIA BEZERRA BATISTA	043.706.242-23	DESCLASSIFICADO	5	5.2
34	1171	WILLIANNY BIANCA DE SOUZA DA ANUNCIAÇÃO	040.196.732-84	DESCLASSIFICADO	5	5.2
35	0358	DEONICE AUGUSTINHO BRASIL	951.246.752-68	DESCLASSIFICADO	2.5	5.2
36	1744	RODRIGO DE JESUS MARTINS	038.309.172-10	DESCLASSIFICADO	0	5.2

## Cargo: Assistente Especialidade: Instrutor de Oficio

 Área de Atuação: Oficina de Esporte, Cultura e Lazer/Projeto Crescer

 NOME DO CANDIDATO
 CPF
 HOMOLOGAÇÃO
 NOTA
 MOTIVO

ORD.  1 2 3 4 5	INSC. 0454 1829 0563	NOME DO CANDIDATO  MARILENE VIANA GARCIA  FRANCIVALDO DA LUZ FELICIANO	CPF 201.120.172-15	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
2 3 4	1829		201.120.172-15			
3 4		ED ANOTHE DO DATE OF THE PERIOD		CLASSIFICADO	60	
4	0563	FRANCIVALDO DA LUZ FELICIANO	658.604.622-04	CLASSIFICADO	55	
-		JANESSON SANTANA BARROS	000.564.042-39	CLASSIFICADO	55	
5	1618	MARCOS ANTONIO PEREIRA	009.518.992-01	CLASSIFICADO	50	
-	0569	TAISIS DA SILVA DUARTE	007.940.412-05	CLASSIFICADO	50	
6	1188	JOHN FÉLIX DE SOUZA SILVA	961.945.962-87	CLASSIFICADO	45	
7	1859	CLEYCE NELIAN DOS SANTOS NOGUEIRA	672.520.522-49	CLASSIFICADO	45	
8	0620	MARIA EDUARDA DE AZEVEDO OLIVEIRA	032.855.362-09	CLASSIFICADO	40	
9	0262	LUIZ CARLOS DE LIMA MARTINS	023.676.352-00	CLASSIFICADO	35	
10	1168	JAKSINEIDE BARROSO UCHOA	632.007.832-49	CLASSIFICADO	35	
11	0889	ELOY DOS SANTOS SILVA	970.536.432-04	CLASSIFICADO	32,5	
12	1878	ACSA MENDONÇA RODRIGUES	032.537.492-90	CLASSIFICADO	32.5	
13	0692	VITÓRIA LOPES DE OLIVEIRA	026.667.552-23	CLASSIFICADO	22.5	
14	0025	HAMILTON RODRIGO CABRAL FERREIRA	014.130.752-82	CLASSIFICADO	20	
15	1690	LUCAS HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA	020.005.462-77	CLASSIFICADO	20	
16	0643	ISRAEL FELIPE DOS SANTOS OLIVEIRA	943.172.082-53	CLASSIFICADO	20	
17	1882	GISELLE CAROLINE RODRIGUES SILVA	899.602.032-04	CLASSIFICADO	20	
18	0745	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA	017.259.792-76	CLASSIFICADO	20	
19	0312	MICHEL SANTOS ARAUJO	018.726.412-02	DESCLASSIFICADO	15	5.2
20	1138	BIANCA RAÍSA ALVES DE OLIVEIRA	023.430.092-28	DESCLASSIFICADO	15	5.2
21	1540	FELIPE SILVA SOUSA	033.103.592-80	DESCLASSIFICADO	15	5.2
22	0751	THARLYSON DA SILVA BEZERRA	024.102.722-58	DESCLASSIFICADO	10	5.2
23	0916	THALYTA MACHADO FRANCO SCACABAROSSI	023.777.532-80	DESCLASSIFICADO	10	5.2
24	0318	MARIA JUCILENE DE SOUZA LIMA	642.806.402-20	DESCLASSIFICADO	10	5.2
25	1316	ORLANDINA PINHEIRO SAMPAIO LOPES	024.986.282-40	DESCLASSIFICADO	7.5	5.2
26	1017	ADRIANA DE OLIVEIRA SOUZA	987.870.632-04	DESCLASSIFICADO	5	5.2
27	1862	LIUVANDERSON SARMENTO ARAÚJO	005.407.532-70	DESCLASSIFICADO	5	5.2
28	0014	KARINE BONFIM DOS SANTOS	039.147.822-26	DESCLASSIFICADO	5	5.2
29	0398	HONYLSON CRUZ DE SOUZA	036.283.482-26	DESCLASSIFICADO	0	5.2
30	0077	EDUARDO MARCELO	066.302.152-90	DESCLASSIFICADO	0	5.2

Cargo: Assistente
Especialidade: Instrutor de Oficio
Área de Atuação: Oficina de Inclusão Digital/Projeto Crescer

ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0304	ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS	033.954.102-42	CLASSIFICADO	47.5	
2	0290	PATRICIO SOUSA SILVA	021.290.152-47	CLASSIFICADO	37.5	
3	1167	NATALY ALMEIDA DOS SANTOS	040.278.372-74	CLASSIFICADO	30	
4	1821	VANESSA SOUSA MORAIS	013.725.662-01	CLASSIFICADO	25	
5	1065	KATHARINE COINBRA TOLEDO	023.644.642-85	CLASSIFICADO	25	
6	1099	ÁDRIA VARÃO ALVES ROTH	033.891.332-75	CLASSIFICADO	22.5	
7	0759	VALMILSON ARAUJO DE OLIVEIRA	439.068.262-87	CLASSIFICADO	20	
8	1424	DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS	122.234.534-06	CLASSIFICADO	20	
9	1276	RHAYANE SINDEAUX SILVA	942.630.002-34	CLASSIFICADO	20	
10	1734	MICHELLE ROSE SOUSA GOMES	654.444.002-78	DESCLASSIFICADO	15	5.2
11	0894	GISELE DOMINGOS DA SILVA	015.937.762-50	DESCLASSIFICADO	10	5.2
12	1793	WESLEY DE SOUZA SAMPAIO	013.704.982-09	DESCLASSIFICADO	10	5.2
13	1192	FELIPE OLIVEIRA SOUZA	032.578.202-40	DESCLASSIFICADO	5	5.2
14	0953	ALLAN MARTINS DE OLIVEIRA	003.296.452-85	DESCLASSIFICADO	0	5.2
15	1709	BILLY JOHNSON SERRAO RODRIGUES	022.207.132-02	DESCLASSIFICADO	0	5.2
16	1873	ANDERSON GABRIEL BRAGA SOARES DE	010.351.042-70	DESCLASSIFICADO	0	5.2
17	1720	ÂNGELA DA SILVA PEREIRA	032.326.792-00	DESCLASSIFICADO	0	5.2
18	1546	WENDERSON RIQUELME NASCIMENTO	032.400.152-50	DESCLASSIFICADO	0	5.2

Cargo: Assistente Especialidade: Instrutor de Oficio Área de Atuação: Oficina de Panificação e Culinária/Projeto Crescer

ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0098	LUIS BEZERRA JUNIOR	969.084.913-15	CLASSIFICADO	55	
2	0527	ELBE PEREIRA DA SILVA	788.727.662-49	CLASSIFICADO	42.5	
3	1223	MARGARETE COLARES MESQUITA	225.574.822-34	CLASSIFICADO	35	
4	0941	SYLVIA HOSEIN KHAN RODRIGUES	741.520.682-72	CLASSIFICADO	32.5	
5	1675	MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA	382.311.902-87	CLASSIFICADO	25	
6	0552	PRIRLA ALVES DE OLIVEIRA	732.583.852-20	CLASSIFICADO	25	
7	0438	JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA	930.901.532-20	CLASSIFICADO	20	
8	0152	ANA LUCIA PINTO GOMES DE QUEIROZ	516.820.102-44	DESCLASSIFICADO	15	5.2
9	0415	KELIANE LIMA PINHEIRO	761.371.632-53	DESCLASSIFICADO	15	5.2
10	1923	GLEIVIA LARANJEIRA RODRIGUES	919.506.512-15	DESCLASSIFICADO	15	5.2
11	0243	GABRIELLA DA SILVA PAIOLA	025.030.602-69	DESCLASSIFICADO	10	5.2
12	0571	ALEX DA SILVA E SILVA	929.739.652-68	DESCLASSIFICADO	5	5.2
13	0723	ADRIANA MARY SANTOS DOS REIS	710.321.772-68	DESCLASSIFICADO	0	5.2
14	0311	JHONE KEDISON FRANCO DE MENEZES	541.491.502-49	DESCLASSIFICADO	0	5.2

Cargo: Assistente Especialidade: Instrutor de Oficio Área de Atuação: Oficina de Produtos Serigráficos e Personalizados/Projeto Crescer

ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0449	ELTON LIMA SILVA	754.166.462-68	CLASSIFICADO	45	
2	0056	CLEISON RIBEIRO MONTEIRO	853.223.852-15	CLASSIFICADO	35	
3	1617	ERIC FELIPE FERNANDES LUZ	026.923.802-66	CLASSIFICADO	35	
		•	•			

Cargo: Assistente
Especialidade: Monitor de Oficina
Área de Atuação: Projeto Crescer

	Area de Atuação. Trojeto crescer								
RD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO			
1	0242	MADIA IZONE TELES CAVALCANTE	225 629 572 69	CLASSIEICADO	60				

3	0467 0434	FRAMICI QUEIROZ DA SILVA FRANCISLÂNDIA PONTES MARINHO	241.755.872-68 382.507.212-68	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	60	
4	0334	MABILA MICAELE DOS SANTOS MOTA	004.893.572-70	CLASSIFICADO	55	
5	0289	CRISTIANE APARECIDA DA SILVA PEREIRA	722.009.872-34	CLASSIFICADO	55	
6	0512	WANYSELMA FREITAS GUIMARAES	996.747.692-34	CLASSIFICADO	55	
8	0437 0102	NEUSA RODRIGUES PINTO ERALDO BARROS DA SILVA	199.984.902-78 382.854.012-00	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	50	
9	0431	MARIA DO PERPETUO SOCORRO PEIXOTO PLÁCIDO	512.511.592-49	CLASSIFICADO	50	
10	0581	GRACIANE BARROSO BARBOSA	002.390.292-24	CLASSIFICADO	50	
11	1593 0423	JEHNEFER DE SOUZA RIBEIRO TEREZA CRISTINA NASCIMENTO MEIRELES	017.944.922-24 414.486.933-49	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	50	
13	1495	CIRLENE DA SILVA LIMA	545.067.192-04	CLASSIFICADO	50	
14	0325	ELAINE JESSICA DA SILVA LIMA	003.031.062-80	CLASSIFICADO	47.5	
15	0424	MARIA INEIDE DE OLIVEIRA FREITAS	317.405.452-49	CLASSIFICADO	45	
16	0688 1840	CLEOEZA DE SOUZA PAULO MARIA GILSA MELO GOMES	679.528.362-34 509.773.422-04	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	45 45	
18	0447	JABNER SILVA DE MESQUITA	543.897.632-53	CLASSIFICADO	45	
19	1308	RUTHE DUARTE SILVA	984.818.512-72	CLASSIFICADO	45	
20	1553	CLEANE PORTELA TAVEIRO CASTRO ZILMA DA SILVA MOTA	011.033.282-20 772.397.092-72	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	45 45	
22	0081	SUNAMITA DE MACEDO E SILVA	546.639.032-15	CLASSIFICADO	45	
23	0763	CLAUBER SILVA E SOUSA	635.687.212-87	CLASSIFICADO	45	
24	1386 1852	JACKSON CONCEICAO COSTA SEDERRUZ SILVA COSTA	007.631.552-50 002.356.632-98	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	42.5 42.5	
26	0606	VALDORA ALVES FARIA	323.453.992-87	CLASSIFICADO	42.3	
27	0528	LIANA BARROSO BARBOSA	865.012.832-72	CLASSIFICADO	40	
28	0124	CLEUCIANE PESSOA DE SOUSA	021.829.762-99	CLASSIFICADO	40	
30	0367 0560	GRAZIELE AGUIAR FREITAS  CLEIDE ONICE MOURÃO SOARES	800.441.582-20 953.442.501-00	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	40 37.5	
31	0848	POLIANA SAMPAIO CUNHA BARROSO	016.816.282-28	CLASSIFICADO	37.5	
32	1293	MÁRCIO ANDRÉ BITENCOURT DE SOUZA	671.883.622-20	CLASSIFICADO	35	
33	0657	DIANY MONTEIRO DE SOUZA	003.273.292-97	CLASSIFICADO	35	
34 35	0433 1708	NAIARA BARBOSA DA SILVA GEOVANNA LIMA SOUSA	005.047.842-77 046.047.982-22	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	35 35	
36	0686	LEILA MATIAS GARÇA	528.875.612-00	CLASSIFICADO	32.5	
37	0818	LORENA DE ALMEIDA RABELO	014.496.522-47	CLASSIFICADO	32.5	
38	0355	EMILLY CRISTINY PEREIRA DA COSTA  MARINALVA PENHA LOPES	032.818.052-13	CLASSIFICADO	32.5	
39 40	0836 1500	MARINALVA PENHA LOPES BRUNA MAIA DE LIMA FARIA	770.114.653-91 000.807.752-50	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	30 30	
41	0799	LUAN BAMBERG DOURADO	010.320.172-60	CLASSIFICADO	30	
42	0554	FABRICIA VANESSA LIMA CARIOCA	018.905.482-43	CLASSIFICADO	30	
43	0520 1411	ADRIANA DE JESUS DA SILVA SANTANA GABRIEL ITALO FERNANDES PINHEIRO	030.487.582-16	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	30 30	
45	0095	LUCAS NOGUEIRA CRUZ	032.712.872-01	CLASSIFICADO	30	
46	1846	REBECA NUNES DA CONCEIÇÃO	069.080.162-93	CLASSIFICADO	30	
47	0287	CRISTIANO OLIVEIRA DE OLIVEIRA	627.864.582-34	CLASSIFICADO	30	
48	0667 1214	ELIEUDE GOMES FRANCO LETICIA LEAL SOUSA	623.898.742-15 528.234.582-04	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	30 30	
50	0931	DÉBORAH KATHLLEN AGUIAR POLICARPO	013.738.282-00	CLASSIFICADO	30	
51	0346	EXPEDITA FIGUEIREDO	031.236.024-00	CLASSIFICADO	27.5	
52	0630 0275	VANDA LUCIA DOS SANTOS REIS MENESES	772.397.502-30 950.021.542-04	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	27.5	
54	0579	CARLA SILVA DE BRITO  JACQUELINE ALVES LIMA	016.874.422-82	CLASSIFICADO	27.5	
55	0666	VANDO DE FREITAS DA SILVA	912.257.602-91	CLASSIFICADO	27.5	
56	0448	SABRINA MAGALHÃES LIMA	032.009.372-70	CLASSIFICADO	27.5	
57 58	1602 1522	ROZIVANIA DA SILVA TATIANNE LORENNA VIEIRA MEDEIROS	532.168.062-00 028.116.382-02	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	25 25	
59	0562	WANDREANE BEZERRA DA ROCHA RODRIGUES	011.584.872-07	CLASSIFICADO	25	
60	1422	FELIP HOWIN FAI SANTOS FIGARELA	023.190.412-65	CLASSIFICADO	25	
61	0617	MARIA JOYCE DE JESUS DA SILVA KELLIANE DE ALEGAR SOUSA	034.182.342-24	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	25 25	
63	1678	MARILIA CANAVARRO MARINHO PEREIRA	031.824.582-56	CLASSIFICADO	25	
64	0414	KEROLAINE BEZERRA BRAGA DE SOUZA	032.145.682-30	CLASSIFICADO	25	
65	0393	CLODOALDO LUCAS CRUZ COSTA  NATÁLIA ANGELO DE OLIVEIRA	027.537.782-21	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	25	
67	0026	ROCICLEIA ABREU DO NASCIMENTO	648.761.012-72	CLASSIFICADO	25	
68	1134	SARAMILENA MARTINS DE ASSIS	004.265.782-28	CLASSIFICADO	25	
69	1704	JAQUES MURÇA PIRES	303.808.632-00	CLASSIFICADO	20	
70	1277	LILIANE TORRÊA DE CASTRO	672.853.092-49	CLASSIFICADO	20	
71	0131 1423	RONE ENE ROCHA RODRIGUES EVILA ABREU DA SILVA	701.512.022-49 859.200.962-68	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	20	
73	0191	RONILTON CONCEIÇÃO DE MELO	856.078.782-87	CLASSIFICADO	20	
74	1251	ANA CÁSSIA MAGALHÃES DA SILVA	006.776.442-80	CLASSIFICADO	20	
75 76	0626 0347	JERUSA ALVES MACHADO  JACKELINE TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO	026.970.352-73 545.569.452-91	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	20	
77	0223	PABLO DOUGLAS DA SILVA	032.062.342-47	CLASSIFICADO	20	
78	0145	LAION FELIX MARTINS DE MELO	033.902.862-92	CLASSIFICADO	20	
79 80	0976 0518	MARIA DE JESUS GAMA NASCIMENTO ALVES THAIZA CAROLINA RODRIGUES ONORIO	978.109.322-68 549.274.472-00	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	20 20	
81	0840	KARÉM CRISTINA CASTRO SANTOS	034.362.362-50	CLASSIFICADO	20	
82	0389	FRANCISCA NEIDE DE SOUSA NOGUEIRA	594.268.102-34	CLASSIFICADO	20	
83	0547	LADIA ALINE DE SOUZA FRANCO	508.715.952-49	CLASSIFICADO	20	
84 85	0476 0202	SIMONE FRANCISCA TRINDADE DE SOUSA LEIDYANE SOUSA DE OLIVEIRA	727.817.772-34 959.237.482-15	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	20	
86	0672	JEISIANE DE SOUSA GALVÃO	035.117.842-20	CLASSIFICADO	20	
87	0974	BIANCA PINHEIRO DA SILVA	987.067.302-30	CLASSIFICADO	20	
88	0998 1605	EMILLY BARBOSA DA SILVA ELCYRA DOMINGOS DE SOUSA	033.151.212-22 611.321.012-04	CLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	20 17.5	5.2
90	0824	LAYSA PAMELLA NEVES DOS SANTOS	006.949.472-02	DESCLASSIFICADO	17.5	5.2
91	1003	LUANNY KELRE DE SOUZA	006.870.692-89	DESCLASSIFICADO	17.5	5.2
92	0873	KLEYSON RUAN DA SILVA PEREIRA	055.693.652-30 009.051.912-42	DESCLASSIFICADO	17.5	5.2
_				DESCLASSIFICADO	17.5	5.2
93	0154 0516	ANDREZA NAYARA DA COSTA BARROS MIRIAN SOUSA MESQUITA	464.516.332-91	DESCLASSIFICADO	15	
93 94 95	0154 0516 0632	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS	464.516.332-91 678.126.432-04	DESCLASSIFICADO	15	5.2
93 94 95 96	0154 0516 0632 0326	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIRA DOS SANTOS	464.516.332-91 678.126.432-04 008.565.992-47	DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	15 15	5.2
93 94 95	0154 0516 0632	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIRA DOS SANTOS JOZELIO MAGALHÃES DOS REIS	464.516.332-91 678.126.432-04 008.565.992-47 004.837.062-21	DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	15 15 15	
93 94 95 96 97	0154 0516 0632 0326 0652	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIRA DOS SANTOS	464.516.332-91 678.126.432-04 008.565.992-47	DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	15 15	5.2 5.2
93 94 95 96 97 98 99	0154 0516 0632 0326 0652 0732 1076 1784	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIBA DOS SANTOS JOZELIO MAGALHÃES DOS REIS ISAYANE NÓBREGA LOPES HÁREMY MORAES FONTELES DOS SANTOS CIBELE REIS BENTO	464.516.332-91 678.126.432-04 008.565.992-47 004.837.062-21 897.580.212-49 019.636.952-59 028.179.202-01	DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	15 15 15 15 15 15	5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2
93 94 95 96 97 98 99 100	0154 0516 0632 0326 0652 0732 1076 1784	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIRA DOS SANTOS JOZELIO MAGALHĀES DOS REIS ISAYANE NÓBREGA LOPES HĀREMY MORAES FONTELES DOS SANTOS CIBELE REIS BENTO DENILSON SEBASTIAO DA SILVA	464.516.332-91 678.126.432-04 008.565.992-47 004.837.062-21 897.580.212-49 019.636.952-59 028.179.202-01 035.450.052-08	DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	15 15 15 15 15 15 15	5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2
93 94 95 96 97 98 99	0154 0516 0632 0326 0652 0732 1076 1784	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIBA DOS SANTOS JOZELIO MAGALHÃES DOS REIS ISAYANE NÓBREGA LOPES HÁREMY MORAES FONTELES DOS SANTOS CIBELE REIS BENTO	464.516.332-91 678.126.432-04 008.565.992-47 004.837.062-21 897.580.212-49 019.636.952-59 028.179.202-01	DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	15 15 15 15 15 15	5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2
93 94 95 96 97 98 99 100 101	0154 0516 0632 0326 0652 0732 1076 1784 0322 0851	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIRA DOS SANTOS JOZELIO MAGALHĀES DOS REIS ISAYANE NÓBREGA LOPES HĀREMY MORAES FONTELES DOS SANTOS CIBELE REIS BENTO DENILSON SEBASTIAO DA SILVA ANA GABRIELLY ROCHA BARROS	464.516.332.91 678.126.432.04 008.565.992.47 004.837.062.21 897.580.212.49 019.636.952.59 028.179.202.01 035.450.052.08	DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO DESCLASSIFICADO	15 15 15 15 15 15 15 15	5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2
93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104	0154 0516 0632 0326 0652 0732 1076 1784 0322 0851 0545 1838 1723	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIRA DOS SANTOS IOZELIO MAGALHĀES DOS REIS ISAYANE NÓBREGA LOPES HĀREMY MORAES FONTELES DOS SANTOS CIBELE REIS BENTO DENILSON SEBASTIAO DA SILVA ANA GABRIELLY ROCHA BARROS PAULO HENRIQUE DE JESUS DA SILVA ALGORITA DE LEGUE DA SILVA ANA GABRIELLY ROCHA BARROS PAULO HENRIQUE DE JESUS DA SILVA ALGORITA DE LEGUE DA SILVA EVELYN DA SILVA NEVES	464.516.332.91 678.126.432.04 008.565.992.47 004.837.062.21 897.580.212.49 019.636.952.59 028.179.202.01 035.450.052.08 042.787.272.32 059.765.282.10 803.343.852.53 547.116.812.72	DESCLASSIFICADO	15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 1	5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2
93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106	0154 0516 0632 0326 0652 0732 1076 1784 0322 0851 0545 1838 1723 1664	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIRA DOS SANTOS JOZELIO MAGALHÃES DOS REIS ISAYANE NÓBREGA LOPES HÁREMY MORAES FONTELES DOS SANTOS CIBELE REIS BENTO DENILSON SEBASTIAO DA SILVA ANA GABRIELY ROCHA BARROS PAULO HENRIQUE DE JESUS DA SILVA AIGRER FELLYPHE VIANA BARRADAS EVELYN DAS LIXVA NEVES KEĪTICIANE DA SILVA QUADROS SOUZA	464.516.332-91 678.126.432-04 008.565.992-47 004.837.062-21 897.580.212-49 019.636.952-59 028.179.202-01 035.450.052-08 042.787.272-32 059.765.282-10 803.343.852-53 547.116.812-72 960.050.762-72	DESCLASSIFICADO	15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 1	5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2
93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104	0154 0516 0632 0326 0652 0732 1076 1784 0322 0851 0545 1838 1723	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIRA DOS SANTOS IOZELIO MAGALHĀES DOS REIS ISAYANE NÓBREGA LOPES HĀREMY MORAES FONTELES DOS SANTOS CIBELE REIS BENTO DENILSON SEBASTIAO DA SILVA ANA GABRIELLY ROCHA BARROS PAULO HENRIQUE DE JESUS DA SILVA ALGORITA DE LEGUE DA SILVA ANA GABRIELLY ROCHA BARROS PAULO HENRIQUE DE JESUS DA SILVA ALGORITA DE LEGUE DA SILVA EVELYN DA SILVA NEVES	464.516.332.91 678.126.432.04 008.565.992.47 004.837.062.21 897.580.212.49 019.636.952.59 028.179.202.01 035.450.052.08 042.787.272.32 059.765.282.10 803.343.852.53 547.116.812.72	DESCLASSIFICADO	15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 1	5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2
93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108	0154 0516 0632 0326 0652 0732 1076 1784 0322 0851 0545 1838 1723 1664 0368 1851 1835	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOUBDES LIRA DOS SANTOS JOZELIO MAGALHĀES DOS REIS ISAYANE NÓBREGA LOPES HĀREMY MORAES FONTELES DOS SANTOS CIBELE REIS BENTO DENILSON SEBASTIAO DA SILVA ANA GABRIELLY ROCHA BARROS PAULO HENRIQUE DE JESUS DA SILVA AIGER FELLYPHE VIANA BARRADAS EVELYN DA SILVA DEVES KETITCIANE DA SILVA QUADROS SOUZA MARCIO TEIXEIRA DE MELO	464.516.332-91 678.126.432-04 008.565.992-47 004.837.062-21 897.580.212-49 019.636.952-59 028.179.202-01 035.459.032-08 042.787.272-32 099.765.282-10 803.343.852-53 547.116.812-72 708.447.631-87	DESCLASSIFICADO	15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 12.5 10 10	5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2
93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110	0154 0516 0632 0326 0652 0732 1076 1784 0322 0851 0545 1838 1723 1664 0368 1851 1835 1823	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOUBDES LIRA DOS SANTOS JOZELIO MAGALHĀES DOS REIS ISAYANE NŌBREGA LOPES HĀREMY MORAES FONTELES DOS SANTOS CIBELE REIS BENTO DENILSON SEBASTIAO DA SILVA ANA GABRIELLY ROCHA BARROS PAULO HENRIQUE DE JESUS DA SILVA AGGER FELLYPHE VIANA BARRADAS EVELYN DA SILVA NEVES KETICIANE DA SILVA QUADROS SOUZA MARCIO TEIXEIRA DE MELO FRANCISCO AIRES JUNIOR GISEL SANTOS MATOS SYDNAN SOUZA LIMA AGUIAR	464.516.332.91 678.126.432.04 008.565.992.47 004.837.062.21 897.580.212.49 019.636.952.59 028.179.202.01 035.459.032.08 042.787.272.23 099.765.282.10 803.343.852.53 547.116.812.72 708.447.631.87 884.821.972.15 8942.425.342.72	DESCLASSIFICADO	15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 1	5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2
93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108	0154 0516 0632 0326 0652 0732 1076 1784 0322 0851 0545 1838 1723 1664 0368 1851 1835	MIRIAN SOUSA MESQUITA GAMALIER COELHO DOS SANTOS MARIA DE LOURDES LIRA DOS SANTOS JOZELIO MAGALHÃES DOS REIS ISAYANE NÓBREGA LOPES HÁREMY MORAES FONTELES DOS SANTOS CIBELE REIS BENTO DENILSON SEBASTIAO DA SILVA ANA GABRIELY ROCHA BARROS PAULO HENRIQUE DE JESUS DA SILVA AIGRER FELLYPHE VIANA BARRADAS EVELYN DAS LIXVA NEVES KEITICIANE DA SILVA QUADROS SOUZA MARCIO TEIXEIRA DE MELO FRANCISCO AIRES JUNIOR GISELE SANTOS MATOS	464.516.332-91 678.126.432-04 008.565.992-47 004.837.062-21 897.580.212-49 199.636.952-59 028.179.202-01 035.456.052-08 042.787.272-32 059.765.282-10 803.343.852-53 960.050.762-72 708.447.631-87 884.821.972-52 530.567.282-15	DESCLASSIFICADO	15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 15 12.5 10 10	5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2 5.2

114	0073	GABRYEL MOURA FERNANDES	029.517.722-54	DESCLASSIFICADO	10	5.2
115	1242	ANGELA CARDOSO DA SILVA	060.014.662-62	DESCLASSIFICADO	10	5.2
116	1111	RAINA YASMIN PESSOA RIBEIRO	032.226.312-39	DESCLASSIFICADO	10	5.2
117	0271	WALDENOR BRITO DE LIMA NETO	066.730.592-06	DESCLASSIFICADO	10	5.2
118	0271	EYSHILA LOHANY TRINDADE BEZERRA	028.977.742-90	DESCLASSIFICADO	10	5.2
119	0104	EVANIA SILVA FERREIRA	586.621.972-72	DESCLASSIFICADO	10	5.2
120	1913	MISAEL SEVERINO DA SILVA	446.936.302-25	DESCLASSIFICADO	10	5.2
121	1109	SUELLEN BARROS GOES	893.115.402-00	DESCLASSIFICADO	10	5.2
122	0157	DANIELE LOURENCO			10	5.2
			003.742.092-51	DESCLASSIFICADO	- 11	
123	0525	RAINARA OLIVEIRA DA SILVA	015.632.332-07	DESCLASSIFICADO	10	5.2
124	0163	PATRICIA CARDOSO SOUSA	039.231.582-38	DESCLASSIFICADO	10	5.2
125	0852	ALINE MIRANDA TIMÓTEO	624.059.713-99	DESCLASSIFICADO	10	5.2
126	0628	VINICIUS MELO NASCIMENTO	013.632.872-57	DESCLASSIFICADO	7.5	5.2
127	0303	PÂMELLA VITÓRIA SILVA SOUSA VALE	055.979.562-99	DESCLASSIFICADO	7.5	5.2
128	0066	MARIA APARECIDA DE SOUZA MENDONÇA	666.680.502-04	DESCLASSIFICADO	5	5.2
129	0419	RENNE COSTA RODRIGUES	918.033.142-49	DESCLASSIFICADO	5	5.2
130	0096	GIOVANNY LIMA CAVALCANTE	022.266.732-02	DESCLASSIFICADO	5	5.2
131	0297	EVELINA DA SILVA RODRIGUES	038.977.972-59	DESCLASSIFICADO	5	5.2
132	1874	REBECA ALVES DE SOUZA	028.826.142-92	DESCLASSIFICADO	5	5.2
133	1179	KÉZIA DE SOUSA FERREIRA	036.763.752-97	DESCLASSIFICADO	5	5.2
134	1113	LEYRTON ROBZICO DA SILVA SOUZA	044.395.222-11	DESCLASSIFICADO	5	5.2
135	0932	ALESSANDRO NASCIMENTO PINTO	045.041.232-66	DESCLASSIFICADO	5	5.2
136	1743	TAINÁ MESQUITA PEREIRA	039.340.592-36	DESCLASSIFICADO	5	5.2
137	1180	ANA CAROLINA DA SILVA FREIRE	023.756.662-16	DESCLASSIFICADO	5	5.2
138	0872	LUCAS ANDRÉ BENTO MAIA	032.820.452-80	DESCLASSIFICADO	5	5.2
139	0524	BRENO FRANCISCO ALVES DA COSTA	040.608.032-19	DESCLASSIFICADO	5	5.2
140	1662	KMILY VITÓRIA GALVÃO BARROSO	048.831.092-08	DESCLASSIFICADO	5	5.2
141	0020	ELISSANDRA JUNOR DE SOUZA	648.514.512-53	DESCLASSIFICADO	0	5.2
142	1931	AUCIDELIA ABREU DE SOUZA BARROSO	589.924.722-34	DESCLASSIFICADO	0	5.2
143	0690	FABIANA MARIA DA SILVA	044.058.544-91	DESCLASSIFICADO	0	5.2
144	1501	JOAO PAULO FELIPE FROTA	965.084.692-15	DESCLASSIFICADO	0	5.2
145	1886	LORENA FECHINE DA SILVA	046.244.273-00	DESCLASSIFICADO	0	5.2
146	1174	ANA CAROLINE VIEIRA DO NASCIMENTO	003.354.202-30	DESCLASSIFICADO	0	5.2
147	0227	ANTONIO OLIVEIRA CARVALHO FILHO	013.209.602-19	DESCLASSIFICADO	0	5.2
148	0386	WAGNER DA SILVA SOUZA	007.760.262-59	DESCLASSIFICADO	0	5.2
149	1762	SUZY EVELYN LAYS SILVA PORTO	016.622.992-06	DESCLASSIFICADO	0	5.2
150	1637	ANDRESSA DA COSTA RODRIGUES	054.210.581-07	DESCLASSIFICADO	0	5.2
151	0167	ADRIELE AGDA PIETROWSKI DE SOUZA	996.489.702-20	DESCLASSIFICADO	0	5.2
152	1238	KAREN SALES RODRIGUES	032.806.032-18	DESCLASSIFICADO	0	5.2
153	0570	ANA CAROLINE FREITAS OLIVEIRA	025.050.552-54	DESCLASSIFICADO	0	5.2
154	0164	GISLAYNY PAIVA DOURADO	044.872.462-61	DESCLASSIFICADO	0	5.2
155	0296	KELLI MONIC DOS SANTOS SOUSA	032.539.482-26	DESCLASSIFICADO	0	5.2
	0290	KARINA PALOMA ABREU DE SOUSA	024.525.212-64	DESCLASSIFICADO	0	5.2

#### Cargo: Assistente Especialidade: Assistente de Oficio Área de Atuação: Projeto Crescer NOME DO CANDIDATO HOMOLOGAÇÃO NOTA MOTIVO ORD. INSC. CPF 1 0812 EDINILZA PICANÇO NUNES 622.511.982-53 CLASSIFICADO 1598 WALNEY PEREIRA PARREIRA CLASSIFICADO 009.913.072-67 0508 MAYARA PEREIRA SILVA 035,460,262-41 CLASSIFICADO 60 0825 PRISCYLA YASMIM RAMOS MORAES 023.583.463-73 CLASSIFICADO 55 0708 Rajane da Silva Rabelo 003.518.722-05 CLASSIFICADO 55 0870 KATIA CRISTIANE MACIEL DE MELO CLASSIFICADO 50 0351 WALMIRA CORREA PINHO 703.480.062-68 CLASSIFICADO 50 0490 GLEICIANE MATOS DA SILVA 977.631.952-15 CLASSIFICADO 50 0602 ELOISA DOS SANTOS MACHADO 023.931.702-51 CLASSIFICADO 10 0531 ANDRÉ LUCAS SILVA RODRIGUES 019.770.152-39 CLASSIFICADO 50 ADRIANA OLIVEIRA MORENO 998.421.492-34 CLASSIFICADO 1837 11 0300 IGOR MATEUS LOPES DA COSTA 990.236.102-10 CLASSIFICADO 45 0174 JOYCE KELLE MELO ADORIAN 37.5 14 0596 CALINA DINIZ BARBOSA 032.658.172-37 CLASSIFICADO 15 16 570.114.942-00 039.112.712-80 37.5 35 0843 ROSICLEIDE DE JESUS FEIO DE BRITO CLASSIFICADO 0401 KÁSSIA HELEN DE JESUS DE SOUZA CLASSIFICADO 1080 JACQUELINE RIBEIRO PENA 002.704.572-24 CLASSIFICADO 35 32.5 19 1415 FABIANA MAGALHÃES DE AZEVEDO 447.421.692-04 CLASSIFICADO 32.5 838.749.092-04 1231 LILIANE JONES DA SILVA 014.922.862-73 CLASSIFICADO 30 27.5 1032 JULIANA DOS SANTOS BEZERRA 025.268.072-39 CLASSIFICADO 019.082.652-56 0863 LUIZ LENONN DA SILVA PANTOJA 24 0553 ELANE SÁ SILVA 382.710.872-15 CLASSIFICADO 27.5 0684 MARIA IRIS BRITO OLIVEIRA LOPES 612.098.302-30 0601 ALDILENE VIDAL OLIVEIRA SERRA 669.355.632-91 CLASSIFICADO 1161 FELIPE LUI MACIEL DA SILVA CLASSIFICADO 1595 ROCICLÉA MENDES SAMPAIO 382.274.102-78 CLASSIFICADO 20 20 20 0883 ELOIDE DE JESUS ARAÚJO 769.606.922-53 CLASSIFICADO 1062 ALANNA SILVA ALVES CLASSIFICADO CASSIELE DOS SANTOS FERREIRA 31 0101 539.627.612-68 CLASSIFICADO 20 20 1417 ANDREY BARBOSA DE SOUZA 011.943.872-09 CLASSIFICADO 33 0207 LUANA SIMAO DE LIMA 023.920.212-01 CLASSIFICADO 20 34 35 20 20 1261 ELESSANDRA DE SOUZA LIMA 024.534.492-65 CLASSIFICADO 1916 GABRIEL SILVA BRANDÃO 009.066.512-04 CLASSIFICADO 0498 ELEN APARECIDA CESAR FERREIRA 702.970.472-05 CLASSIFICADO 20 20 38 1158 TAINARA PINTO DE OLIVEIRA 048.293.492-12 CLASSIFICADO 20 0533 JOELMA SANTOS NASCIMENTO 0258 JOSUÉ CARVALHO BENTO 539.284.662-91 CLASSIFICADO 41 0519 FRANCISCA DAS CHAGAS PEREIRA DA SILVA 819.329.102-63 DESCLASSIFICADO 15 43 1740 BEGERROM DA SILVA CASTELO 028.900.302-45 DESCLASSIFICADO 15 45 0540 RENATA MARTINS DE MELO 767.624.322-04 DESCLASSIFICADO 15 0992 SAMIA LINS DO NASCIMENTO 0302 FABIANA SANTOS XAVIER 070.249.133-04 DESCLASSIFICADO 48 49 10 10 1096 RAYSSA VITÓRIA SANTOS DOS REIS 046.013.742-51 DESCLASSIFICADO 0377 ADECI MARDEL DA SILVA 447.288.402-04 DESCLASSIFICADO 0891 WESLEY RODRIGUES SILVA 51 041.959.182-60 DESCLASSIFICADO 10 52 0117 WILLIAM MATHEUS DURANS SILVA 037.548.312-83 DESCLASSIFICADO 10 5.2 53 54 1850 VERALUCIA THOMAZ CARDOSO SILVA 724.086.002-78 1610 DAYANA DE SOUZA OLIVEIRA DESCLASSIFICADO 006.769.912-03 55 0016 LUCAS MATEUS SILVA VIEIRA 039.088.722-60 DESCLASSIFICADO 0635 SARA MORIÁ VIANA DE MATOS 075.561.222-12 DESCLASSIFICADO 57 1757 RONGERLLISON COSTA 511.315.952-20 DESCLASSIFICADO 5.2 58 0345 IZAMARA RODRIGUES MACEDO 1498 REGINA NOBRE MELCHIORRI 788.980.642-68 DESCLASSIFICADO 5.2 60 FABIULA QUADROS NEVES JHONATHAN GONCALVES DE OLIVEIRA 903 498 572-53 DESCLASSIFICADO 5.2 1377 013.208.112-13 DESCLASSIFICADO 62 63 1580 BRUNO ZANON GUERREIRO BORGHARDT 006.226.912-79 DESCLASSIFICADO IVANILZA BARROS COSTA RODRIGUES 64 0107 JACQUELINE DA SILVA ALMEIDA 039.454.762-40 DESCLASSIFICADO

65	0810	LETÍCIA MELO DUARTE	032.300.972-70	DESCLASSIFICADO	5	5.2
66	1436	FERNANDO ADRIEL DOS SANTOS PAIXÃO	007.459.692-67	DESCLASSIFICADO	5	5.2
67	0153	GEISIANE RODRIGUES NASCIMENTO	043.551.882-80	DESCLASSIFICADO	5	5.2
68	0636	ERISMILLA JALES DA SILVA	023.109.412-47	DESCLASSIFICADO	5	5.2
69	0327	SIMONE MACHADO LIMA	055.930.842-62	DESCLASSIFICADO	5	5.2
70	0252	CLAUDIA VÂNIA SOARES DE SOUSA	660.692.702-15	DESCLASSIFICADO	2.5	5.2
71	1085	CRISTIANNE COSTA	800.540.642-87	DESCLASSIFICADO	0	5.2
72	1642	ALINI RIBEIRO NASCIMENTO	984.695.172-87	DESCLASSIFICADO	0	5.2
73	1918	JHENNY CRISTINY GONÇALVES DE	926.535.022-91	DESCLASSIFICADO	0	5.2
74	0966	RAYLANE NASCIMENTO DA SILVA	017.798.902-57	DESCLASSIFICADO	0	5.2
75	1889	ANDERSON SEBASTIÃO ARAÚJO LEITE	035.967.251-51	DESCLASSIFICADO	0	5.2
76	1737	VANESSA DOS SANTOS FRUTUOSO	021.871.452-12	DESCLASSIFICADO	0	5.2
77	0143	LARISSIA FIGUEIRA BRAGA	700.331.832-60	DESCLASSIFICADO	0	5.2
78	1550	THAIS MELO CARVALHO	034.430.052-84	DESCLASSIFICADO	0	5.2
79	1339	CAROLINE FIGUEIRA DOS SANTOS	033.853.652-36	DESCLASSIFICADO	0	5.2
80	0054	MARIA RITTA ANDRADE DE OLIVEIRA	052.869.362-02	DESCLASSIFICADO	0	5.2
81	1408	MARIA EDUARDA MOTA MALVA	039.330.922-30	DESCLASSIFICADO	0	5.2
82	1298	KETLEN ISABELI BEZERRA DE FRANÇA	038.870.012-22	DESCLASSIFICADO	0	5.2
83	1529	PEDRO RUAN DOS SANTOS DUARTE DA	700.000.482-75	DESCLASSIFICADO	0	5.2
84	0466	LUIZ FERNANDO MELO QUEIROZ	034.326.942-29	DESCLASSIFICADO	0	5.2
85	0246	JOAO VICTOR RIBEIRO VASCONCELOS	033.786.482-95	DESCLASSIFICADO	0	5.2
86	0697	MAELI GARCIA SOARES	027.311.742-42	DESCLASSIFICADO	0	5.2

	Cargo: A	nalista	
Especial	idade: Co	nsultor	Técnico
Á man da	Atunaãos	Duoisto	Cuanan

		Area de Atuação:	Projeto Crescer			
ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0625	MARIA DO CARMO PEREIRA DA SILVA	447.195.232-34	CLASSIFICADO	45	
2	1478	JÉSSICA VANESSA SABINO DA COSTA	007.387.562-70	CLASSIFICADO	45	
3	0961	PATRICIA KELEM BRASIL DOS SANTOS	937.574.502-30	CLASSIFICADO	20	
4	0017	CARLA YASMIN DIAS DE SOUZA	000.339.372-06	CLASSIFICADO	20	
5	0173	ANA MARCELLE DE SOUZA SILVA	539.036.922-04	DESCLASSIFICADO	17.5	5.2
6	1783	HARLEY AQUINO DA SILVA	906.042.452-20	DESCLASSIFICADO	12.5	5.2
7	1785	KÁTIA REGINA SOUZA RASTELO BRANCO	376.026.162-00	DESCLASSIFICADO	10	5.2
8	0781	ANDRÉIA MARQUES DE ARAÚJO	829.877.932-00	DESCLASSIFICADO	10	5.2
9	1660	CLEBER MADURO PRADO	008.560.332-51	DESCLASSIFICADO	10	5.2
10	0432	RAFAELA DOS SANTOS SILVA	024.741.472-76	DESCLASSIFICADO	10	5.2
11	0935	RAFAEL MARTINS DOS SANTOS	132.405.657-65	DESCLASSIFICADO	10	5.2
12	1054	JOÃO RAMOS REBOUÇAS	997.130.712-04	DESCLASSIFICADO	10	5.2
13	0561	ALCEMIR DE OLIVEIRA FILHO	019.961.612-45	DESCLASSIFICADO	7.5	5.2
14	1038	DJANE PIRES DA SILVA	774.817.122-04	DESCLASSIFICADO	5	5.2
15	1839	KAREN CARPENTER PEREIRA DE FREITAS CIRINO DA CRUZ	997.374.422-53	DESCLASSIFICADO	5	5.2
16	1311	LORENA DE CAMPOS DRUCIAK CHIODELLI	075.560.699-07	DESCLASSIFICADO	5	5.2
17	1446	FRANCISCO DIEGO SOUZA DO NASCIMENTO	004.827.802-58	DESCLASSIFICADO	5	5.2
18	1060	ESTÊNIO CARNEIRO DA SILVA	000.225.402-61	DESCLASSIFICADO	5	5.2
19	0670	KRENNA LOREN LARANJEIRA PEREIRA	018.213.612-45	DESCLASSIFICADO	5	5.2
20	1795	LUAN CARLOS DOS SANTOS	036.419.952-05	DESCLASSIFICADO	5	5.2
21	0660	CAMILA RÉGIS LEAL	034.325.552-96	DESCLASSIFICADO	5	5.2
22	1470	DALIETY PEREIRA CARVALHO	791.632.382-68	DESCLASSIFICADO	0	5.2
23	0007	RAILANE MATIAS CARNEIRO	013.209.612-90	DESCLASSIFICADO	0	5.2
24	1325	LEON VITOR DE BRITO FRANCELINO	023.002.802-05	DESCLASSIFICADO	0	5.2

#### Cargo: Analista Especialidade: Gerente de Oficina Área de Atuação: Projeto Crescer

ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0497	GISELY DA SILVA COSTA	747.903.232-34	CLASSIFICADO	60	
2	0459	SANDRA CAVALCANTE CRUZ	010.285.792-09	CLASSIFICADO	55	
3	1527	MARIA LUZIA DE FRANÇA	382.083.002-25	CLASSIFICADO	55	
4	0647	CLÉLIA LACILDA CARNEIRO XIMENDES	505.510.433-34	CLASSIFICADO	50	
5	0649	KARLLEIDE PINHO DIAS	527.097.362-68	CLASSIFICADO	50	
6	1713	EDILEUZA FIGUEIREDO DE ARAÚJO	594.861.982-68	CLASSIFICADO	45	
7	0629	ANA MIRIAN DE SOUSA GOMES	944.672.002-82	CLASSIFICADO	45	
8	0070	EVERALDO CARVALHO LIMAO JUNIOR	651.610.502-25	CLASSIFICADO	45	
9	1877	CLAIRE PANTOJA MENDES DE OLIVEIRA	672.504.322-49	CLASSIFICADO	45	
10	1159	ANA PAULA LIMA DUARTE	992.054.752-20	CLASSIFICADO	45	
11	1418	JOSELI MONTEIRO GIL	240.586.292-15	CLASSIFICADO	42.5	
12	1405	MARIA OLIVEIRA BEZERRA	714.441.812-20	CLASSIFICADO	42.5	
13	0576	RONES TERMINELIS DA SILVA	508.719.782-53	CLASSIFICADO	42.5	
14	1849	KELEN CRISTINA DANTAS MONTEIRO	658.031.162-20	CLASSIFICADO	42.5	
15	1782	LUIZ FELIPE AMAZONAS MARINHO	712.468.862-00	CLASSIFICADO	40	
16	1342	SONISMEIRY DANTAS DO NASCIMENTO FERREIRA	630.559.102-49	CLASSIFICADO	40	
17	1649	ANA PAULA VITAL DA SILVA	812.907.302-10	CLASSIFICADO	40	
18	0513	ANTONIO EDUARDO DE OLIVEIRA JUNIOR	006.414.192-60	CLASSIFICADO	40	
19	1379	MARCOS AUGUSTO MELO	795.430.302-00	CLASSIFICADO	35	
20	0097	LUCAS GABRIEL DA SILVA DE AMORIM	033.644.692-61	CLASSIFICADO	35	
21	0785	VANDREZIA ALANI SOARES ROCHA ROSARIO	934.136.022-68	CLASSIFICADO	35	
22	1267	GILMARA PINHEIRO DE ANDRADE	004.103.692-17	CLASSIFICADO	35	
23	0440	PERPETUA DO SOCORRO MORENO DE ALMEIDA	241.622.212-00	CLASSIFICADO	32.5	
24	0446	VANDERLI DE SOUZA LUZ	842.219.171-72	CLASSIFICADO	30	
25	1458	PATRÍCIA FERNANDES DO CARMO	726.199.535-53	CLASSIFICADO	30	
26	0450	ADIUILSON RIBEIRO DO CARMO	579.358.582-68	CLASSIFICADO	25	
27	1777	ERRIETE DUARTE MADURO	512.688.412-34	CLASSIFICADO	25	
28	0245	ANA PAULA DALLA LANA	033.647.070-30	CLASSIFICADO	25	
29	0962	VIRGILIO DO REGO MONTEIRO BORGES JUNIOR	054.174.663-44	CLASSIFICADO	25	
30	1439	JEANIE MARIA LIRA NASCIMENTO	023.483.852-36	CLASSIFICADO	25	
31	0116	DANIEL DA SILVA GARCIA	859.523.702-68	CLASSIFICADO	22.5	
32	1701	ANA CAROLINA XAVIER AIRES	955.085.702-68	CLASSIFICADO	22.5	
33	1891	ROZINHA GOMES ARAGÃO	342.536.292-53	CLASSIFICADO	20	
34	0200	ANTONIA EDILEUZA DIONISIO	589.269.922-68	CLASSIFICADO	20	
35	0817	MARIA APARECIDA CAVALCANTE SARAIVA	658.446.452-00	CLASSIFICADO	20	
36	0284	KENNEDY ANGELO DA SILVA	013.002.312-46	CLASSIFICADO	20	
37	1728	RAYANE SALES DA SILVA	027.033.362-25	CLASSIFICADO	20	
38	1355	ALZANICE LÉIA DE SOUZA SANTOS	035.616.412-88	CLASSIFICADO	20	
39	1008	WELLORYN RAFFAELA NASCIMENTO DA COSTA	835.020.172-04	CLASSIFICADO	20	
40	0794	RAFAEL JORGE DA SILVA RODRIGUES	816.581.842-20	CLASSIFICADO	20	
41	0645	OSMAIRA SOARES RIBEIRO	003.881.472-29	CLASSIFICADO	20	
42	0147	PRAYMAH VITTAY BRASIL RODRIGUES LIMA	027.172.572-92	DESCLASSIFICADO	17.5	5.2
43	0822	SARAH BIANCA DA COSTA GONÇALVES	019.266.772-69	DESCLASSIFICADO	17.5	5.2
44	0758	JOAO PAULO ALVES SILVA	883.961.422-20	DESCLASSIFICADO	15	5.2
45	0999	MONICA SABINE ANDRADE GALLEGOS LUGO	926.505.542-15	DESCLASSIFICADO	15	5.2
46	1568	SABRINA DE SÁ SALES	947.181.212-72	DESCLASSIFICADO	15	5.2
47	0339	TAYSIANE MARTINS ESBELL	002.267.172-24	DESCLASSIFICADO	15	5.2
48	0068	CARLA SOUZA MELVILLE	000.315.792-05	DESCLASSIFICADO	15	5.2
49	0270	LUCIELY HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	007.803.102-84	DESCLASSIFICADO	15	5.2
50	0655	FABIANA DA SILVA CONRADO	030.563.832-77	DESCLASSIFICADO	15	5.2
51	0804	ANDREA PEREZ	027.170.762-39	DESCLASSIFICADO	15	5.2
52	1397	SARAH LETÍCIA LEONEL DA SILVA	048.936.552-30	DESCLASSIFICADO	15	5.2
53	0195	NILMARA LOPES DA SILVA	719.576.692-68	DESCLASSIFICADO	12.5	5.2
54	0719	CHAYANE GOMES BEZERRA	001.166.252-28	DESCLASSIFICADO	12.5	5.2
55	0557	HUDSON ALBUQUERQUE MARTINS	018.686.762-00	DESCLASSIFICADO	12.5	5.2
56	0802	ANDRESA GOMES DE ABREU	020.331.642-84	DESCLASSIFICADO	12.5	5.2

	57	1922	GILVA APARECIDA JERONIMO DA SILVA	000.705.117-48	DESCLASSIFICADO	12.5	5.2
ſ	58	0475	ALEX MOTA BARBOSA	875.599.602-78	DESCLASSIFICADO	10	5.2
Γ	59	0755	MARIA VANERCY GOMES DE AZEVEDO	004.028.472-70	DESCLASSIFICADO	10	5.2
Γ	60	0616	REBECA SMIRNA VILAR CONDERA	007.665.332-39	DESCLASSIFICADO	10	5.2
	61	1703	JULIANA FRANÇA SARAIVA WANDERLEY	028.523.442-03	DESCLASSIFICADO	10	5.2
	62	0293	DÉBORA STEFFANNY SOARES DA SILVA DOS SANTOS	012.052.972-60	DESCLASSIFICADO	7.5	5.2
	63	0091	IZAIAS COSTA FERNANDES JUNIOR	005.165.022-39	DESCLASSIFICADO	7.5	5.2
ſ	64	0604	ANTONIA MARIA ALVES DE MORAES	722.602.702-04	DESCLASSIFICADO	5	5.2
ſ	65	0090	ALBERLANO TAPUDIMA DA CRUZ	569.808.682-68	DESCLASSIFICADO	5	5.2
ſ	66	1615	MAURICIO CARRERA BRAGA	935.648.482-15	DESCLASSIFICADO	5	5.2
	67	1749	WESLLEY GILLIARD SILVA PEREIRA	014.636.662-09	DESCLASSIFICADO	5	5.2
	68	1105	SUELLEN CRISTINA SOARES ALCANTARA DOS REIS	004.053.062-02	DESCLASSIFICADO	5	5.2
	69	1648	VICENTE FABIANO RODRIGUES DE SOUZA PERSAUD	023.442.822-89	DESCLASSIFICADO	5	5.2
	70	1847	NORENY MARANHAO PORTELA	684.408.802-78	DESCLASSIFICADO	2.5	5.2
	71	1707	ADRYANO RIBEIRO CHAVES	931.100.492-87	DESCLASSIFICADO	0	5.2
ſ	72	1715	KAREN KYWSY BARROSO DE SALES	963.799.872-15	DESCLASSIFICADO	0	5.2
	73	1866	JOÃO VITOR MARGALHO PORTELA OLIVEIRA	982.391.632-20	DESCLASSIFICADO	0	5.2
[	74	0089	ARTHUR CHAVES FARIAS	724.372.272-53	DESCLASSIFICADO	0	11.2
г							

#### Cargo: Analista Especialidade: Gerente Geral Área de Atuação: Projeto Crescer

ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	NOTA	MOTIVO
1	0209	DOUGLAS RAFAEL CAVALCANTE DA SILVA	923.869.032-49	CLASSIFICADO	60	
2	1691	CÁSSIA DANTAS NERES	002.636.592-83	CLASSIFICADO	55	
3	1514	ANDERSON RAFAEL GOMES DA SILVA	539.603.002-04	CLASSIFICADO	55	
4	0462	ELIANA CARVALHO DE SOUZA	008.869.017-23	CLASSIFICADO	50	
5	0663	VANESSA PALÁCIO BOSON	009.560.505-30	CLASSIFICADO	50	
6	0443	JOSEILSON CAMARA SILVA	649.306.292-68	CLASSIFICADO	47,5	
7	1289	PAULO PEREIRA MOTA	646.674.482-53	CLASSIFICADO	42,5	
8	1370	LEYDE DE ANDRADE	805.665.702-97	CLASSIFICADO	37,5	
9	0392	OBERICO FERREIRA BARBOSA	199.626.492-34	CLASSIFICADO	37.5	
10	1634	IRIELLY REIS DECKMANN	918.499.002-30	CLASSIFICADO	37.5	
11	0452	NAJARA CAROLINE MULLER REIS	914.497.742-53	CLASSIFICADO	35	
12	0771	HADONNYS CÂNDIDO ABREU FERREIRA	019.078.932-88	CLASSIFICADO	32.5	
13	0585	ALEX SANTOS MOURA	004.301.003-29	CLASSIFICADO	30	
14	1579	PATRICIA BRAGA RODRIGUES	819.395.312-68	CLASSIFICADO	30.0	
15	0911	GIOVANA RUFINO DE OLIVEIRA	859.030.272-53	CLASSIFICADO	27.5	
16	1149	ANA CAROLINI GAMA	015.050.312-14	CLASSIFICADO	25	
17	0866	GLEIDILENE FREITAS DA SILVA	017.091.332-52	CLASSIFICADO	25	
18	1766	ARANCHA MICAELLE DOS SANTOS PEREIRA	028.124.062-08	CLASSIFICADO	22.5	
19	0714	EMILIA LAURA OLIVEIRA VANZO	037.471.042-23	CLASSIFICADO	22.5	
20	0640	HINKLEDYA MONTENEGRO SAMPAIO	762.414.912-53	CLASSIFICADO	20	
21	1792	RODRIGO MYCHEL DE OIVEIRA MARTINS	887.965.742-91	CLASSIFICADO	20	
22	0222	DANIELLE FREITAS BRANDÃO DE OLIVEIRA	948.401.722-34	CLASSIFICADO	20	
23	1318	FIAMA RIBEIRO VIEIRA	009.568.122-10	CLASSIFICADO	20	
24	1323	MARIA DE NASARÉ COSTA SOUSA	323.519.842-34	DESCLASSIFICADO	15	5.2
25	0005	FRANCISCA ERISTANIA DE CASTRO PEDROZA	001.972.712-78	DESCLASSIFICADO	15	5.2
26	0736	FLAVIANA MELO ROSAS DE OLIVEIRA	797.802.292-72	DESCLASSIFICADO	15	5.2
27	1427	CRISTIANE DA ROCHA OLIVEIRA MEDEIROS	051.990.564-41	DESCLASSIFICADO	12.5	5.2
28	1786	JAYNE PEIXOTO GALVÃO	539.599.572-20	DESCLASSIFICADO	12.5	5.2
29	1399	ANDREZZA RIBEIRO AGUIAR	931.100.572-04	DESCLASSIFICADO	10	5.2
30	1022	ADRIANA SOUSA DA SILVA LEITE	947.311.792-20	DESCLASSIFICADO	10	5.2
31	0674	EDUARDO FABRICIO DAMASCENO CRUZ AMBROSIO	555.200.652-68	DESCLASSIFICADO	10	5.2
32	1746	ARMANDO PINHEIRO DE ARAÚJO JUNIOR	051.726.607-55	DESCLASSIFICADO	5	5.2
33	1213	MARIA CLEIDA PRADO DE AGUIAR	763.060.032-15	DESCLASSIFICADO	5	5.2
34	1046	NICOLE OLIVEIRA DE PAULA	096.306.126-74	DESCLASSIFICADO	5	5.2
35	1896	DANIEL MOZART DE SOUZA FERREIRA	003.555.532-79	DESCLASSIFICADO	5	5.2
36	0609	VANESSA LIMA DA SILVA	013.732.682-39	DESCLASSIFICADO	2.5	5.2

#### **BOA VISTA - RR, 13 DE JANEIRO DE 2023.**

Glória Maria Souto Maior Costa Lima Secretária Municipal Adjunta de Gestão Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2022/SEMGES/PMBV

#### CONCOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

A Secretária Municipal de Gestão Social, no uso de suas atribuições legais, COMVOCA para entrevista os candidatosclassificados do Processo Seletivo Simplificado para a seleção de profissionais com a finalidade de atender a necessidade temporária e de excepcional intefesse público da Secretaria Municipal de Gestão Social-SEMGES, conforme abaixo: Os candidatos deverão comparecer na Escola Municipal Delacir de Melo Lima, sito à Rua Santo Agostinho, nº 173, bairro Centenário para entrevista munidos de documento oficial com foto, no dia e horário indicado abaixo. O candidato que comparecer após o horário indicado estará automaticamente desclassificado.

Cargo: Auxillar Especialidade: Motorista Área de Atuação: Projeto Crescer										
ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	DIA	HORARIO				
1	0420	CRISTOVAM DE ARAUJO SILVA	601.733.191-49	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				
2	1903	DÁRIO JOSÉ DE LIMA NETO	199.570.502-06	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				
3	0478	NATALINO DOS REIS	383.194.542-04	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				
4	0010	CHARLES MADEIRA DO NASCIMENTO	598.622.702-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				
5	0457	GECIVAL JOSÉ QUEIROZ CAMPOS	447.373.862-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				
6	0471	MARCO ANTÔNIO MACIEL DE MELO JÚNIOR	509.023.002-10	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				
7	1237	ANDERSON PLATINI FREITAS DA SILVA	010.685.753-36	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				
8	0529	FÁBIO LIMA COSTA	820.896.712-20	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				
9	0485	ROSINALDO PEREIRA DO NASCIMENTO ROSA JUNIOR	005.803.812-42	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				
10	0113	TARCISIO MAFRA NEVES	926.502.792-49	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				
11	0831	NAFTALY DO NASCIMENTO VIDAL	057.422.823-38	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h				
12	0439	PEDRO LUZIA DE CARVALHO FILHO	719.591.572-72	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h				

													41
13	0023	LUIS EDUARDO MEDEIROS DE ARAÚJO	005.708.832-29	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	3	0172	GEDEÃO LIRA DA SILVA	040.111.722-78	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h
14	0114	ALLAN SOUZA MACIEL	334.395.368-74	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h							
15	0435	SAMOEL JOSE BRITO VIEIRA	403.485.122-87	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h				: Assistente : Instrutor de Oficio			
16	0254	FRANCISCO DAS CHAGAS RAMOS DE ALMEIDA	446.337.852-49	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h		_	Área de Atuação: Oficina de Cort	, Costura e Artesanatos/Pr			
17	1696 1496	DEYVID JEOVÁ CONCEIÇÃO DOS SANTOS  CLÁUDIO DE JESUS DOS SANTOS	867.412.502-63 639.103.142-87	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h 9 as 10h	ORD.	INSC. 0712	NOME DO CANDIDATO  MARIA DAS DORES ARAUJO DE SOUZA	CPF 112.125.602-30	HOMOLOGAÇÃO CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023	HORARIO 9 as 10h
19	1811	PAULO ÁLVARO DE MEDEIROS SAMPAIO	091.157.487-58	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	2	0383	MARIA GORETE CANTANHEDE DE SOUZA	199.934.392-15	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h
20	0234	ANTONIO FRANCISCO PEREIRA	003.694.262-66	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	3	0600	ANA CAROLINA MARQUES DA ROCHA	729.782.952-87	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h
21	0646	RONY PETERSON SILVA E SILVA	725.815.062-53	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	4	0795	LEOCIDE SOARES RIBEIRO	332.377.512-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h
22	0364	MARCIA MENDES GREI RAIDON BARBOSA DOS SANTOS	585.280.832-68 628.345.332-53	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h	5	0826	EILAMAR DOS REIS SILVA	627.641.102-78	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h
24	0230	DERAELE MAGALHĀES DE SOUZA	785.990.752-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	6	1807 0543	GRACIELLA LAURENTINO MAC DONALD  ÚRSOLA JENNIFER LUCIANO SOARES	650.615.002-53 033.086.192-10	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h 9 as 10h
25	0816	GLADSON LINDENBERG DE ABREU FERREIRA	007.688.442-23	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h		0545	OKSOLITZKIII LK LOCULIO SOMED	033.000.132-10	CERESTICATIO	10/1/2025	) as 1011
26	0022	EVERSON PEIXOTO DA SILVA	860.923.592-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h				: Assistente			
27	0203	THIAGO FABRICIO OLIVEIRA DA SILVA	024.815.782-52	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h			Área de Atuação: Oficina de Educação	: Instrutor de Oficio xara o Trânsito e Sinalizaç	ies/Projeto Crescer		
28 29	0656	ISRAEL VIEIRA DA COSTA  JOSEAS LIMA DE OLIVEIRA	382.290.992-00 755.753.882-04	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h	ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	DIA	HORARIO
30	1857	BRUCE TRAJANO	016.741.232-99	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	1 2	0544	GLEISON GOMES DA SILVA  KARLA CASAGRANDE	510.183.222-72 941.157.882-91	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h 10 as 11h
31	0744	JOSE LUIZ DA SILVA LIMA PEIXOTO	641.397.512-15	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	3	1296	ANTONIO NARDONIO DE CASTRO FILHO	959.729.353-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
32	1366	JOSIEL PESSOA	723.461.322-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	4	0427	JAIRISON DOS SANTOS	917.167.132-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
33	1833	RALISSON LEITÃO DE MENEZES	014.827.322-03	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	5	0094	DOUGLAS ALMEIDA ECKHARDT	217.276.863-49	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
34 35	0668	FREDSON LIMA DOS SANTOS  ALLAN KARDEC PEREIRA DA SILVA	753.607.562-68 382.612.602-59	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h 9 as 10h	6	1451	VANESSA CAVALCANTE DA SILVA RAMOS	012.758.742-07	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
36	0470	JACSON SIQUEIRA QUARESMA	489.080.373-49	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	7 8	0160 1666	MAURICIO OLIVEIRA PRADO  MICHEL VIEIRA NUNES	008.156.972-60 068.808.985-21	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h 10 as 11h
37	1702	GEOVANE CAETANO DA SILVA	789.774.792-15	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	9	0896	MARCOS LEVI CARDOSO SOUZA	042.489.842-02	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
38	0500	PAULO VINICIUS MENEZES LOPES	003.928.842-08	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	10	0710	BARBARA VITÓRIA AGUIAR ROQUE	028.820.122-17	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
39	0177	REGINALDO PEREIRA GONÇALVES COSTA	937.786.272-87	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h							
40	0122	BRUNO AUGUSTO RODRIGUES  DANIEL PEREIRA COUTINHO	006.923.432-96 011.086.592-84	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h 8 as 9h			Especialidade	: Assistente : Instrutor de Oficio			
42	0185	FABRICIO DE SOUSA OLIVEIRA	025.168.692-23	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	ORD.	INSC.	Área de Atuação: Oficina de Educação NOME DO CANDIDATO	Ambiental e Compostage CPF	n/Projeto Crescer HOMOLOGAÇÃO	DIA	HORARIO
43	1340	RODRIGO GOMES RODRIGUES	026.920.002-93	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	1	1269	OBERLANE DOS SANTOS POVES MOURÃO	948.529.792-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
44	0503	GULLYVER WALTER CROSA DA SILVA	015.617.442-12	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	2	0421	MONIQUE SUELEN MACHADO	923.608.662-49	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
45	0829 1894	DIMAEL GOMES DA COSTA	012.493.932-56	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	3	1331	CLAUDIMIR DE MENEZES CAMPOS	594.151.002-06	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
46	-	ROGER ALVES LACERDA  EMMANUFUL E DINIZ BACCA	352.669.532-68 764.588.652-87	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	4	0378	SUZETE DOS SANTOS PINHO	225.463.912-91	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
47	0886 0027	OTONIEL SILVA LIMA	764.588.652-87 019.470.972-88	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h	5	0429	ROSÁRIA DA SILVA DE OLIVEIRA GIZANE CARVALHO DE SOUZA	013.984.622-09 754.399.302-30	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h
49	1661	LUIZ PEDROSO DOS SANTOS	632.678.022-53	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	7	1697	EVELINE WANESSA DA SILVA LIMÃO	782.197.282-72	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h
50	1189	MARCUS AURELIO ALMEIDA DA SILVA	008.183.173-02	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	8	0594	FABIANA BARBOSA DO NASCIMENTO	011.694.362-93	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
51	1551	FERNANDO ALVES FERNANDES	822.825.872-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	9	0002	GABRIELLE SOUZA DIAS	026.480.552-66	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
52	1274	ARLEEN LIMA DE OLIVEIRA	030.136.472-99	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	10	0422	ELANE QUEIROZ DA SILVA	021.458.662-64	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
53	1247	WELLINGTON AMORIM DA SILVA BRITO	759.766.173-87	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	11	0724	EMELY TRAJANO DE MENEZES	002.976.702-47	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
54	1357	RHUAN MELO COSTA	030.988.162-52	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	12	1567	YANO RODRIGUES DA SILVA	044.426.052-89	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
55 56	0482	JOAO VITOR FEITOSA SOUSA THIAGO LIMA OLIVEIRA DOS SANTOS	054.863.012-78 026.558.402-75	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h 9 as 10h	13	1772	RITANIELLE NUNES CABRAL	005.405.122-30	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
57	0186	LINDOMAR MESQUITA DE SOUZA	382.841.112-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	14	0019	RAIZA RODRIGUES DA SILVA	018.361.502-61	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
58	1758	JANILSON ARES DE SOUSA	777.013.482-04	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	15	0792	DANIEL LIMA OLIVEIRA  ADNA ROSE TENÓRIO CARDOSO	039.348.522-62 394.514.612-72	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h 09 as 10h
59	0752	GLEIDSON ALVES MOURÃO	719.390.912-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	9 as 10h	17	1794	ANGÉLICA LUZIA LIMA DIAS	006.771.662-81	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
							18	1435	ADRICELLY MARTINS DOS SANTOS	544.042.662-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
			Auxiliar				19	0221	LUCIANA ALVES DA SILVA	998.187.872-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
		Especialidade: Ti Área de Atuação: Oficina de Educação Ar	rabalhador Braçal				20	1735	THAÍS SANTIAGO CASTRO	009.207.452-96	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	DIA	HORARIO	21	1608	MARIA EMANUELY OLIVEIRA DE SOUZA	026.826.512-75	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
1	0695	RAIANE PEREIRA DOS SANTOS	879.045.942-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	22	0239	FILIPE SILVA BRITO DA LUZ	002.942.702-99	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
2	1813	JADSON MORAES DE ARAUJO	016.643.592-90	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	23	0308	JONILSON DE SOUZA SOBREIRA	010.694.392-82	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
3	0523	ANDRÉ DO NASCIMENTO VIEIRA	054.214.242-27	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	24	0823	RAINIELLY BARBOSA SOARES  DIENESON SILVEIRA ARRUDA	931.252.672-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h 10 as 11h
							26	1068	ELIANA RIBEIRO DANTAS	022.377.622-01	CLASSIFICADO	16/1/2023	10 as 11h
		Cargo: A Especialidade: Encarro	egado de Almoxarifado										
ORD	INSC	NOME DO CANDIDATO	: Projeto Crescer	HOMOLOGAÇÃO	DIA	HORARIO			Cargo	: Assistente Instrutor de Oficio			
1	0511	EDICILANE LISBOA ALVES GUERRA	417.354.632-72	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h			Área de Atuação: Oficina de Es		eto Crescer		
2	0713	FRANCIRONALDE CARDOSO SILVA	016.655.762-51	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	CPF	HOMOLOGAÇÃO	DIA	HORARIO
3	0815	DANIELE RIBEIRO COSTA	016.577.742-79	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	1	0454	MARILENE VIANA GARCIA FRANCIVALDO DA LUZ FELICIANO	201.120.172-15	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h
4	1114	JOSENILDO MAGNO SILVEIRA	539.471.262-04	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	3	1829 0563	JANESSON SANTANA BARROS	000.564.042-39	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
5	1121	MARCO ANTONIO DA SILVA PINTO	002.604.232-03 832.472.542-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	4	1618	MARCOS ANTONIO PEREIRA	009.518.992-01	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
7	0642 1486	JOSÉ CARLOS SILVA DE MATOS  EDUARDO DUARTE TARGINO	832.472.542-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h	5	0569	TAISIS DA SILVA DUARTE	007.940.412-05	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
8	0741	ISAAC MARTINS MILIANO	037.969.422-02	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	6	1188	JOHN FÉLIX DE SOUZA SILVA	961.945.962-87	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
							7	1859	CLEYCE NELIAN DOS SANTOS NOGUEIRA	672.520.522-49	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
		Cargo: A Especialidade: la	Assistente nstrutor de Oficio				8	0620	MARIA EDUARDA DE AZEVEDO OLIVEIRA	032.855.362-09	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h
		Área de Atuação: Oficina de	Acolhimento/Projeto Cr				9 10	0262 1168	LUIZ CARLOS DE LIMA MARTINS  JAKSINEIDE BARROSO UCHOA	023.676.352-00 632.007.832-49	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h 09 as 10h
ORD.	INSC.	NOME DO CANDIDATO  DIERI ANI DOS REIS BASTOS	CPF	HOMOLOGAÇÃO CLASSIFICADO	DIA	HORARIO	11	0889	ELOY DOS SANTOS SILVA	970.536.432-04	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
2	0541 1722	DJERLANI DOS REIS BASTOS  AYRTON CONCEIÇÃO DE MELO	609.271.782-49 015.361.212-66	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h	12	1878	ACSA MENDONÇA RODRIGUES	032.537.492-90	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
3	0182	IRLEY REGINA EPIFÂNIO CURINTIMA	441.862.822-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	13	0692	VITÓRIA LOPES DE OLIVEIRA	026.667.552-23	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
4	1112	ANGELA MARIA RODRIGUES DOS SANTOS	225.720.902+87	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	14	0025	HAMILTON RODRIGO CABRAL FERREIRA	014.130.752-82	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
5	0702	MÁRCIA AGUIAR MOREIRA	855.140.712-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	15	1690	LUCAS HENRIQUE MONTEIRO DA SILVA	020.005.462-77	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h
6	1018	TÁDIA DA SILVA E SILVA	936.393.762-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	16	0643 1882	ISRAEL FELIPE DOS SANTOS OLIVEIRA	943.172.082-53 899.602.032-04	CLASSIFICADO	16/1/2023	09 as 10h 09 as 10h
7	1748	SARA ZARDIS DE OLIVEIRA MARTINS  TATIANE MARQUES DA SILVA	720.225.152-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h	18		GISELLE CAROLINE PODDIGUES SULVA			1.10/1/2023	09 as 10h
8	0099		000	GI				0745	GISELLE CAROLINE RODRIGUES SILVA  LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA	017.259.792-76	CLASSIFICADO		1011
	17/17		002.748.842-08 948.955.202-00	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h						16/1/2023	
9	1747 0349	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO	002.748.842-08 948.955.202-00 627.269.192-00	CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h			LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Cargo	017.259.792-76			
		EDER IBERNOM HOLANDA	948.955.202-00	CLASSIFICADO	16/1/2023			0745	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Cargo Especiatidad Área de Atuação: Oficina d	017.259.792-76  : Assistente : Instrutor de Oficio : Inclusão Digital/Projeto	CLASSIFICADO	16/1/2023	
10	0349	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO	948.955.202-00 627.269.192-00	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h	ORD.	0745	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo  Especialidad  Área de Attação: Oficina d  NOME DO CANDIDATO	017.259.792-76  : Assistente : Instrutor de Oficio e Inclusão Digital/Projeto 6  CPF	CLASSIFICADO  Crescer HOMOLOGAÇÃO	16/1/2023 DIA	HORARIO
10 11 12 13	0349 1447 0584 1206	EDER IBERNOM HOLANDA MARIA ELISANGELA CUNIA DO REGO ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS GULHERME COSTA DO NASCRIMENTO ROSIANE DE ARAĜIJO OLIVEIRA	948.955.202-00 627.269.192-00 009.262.205-43 804.386.872-72 538.484.892-87	CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 9 as 10h 9 as 10h	1	0745 INSC. 0304	Cargo Cargo Cargo Arca de Aluação Oficina d NOME DO CANDIDATO ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS	017.259.792-76  : Assistente Instrutor de Oficio Inclusão Digital/Projeto o  CPF  033.954.102-42	CLASSIFICADO  Crescer  HOMOLOGAÇÃO  CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14	0349 1447 0584 1206 0658	EDER IBERNOM HOLANDA MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA LÚCIO EVERY DA SILVA FERREIRA NETO	948.955.202-00 627.269.192-00 009.262.205-43 804.386.872-72 538.484.892-87 020.491.062-54	CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 9 as 10h 9 as 10h 9 as 10h	1 2	INSC. 0304 0290	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo  Área de Atuação: Oficina de  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA	017.259.792-76  CAssistente Instrutor de Oficio Inclusão Digital/Projeto o CPF 033.954.102-42 021.290.152-47	CLASSIFICADO  Crescer  HOMOLOGAÇÃO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h 10 as 11h
10 11 12 13 14	0349 1447 0584 1206 0658 0507	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERE NA SILVA FERBEIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES	948.955.202-00 627.269.192-00 009.262.205-43 804.386.872-72 538.484.892-87 020.491.062-54 039.105.662-00	CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 9 as 10h 9 as 10h 9 as 10h 9 as 10h	1	0745 INSC. 0304	Cargo Cargo Cargo Arca de Aluação Oficina d NOME DO CANDIDATO ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS	017.259.792-76  : Assistente Instrutor de Oficio Inclusão Digital/Projeto o  CPF  033.954.102-42	CLASSIFICADO  Crescer  HOMOLOGAÇÃO  CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023	10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h
10 11 12 13 14 15	0349 1447 0584 1206 0658 0507	EDER IBERNOM HOLANDA MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO ALESSON AMORIM DE VASCONCELLOS GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO ROSIANE DE ARAÚIO OLIVEIRA LÚCIO EVERY DA SILVA FERREIRA NETO THAIS CARLOS FONSECA TORRES RAIDRA MENEZES DE ASSIS	948.955.202-00 627.269.192-00 009.262.205-43 804.386.872-72 538.484.892-87 020.491.062-54 039.105.662-00 112.183.392-68	CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h	2 3	0745 INSC. 0304 0290 1167	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Cargo Especialidad, Área de Atuação: Oficina d  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS	017.259.792-76  : Assistente Instrutor de Oficio Inclusão Digital/Projeto 6  CPF  033.954.102-42  021.290.152-47  040.278.372-74	CLASSIFICADO  Crescer  HOMOLOGAÇÃO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h 10 as 11h
10 11 12 13 14	0349 1447 0584 1206 0658 0507	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERE NA SILVA FERBEIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES	948.955.202-00 627.269.192-00 009.262.205-43 804.386.872-72 538.484.892-87 020.491.062-54 039.105.662-00	CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h	2 3	0745 INSC. 0304 0290 1167 1821	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Cargo Área de Altaughe Olicina d  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUAS SILVA  ANTALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESSA SOUSA MORAIS	017.259.792-76  : Assistente Instrutor de Oficio Inclusão Digital/Projeto 6  CPF  033.954.102-42  021.290.152-47  040.278.372-74  013.725.662-01	CLASSIFICADO  CRESCET  HOMOLOGAÇÃO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798	EDER IBERNOM HOLANDA MARIA ELISANGELA CUNIA DO REGO ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS GULHERME COSTA DO NASCIMENTO ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA LÚCIO EVERV DA SILVA FERREIRA NETO THAIS CARLOS FONSECA TORRES RAIDRA MENEZES DE ASSIS LIZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA	948.955.202-00 627.269.192-00 009.262.205-43 804.386.872-72 538.484.892-87 020.491.062-54 039.105.662-00 112.183.392-68 023.551.072-62	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h	1 2 3 4 5	0745 INSC. 0304 0290 1167 1821 1065	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo Especialidade, Área de Atuação: Oficina de  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FRETIAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESAS ASOLVAS MORALIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO	017.259.792-76  Assistente Instrutor de Oficio Inclusão Digital/Projeto 6  OFF  033.954.102-42  021.290.152-47  040.278.372-74  013.725.662-01  023.644.642-85	CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO  CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONO TELLOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERE NO SILVA FERBEIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA MENEZEJS DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON OLIVEIRA SILVA	948.955.202-00 627.269.192-00 009.262.205-43 804.386.872-72 538.484.892-87 020.491.062-54 039.105.662-00 112.183.392-68 023.551.072-62 011.086.742-40	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h	1 2 3 4 5 6 7	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 0759	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo Especialidade, Área de Atuação: Oficina de NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESAS AS OUSA MORAIS  KATHARINE CONDRA TOLEDO  ADRIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON ARALIO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEROS	017.259.792.76  Assistente Institute de Officio Ins	CLASSIFICADO  CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798 0876 1682 1465	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GULHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERE NO SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA MENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUIRANNY SILVA FERREIRA  CASSANO RECARDO DA SILVA SAMPAJO  ESTEPHANE SOUSA FRANCO	948.955.202.00 627.206.192.00 009.262.205.43 804.386.872.72 538.484.892.87 020.491.062.54 039.105.662.00 112.183.392.68 023.551.072.62 011.086.782.40 023.656.382.12 023.179.666.390 935.249.862.34	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 9 as 10h	1 2 3 4 5 6	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 0759	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Especialidad, Área de Atusção: Oficina de  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESSA SOUSA MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ADRIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON ARAJUO DE OLIVEIRA	017.259.792.76  Assistente l'Instrutor de Oficio Inclusão Digital Projeto ( PF 033.954.102.42  021.290.152.47  040.278.372.74  013.725.662.01  023.644.62-85  033.891.332.75	CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798 0876 1682 1465 1407	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GUILHIERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAĴIO OLIVEIRA  LÚCIO FVERY DA SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAJDIRA MENEZES DE ASSIS  LIZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON GUIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAIO  ESTEPHANE SOLSA FRANCO  LAIANE DE SOUSA SOUSA	948.955.202.00 627.269.192.00 009.262.205-43 804.386.877.72 538.484.892-87 020.491.062-54 039.105.662-00 112.183.392-68 023.551.072-62 011.086.742-40 028.665.382-12 021.179.662-09 935.249.862.34 917.531.552-15	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 9 as 10h 10 as 11h	1 2 3 4 5 6 7	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 0759	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Especialidad, Area de Atuação: Oficina de  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUS AILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESSA SOUSA MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ADBRA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON ARAUJO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS  RHAYANE SINDEAUX SILVA	017.259.792.76  Assistente Instrutor de Oficio Inclusão Digistal/Projecto CPF 033.954.102-42 021.290.152-47 040.278.372.74 013.725.662-01 023.644.642-85 033.891.332.75 439.068.262.87 122.234.534-06 942.630.002.34	CLASSIFICADO  CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798 0876 1682 1465 1407 0499	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERP DA SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDIRA MENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAJO  ESTÉPIANES SOUSA FRANCO  LAIANE DE SOUSA FRANCO  LAIANE DE SOUSA FRANCO  LAIANE DE SOUSA SOUSA  STEFANY KARLLIENE CARDOSO RICHIL	948.955.202.00 627.269.192.00 927.269.192.00 909.262.205-43 804.386.872-72 538.484.892.87 020.491.062.54 1039.105.662.00 112.183.392-68 023.551.072-62 021.179.662.00 935.249.862.34 121.183.592.68	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11h	1 2 3 4 5 6 7	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 0759	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo Especialidade Anna de Atuação: Oficina de NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS VANESAS AOSUAS AORAS  KATHARINE COINIRA TOLEDO ADRIA VARÃO ALVES ROTH VALMILSON ARALIO DE OLIVEIRA DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS RHAYANE SINDEAUX SILVA  Carpo Especialidade	017.299.792.76  Assistente de Oficio Instituto de Oficio Instituto de Oficio Instituto de Oficio Inclusão Digital Projeto (PP 0313954.102-42 021.290.152-47 040.278.372.74 040.278.372.74 040.278.372.75 033.891.332.75 122.234.534-06 942.63.002.34  Assistente Instituto de Oficio	CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798 0876 1682 1465 1407 0499 0425	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GULHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERE NO SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA MENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUIRANNY SILVA FERREIRA  CASSANO RICARDO DA SILVA FERREIRA  ESSENDA VIEIRA DE SOUSA FRANCO  LAIANI DE SOUSA SOUSA  STERAY KARLIENE CARDOSO RICHIL  ADRIANA MENDES DA SILVA CAMPOS	948,955,202,00 627,269,192,00 927,269,192,00 909,262,205,43 804,386,872,72 538,484,892,87 020,491,062,54 039,105,662,00 112,183,392,68 023,551,072,62 011,085,742,40 021,179,662,09 935,249,862,34 935,249,862,34 622,497,653,832,66	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h	1 2 3 4 5 6 7	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 0759	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo Especialidade, Área de Atuação: Oficina d  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESAS AOUSA MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ĀDRIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON ARAUJO DE OLIVEIRA  BAVIÐ HTILER OLIVEIRA MEDEROS  RHAYANE SINDEAUX SILVA	017.299.792.76  Assistente de Oficio Instituto de Oficio Instituto de Oficio Instituto de Oficio Inclusão Digital Projeto (PP 0313954.102-42 021.290.152-47 040.278.372.74 040.278.372.74 040.278.372.75 033.891.332.75 122.234.534-06 942.63.002.34  Assistente Instituto de Oficio	CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h 10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798 0876 1682 1465 1407 0499	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERP DA SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDIRA MENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAJO  ESTÉPIANES SOUSA FRANCO  LAIANE DE SOUSA FRANCO  LAIANE DE SOUSA FRANCO  LAIANE DE SOUSA SOUSA  STEFANY KARLLIENE CARDOSO RICHIL	948.955.202.00 627.269.192.00 927.269.192.00 909.262.205-43 804.386.872-72 538.484.892.87 020.491.062.54 1039.105.662.00 112.183.392-68 023.551.072-62 021.179.662.00 935.249.862.34 121.183.592.68	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h	1 2 3 4 5 6 7 8 9	1NSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 0759 1424 1276	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Especialidade, Área de Atuação: Oficina d  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESAS AOUSA MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ADRIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON ARAUJO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEROS  RHAYANE SINDEAUX SILVA  Cargo  Especialidade Área de Atuação: Oficina do  Especialidade Área de Atuação: Oficina do  Area de Atuação: Oficina do  Especialidade Área de Atuação: Oficina do  Especia	017.299.792.76  Ansistemic Institutor de Officio Institutor de Officio Institutor de Officio Inclusão Digital/Projeto de Officio Inclusão Digital/Projeto de Officio 2012.00.1152-47  040.278.372.74  013.725.662.01  023.644.642.85  013.891.332.75  439.068.20.87  122.234.34.06  942.630.002.34  Assistemic Institutor de Officio Inflicaçõe o Culturiaria/Projeto.	CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798 0876 1682 1465 1407 0499 0425 0260 0241	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GUILHIERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAĴUO OLIVEIRA  LÚCIO FVERY DA SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA MENEZES DE ASSIS  LIZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON GUIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAIO  ESTEPHANE SOLOSA FRANCO  LAJANE DE SOLOSA FONDO  LAJANE DE SOLOSA SOLISA  STEFANY KARLILENE CARDOSO RICHIL  ABBIANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CARLA CASSIA DUARTE CORTEZ	948.955.202.00 627.269.192.00 9262.236.43 884.386.872-72 538.464.892.87 039.106.562.00 112.183.392-68 039.105.662.00 112.183.392-68 028.666.382.12 021.179.662.09 935.249.8862.34 917.531.552-15 552.999.382-68 622.497.653-83	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h	1 2 3 4 5 6 7 8 9	1NSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 1424 1276	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Cargo Especialidad, Área de Atuação: Oficina de NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANIESSA SOUSA MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ÄDRIA VARÃO ALIVES ROTH  VALMILSON ARAUJO DE OLIVEIRA DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS  RHAYANE SINDEAUX SILVA  Cargo  Cargo  Cargo  NOME DO CANDIDATO	017.299.792.76  Assistente de Oficio Instatute	CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h HORARIO
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798 0876 1682 1407 0499 0425 0260 0241 1759	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANSE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERPO NSILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS RONSECA TORRES  RAIDRA MENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAJO  ESTÉPIJANE SOUSA FRANCO  LAÍANE DE SOUSA SOUSA  STERANY RARLIENSE CARDOSO RICHIL  ADBILANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CARLACASSIA DURATE CORTEZ  MARCELO DA SILVA SAMPOS  CARLACASSIA DURATE CORTEZ  MARCELO DA SILVA BARROS	948.955.202.00 677.269.192.00 977.269.192.00 979.262.205-43 804.386.872-72 538.484.892.87 939.105.662.00 131.3392-68 102.351.072-62 011.085.742-40 028.666.382-12 021.175.662.09 935.249.862.34 917.531.532.55 552.999.382-68 622.497.653-83	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 8 as 9h	1 2 3 3 4 4 5 6 6 7 7 8 9 9 ORD. 1 2 2 3 3	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 1424 1276  INSC. 0098 0527 1223	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Cargo Especialidad, Área de Aluação: Oficina de NOME DO CANDIDATO ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS PATRICIO SOUSA SILVA NATALY ALMEIDA DOS SANTOS VANESSA SOUSA MORAIS KATHARINE CONIRRA TOLEDO ÄDRIA VARÃO ALVES ROTH VALMILSON ARAJIO DE OLIVEIRA DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS RHAYANE SINDEAUX SILVA  Cargo NOME DO CANDIDATO LUIS BEZERRA JUNIOR LUIS BEZERRA JUNIOR LUIS BEZERRA JUNIOR MARGARETE COLARES MESQUITA	017.299.792.76  Assistente linaturior de Officio Institutor de Off	CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798 0876 1682 1465 1407 0499 0425 0260 0241 1759 0509 0371 0548	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCHELOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO GLIVEIRA  LÚCIO EVERPO NO SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA ARENEZES DE ASSIS  LUZANI DO NASCIMENTO VIEIRA  EVERTON GLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAIO  ESTÉPILANE SOUSA FRANCO  LAÍANE DE SOUSA FRANCO  LAÍANE DE SOUSA FRANCO  LAÍANE DE SOUSA FRANCO  CARLA CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAIO  ESTÉPILANE SOUSA FRANCO  CARLA CASSIA DURATE CORTEZ  MARCELLO DA SILVA BARDOS  JOANNA FERNANDA ALIGADO MORAIS  ESTER RITE LISTONA ALIGADO MORAIS  ESTER RITE LISTONA ALIVA GUIRRA  JOANNA FERNANDA ALIVA GUIRRA  PATRICK WESNEY DUARTE MENDES DA SILVA	948.955.202.00 627.206.192.00 1092.202.205.43 804.386.872-72 538.484.892.87 202.491.062.00 112.183.392.68 023.551.072-62 011.086.382-14 028.666.382-12 028.666.382-12 528.986.234 917.531.552-15 527.93.832.68 622.49.623.83	CLASSIFICADO CLASS	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 8 as 9h 8 as 9h 8 as 9h	1 2 3 3 4 4 5 5 6 7 7 8 9 9 ORD. 1 2 2 3 3 4 4	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 1424 1276  INSC. 1223 0941	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo Especialidade Ance de Atuação: Oficina de NOME DO CANDIDATO  ELENA MARIY SILVA DE FRETIAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS VANESAS ASOLVAS MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO ADRIA VARÃO ALVES ROTH VALMILSON ARALIO DE OLIVEIRA DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS RHAYANE SINDEAUX SILVA  Carpo Servicialidad Área de Atuação: Oficina de P. NOME DO CANDIDATO  LUIS BEZERRA JUNIOR  ELBE PREBERA DA SILVA  SYLVIA HOSEIN KHAN RODRIGUES	017.299.792.76  Assistente lanstrator de Officio del 2012.00.152.47  040.278.372.74  0410.278.372.74  0410.278.372.74  0410.278.372.74  1013.728.662.00  3419.068.262.73  122.234.344.66  941.630.002.34  Assistente lanstrator de Officio mificação Cultimára/Projo Culti	CLASSIFICADO  CL	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	0.349 1.447 0.584 1.206 0.658 0.507 0.306 1.682 1.465 1.407 0.429 0.241 1.759 0.509 0.371 0.548	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERE NO SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA MENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUIRANNY SILVA FERREIRA  CASSANO RICARDO DA SILVA SAMPAIO  ESTEPHANE SOUSA FRANCO  LAIANÍ DE SOUSA SOUSA  STEFANY KARLIENE CARDOSO RICHIL  ADRIANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CARLA CASSIA DUARTE CORTEZ  MARCELLO DA SILVA BARBOS  JOANNA FERNANDA ARAÚJO MORAES  ESTER RUTE LISBOA ALVES GUERBA  ENTIR RUTE LISBOA ALVES GUERBA  ESTER RUTE LISBOA ALVES GUERBA  EMILLY DE NAZRÊ RABELO AFONSO	948.955.202.00 627.269.192.00 909.262.205.43 804.386.872-72 538.484.892.87 902.491.062.00 112.183.392.68 023.551.072.62 011.086.742-40 028.666.382-12 021.179.662.34 917.351.552-15 552.993.82.6 622.497.653-83 744.492.872-53	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h	1 2 3 4 4 5 5 ORD.	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1099 0759 1424 1276  INSC. 0998 0527 0941 1675	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Especialidade Área de Atuação: Oficina d  NOME DO CANDIDATO  ELENA MARIY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESAS AGUSA MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ADRIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON ARAUJO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS  RIHAYANE SINDEAUX SILVA  Cargo  Especialidade Área de Atuação Oficina de P  NOME DO CANDIDATO  LUIS BEZERRA JUNIOR  ELBE PEREIRA DA SILVA  MARGARETE COLARES MESQUITA  MARGARETE COLARES MESQUITA  SYLVIA HOSSIR KILAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA	017.299.792.76  Assistente Instituto de Officio CPF 031.954.102.42 021.290.152.47 040.278.372.74 040.278.372.74 040.278.372.74 013.725.662.01 023.644.642.88 033.891.332.75 439.068.202.87 122.234.334.06 942.630.002.34  Assistente Instituto de Officio Instituto de Officio Instituto de Officio Office Offi	CLASSIFICADO  CL	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	0.349 1447 0.584 1206 0.658 0.658 0.798 0.876 1465 1465 0.260 0.241 1.759 0.509 0.306 0.425 0.260 0.306 0.30	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GUILHIERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO FEVERY DA SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAJDRA MENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON GUIVEIRA SILVA  EMILIA LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAIO  ESTÉPHANE SOUSA FRANCO  LAJANE DE SOUSA SOUSA  STEFANY KARLLIENE CARDOSO RICHIL  ADBIRANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CARLA CASSIA DUARTE CORTEZ  MARCELO DA SILVA BRROS  JONNA FERRANDA JARGUS MORALS  ESTER RUTE LISBOA ALVES GUERRA  PATRICK WISNEY DUARTE MENDES DA SILVA  EMILIA POR ALVES GUERRA  PATRICK WISNEY DUARTE MENDES DA SILVA  EMILTA POR ALVES GUERRA  PATRICK WISNEY DUARTE MENDES DA SILVA  EMILIA POR ALVES GUERRA  PATRICK WISNEY DUARTE MENDES DA SILVA  EMILIA DE ROJOSO  PABLO RODRIGO MOURA HOLANDA	948.955.202.00 627.269.192.00 909.262.205.43 804.386.872-72 538.484.892.87 039.105.662.00 112.181.392.68 039.105.662.00 112.181.392.68 021.179.662.09 935.249.862.34 917.531.552.15 552.99.382.68 62.497.653.83 744.942.872-53 948.878.132-53 744.942.872-53 948.878.132-53 701.682.384-97 035.812.622-31 006.659.522.36	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10	1 2 3 3 4 4 5 5 6 7 7 8 9 9 ORD. 1 2 2 3 3 4 4	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 0759 1424 1276  INSC. 0098 0527 1223 0941 1673 09552	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Cargo Éspecialidade Área de Aluação: Oficina de NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESAS AOSUAS MORAÍS  KATHARINE: COLNERA TOLEDO  ADRIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON RAZILO DE GUIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS  RHAVANE SINDEAUX SILVA  Cargo Área de Aluação: Oficina de P  NOME DO CANDIDATO  LUIS BEZERRA JUNIOR  LUIS BEZERRA JUNIOR  MARGARETE COLARES MESQUITA  SYLVIA HOSEIN RITAN RODRIGUES  SYLVIA HOSEIN RITAN RODRIGUES  SYLVIA HOSEIN RITAN RODRIGUES  MARIA NADIA GRIZ DE SOUZA  PRIRLA ALVES DE OLIVEIRA	017.299.792.76  Assistente CPF Instantor de Officio	CLASSIFICADO  CL	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798 0876 1465 14407 0499 0425 0260 0371 1759 0509 0371 0548 0613 0223	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANOELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCHELOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERPO NASILNA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA ARENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  EVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAIO  ESTEPIANE SOUSA FRANCO  LAÍANE DE SOUSA FRANCO  LAÍANE DE SOUSA FRANCO  LAÍANE DE SOUSA FRANCO  CARLA CASSIAN DIARRES CARDOSO RICHIL  ADRIANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CARLA CASSIA DUARTE CORTEZ  MARCELO DA SILVA BARROS  JOANNA FERNANDA ARAÚJO MORAIS  ESTER RITE LISBOA ALVES GUERRA  PATRICK WESNEY DUARTE MORNES DA SILVA  EMILLY DE NAZARÉ RABIELO AFONSO  PAULO RICARDO DA SILVA  BARRICHO DA SILVA BORROS  JOANNA FERNANDA ALVES GUERRA  PATRICK WESNEY DUARTE MORNES DA SILVA  EMILLY DE NAZARÉ RABIELO AFONSO  PAULO RODRIGO MOURA HOLANDA  ALBERTO ARAÚJO DE SOLZA JUNIOR	948.955.202.00 627.206.192.00 1092.202.205.43 804.386.872-72 538.484.892.87 202.491.062.00 1121.83.392.68 1023.551.072-62 011.086.382.24 023.656.382.12 024.656.382.12 917.531.552.15 917.531.552.15 917.531.552.15 917.531.552.15 917.531.552.15 917.531.552.15 917.531.552.15 918.5871.32.38	CLASSIFICADO CLASS	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h	1 2 3 4 5 5 6 6 6 7 7 8 8 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1099 0759 1424 1276  INSC. 0998 0527 0941 1675	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Especialidade Área de Atuação: Oficina d  NOME DO CANDIDATO  ELENA MARIY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESAS AGUSA MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ADRIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON ARAUJO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS  RIHAYANE SINDEAUX SILVA  Cargo  Especialidade Área de Atuação Oficina de P  NOME DO CANDIDATO  LUIS BEZERRA JUNIOR  ELBE PEREIRA DA SILVA  MARGARETE COLARES MESQUITA  MARGARETE COLARES MESQUITA  SYLVIA HOSSIR KILAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA	017.299.792.76  Assistente Instituto de Officio CPF 031.954.102.42 021.290.152.47 040.278.372.74 040.278.372.74 040.278.372.74 013.725.662.01 023.644.642.88 033.891.332.75 439.068.202.87 122.234.334.06 942.630.002.34  Assistente Instituto de Officio Instituto de Officio Instituto de Officio Office Offi	CLASSIFICADO  CL	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 30 31 31	0349 1447 0584 1206 0658 0597 0306 0798 0876 1462 1465 1269 0260 0397 0425 0260 0397 0425 0260 0397 0425 0260 0397 0425 0426 0426 0426 0426 0426 0426 0426 0426	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCELLOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERE NO SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA MENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUIRANNY SILVA FERREIRA  CASSANO RICARDO DA SILVA FERREIRA  CASSANO RICARDO DA SILVA SAMPAIO  ESTEPHANE SOUSA FRANCO  LAIANÍ DE SOUSA SOUSA  STEFANY KARLI-ENE CARDOS RICHIL  ADRIANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CARLA-CASSIA DUARTE CORTEZ  MARCIELD DA SILVA BARBOS  JOANNA FERNANDA ARAÚJO MORAES  ESTER RUTE LISBOA ALVES GUERBA  ENTRE RUTE LISBOA ALVES GUERBA  EMILLY DE NOZARÉ RABELO AFONSO  PARIC ROORIGO MOURA HOLANDA  ALBERTO ARAUJO DE SOULZA JUNIOR  ELCIANS BARTOS BARROS  JABLETO RORGIGO MOURA HOLANDA  ALBERTO ARAUJO DE SOULZA JUNIOR  ELCIANS BARTOS BARROS	948.955.202.00 627.269.192.00 909.262.205.43 804.386.872-72 538.484.892.87 902.491.062.40 112.183.392.68 023.551.072.62 011.086.742-40 028.666.382-12 021.179.662.34 917.531.552-15 525.993.82.6 622.497.653-83 744.492.872-53 948.5871.33.162.34 917.531.552-15 525.993.82.34 917.531.552-15	CLASSIFICADO CLASS	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10	1 2 3 4 5 5 6 6 6 7 7 8 8 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 0759 1424 1276  INSC. 0098 0527 1223 0941 1673 09552	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo Especialidade  NOME DO CANDIDATO  ELENA MARIY SILVA DE FRETIAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESSA SOUSA MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ADRIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON ARALIO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS  RHAYANE SINDEAUX SILVA  Carpo  ACARDO SOUSA SILVA  CARDO  LUIS BEZERRA JUNIOR  LUIS BEZERRA JUNIOR  ELBE FREEBE AD AS SILVA  SYLVIA HOSEIN KHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA  SYLVIA HOSEIN KHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA  FORMAL ADOS CALVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA	017.299.792.76  Assistente lantarior de Oficio la linelusão Digital Projeto (PF CPF 021.00 Aug. 10.11.00 Aug. 10.1	CLASSIFICADO  CL	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	0349 1447 0584 1206 0658 0507 0306 0798 0876 1465 14407 0499 0425 0260 0371 1759 0509 0371 0548 0613 0223	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANOELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIM DE VASCONCHELOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERPO NASILNA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA ARENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  EVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAIO  ESTEPIANE SOUSA FRANCO  LAÍANE DE SOUSA FRANCO  LAÍANE DE SOUSA FRANCO  LAÍANE DE SOUSA FRANCO  CARLA CASSIAN DIARRES CARDOSO RICHIL  ADRIANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CARLA CASSIA DUARTE CORTEZ  MARCELO DA SILVA BARROS  JOANNA FERNANDA ARAÚJO MORAIS  ESTER RITE LISBOA ALVES GUERRA  PATRICK WESNEY DUARTE MORNES DA SILVA  EMILLY DE NAZARÉ RABIELO AFONSO  PAULO RICARDO DA SILVA  BARRICHO DA SILVA BORROS  JOANNA FERNANDA ALVES GUERRA  PATRICK WESNEY DUARTE MORNES DA SILVA  EMILLY DE NAZARÉ RABIELO AFONSO  PAULO RODRIGO MOURA HOLANDA  ALBERTO ARAÚJO DE SOLZA JUNIOR	948.955.202.00 627.20.192.00 1092.202.205.43 804.386.872-72 538.484.892.87 202.491.062.206 1121.83.392.68 1023.551.072-62 011.086.382.24 023.656.382.12 024.666.382.12 917.531.552.15 917.531.552.15 917.531.552.15 917.531.552.15 917.531.552.15 917.531.552.15 917.531.552.15 918.852.34 918.8571.32.35 948.8571.32.35	CLASSIFICADO CLASS	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11	1 2 3 4 5 5 6 6 6 7 7 8 8 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 0759 1424 1276  INSC. 0098 0527 1223 0941 1673 09552	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo Especialidade  NOME DO CANDIDATO  ELENA MARIY SILVA DE FRETIAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESSA SOUSA MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ADRIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON ARALIO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS  RHAYANE SINDEAUX SILVA  Carpo  ACARDO SOUSA SILVA  CARDO  LUIS BEZERRA JUNIOR  LUIS BEZERRA JUNIOR  ELBE FREEBE AD AS SILVA  SYLVIA HOSEIN KHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA  SYLVIA HOSEIN KHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA  FORMAL ADOS CALVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA	017.299.792.76  Assistente CPF Instature de Oficio 233.954.102-42  021.290.152-47  040.278.372-74  040.278.372-74  439.080.308.308.332-75  439.080.308.308.332-75  439.080.308.308.332-75  122.234.334-06  94.60.002.34  Assistente CPF 960.084.913-15.19  788.737.608.391-31-51  788.737.608.391-31  78	CLASSIFICADO  CL	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 31 32 33	0349 1447 0584 1206 0658 0597 0306 10798 1465 1407 0429 0224 1759 0509 0371 0548 1485 0613 1751 0618 1754 1754 1754 1754 1754 1754 1754 1754	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIME VASCONOME VESCONO  GULHIERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERE NO SILVA FERBEIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA MENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERBEIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAJO  ESTEPHIANE SOUSA FRANCO  LAIANI DE SOUSA SOUSA  STEPANY KARLLIENE CARDOSO RICHIL  ADBIANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CABLA CASSIA DUARTE CORTEZ  MARCELO DA SILVA BARROS  JOANNA FERRANDA JARAGUO MORAES  ESTER RUTE LISBOA ALVES GUERRA  PATRICK WESNEY DUARTE MENDES DA SILVA  EMILLY DE NAZARE RABELO A FONSO  PARLO RODRIGO MOURA HOLANDA  ALBERTO ARAUGO DE SOULA JUNIOR  ELCHANE SANTOS BARROS  WESLEY SABINO BARROS	948.955.202.00 627.269.192.00 909.262.205.43 804.386.872-72 538.484.892.87 802.491.052.61 039.105.662.00 112.183.392.68 023.551.077.62 011.086.742-40 028.666.382-12 028.666.382-12 552.993.86.234 917.531.552-15 552.993.86.734 948.587.132-53 948.587.132-53 948.587.132-53 035.812.622-31 006.659.522.36 044.78.302.79 035.812.622-31 006.659.522.36	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 8 as 9h	1 2 3 4 5 5 6 6 6 7 7 8 8 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9	0745  INSC. 0304 0290 1167 1821 1065 1099 0759 1424 1276  INSC. 0098 0527 1223 0941 1673 09552	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo Especialidade Área de Atuação: Oficina d  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIRY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESSA SOUSA MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ADRIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON ARAUJO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEROS  RHAYANE SINDEAUX SILVA  Carpo Especialidade Área de Atuação: Oficina de P.  NOME DO CANDIDATO  LUIS BEZERRA JUNIOR  ELBE PREEBRA DA SILVA  MARGARETE COLARES MESQUITA  MARGARETE COLARES MESQUITA  SYLVIA HOSEIN KIAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA  PRIRLA ALVES DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  Carpo Especialidade  ACALPO  CARPO  CARPO ELBE PREEBRA DA SILVA  MARGARETE COLARES MESQUITA  MARGANADIA CRUZ DE SOUZA  PRIRLA ALVES DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA	017.299.792.76  Assistente CPF Instature de Oficio 233.954.102-42  021.290.152-47  040.278.372-74  040.278.372-74  439.080.308.308.332-75  439.080.308.308.332-75  439.080.308.308.332-75  122.234.334-06  94.60.002.34  Assistente CPF 960.084.913-15.19  788.737.608.391-31-51  788.737.608.391-31  78	CLASSIFICADO  CL	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 31 32 33	0349 1447 0584 1206 0658 0597 0306 10798 1465 1407 0429 0224 1759 0509 0371 0548 1485 0613 1751 0618 1754 1754 1754 1754 1754 1754 1754 1754	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIME EL YASCONCELLOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVEREN DA SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA AMENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  EVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSANO RICARDO DA SILVA SAMPAJO  ESTEPHANE SOUSA FRANCO  LAIAND DE SOUSA SOUSA  STÉRANY KARLIENE CARDOSO RICHIL  ADBLANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CABLA CASSIA DUARTE CORTEZ  MARCELLO DA SILVA BARROS  JONNA FERNANDA ALGUO MORAES  ESTER RUTE LISDOA ALVES GUERRA  PATRICK WESNEY DUARTE MENDES DA SILVA  EMILLY DE NAZARE RABIED AFONSO  PABLO RODRIGO MOURA HOLANDA  ALBERTO ARAÚJO DE SOUZA JUNIOR  ELCLANE SANTOS BARDOS  WESLEY SABINO ARAÚJO DE AQUINO  LUCIANA OLIVERA DA SILVA	948.955.202.00 627.20.192.00 627.20.192.00 909.262.205.43 804.386.872-72 538.484.892.87 202.491.062.40 112.183.392.68 112.183.392.68 023.551.072.62 011.086.742-40 028.666.382-12 021.179.662.30 935.249.862.34 917.531.532-15 52.993.382.68 622.497.653.83 744.492.872-53 024.572.62 03.851.32.53 024.573.00 08.659.522.36 014.783.302.79 015.81.2622.31 006.659.522.36	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 8 as 9h	1 2 3 4 5 5 6 6 7 7 8 8 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9	1NSC. 0304 1167 1821 1063 10759 1276 1089 10759 1424 1276 1NSC. 0098 10577 1023 10449	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Cargo  Especialidade  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIBY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESAS AOSUAS MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ADBIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON RALIO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS  RHAYANE SINDEAUX SILVA  Cargo  Área de Ausquão Officina de P  NOME DO CANDIDATO  LUIS BEZERRA JUNIOR  LUIS BEZERRA JUNIOR  MAGGARETE COLARES MESQUITA  SYLVIA HOSEIN KIHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA  PRIELA ALVIS DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  Cargo  STANTA HOSEIN KIHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA  PRIELA ALVIS DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  Cargo  Area de Atusquão Officina de Produtos  NOME DO CANDIDATO  ELTON LIMA SILVA	017.299.792.76  Assistente CPF  031.954.102-42  021.290.152-47  040.278.372.74  011.372.56.04  023.644.642-85  033.954.102-42  021.290.152-47  040.278.372.74	CLASSIFICADO  CL	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 31 32 33	0349 1447 0584 1206 0658 0597 0306 10798 1465 1407 0429 0224 1759 0509 0371 0548 1485 0613 1751 0618 1754 1754 1754 1754 1754 1754 1754 1754	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIME EL YASCONCELLOS  GUILHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVEREN DA SILVA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA AMENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  EVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUHANNY SILVA FERREIRA  CASSANO RICARDO DA SILVA SAMPAJO  ESTEPHANE SOUSA FRANCO  LAIAND DE SOUSA SOUSA  STÉRANY KARLIENE CARDOSO RICHIL  ADBLANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CABLA CASSIA DUARTE CORTEZ  MARCELLO DA SILVA BARROS  JONNA FERNANDA ALGUO MORAES  ESTER RUTE LISDOA ALVES GUERRA  PATRICK WESNEY DUARTE MENDES DA SILVA  EMILLY DE NAZARE RABIED AFONSO  PABLO RODRIGO MOURA HOLANDA  ALBERTO ARAÚJO DE SOUZA JUNIOR  ELCLANE SANTOS BARDOS  WESLEY SABINO ARAÚJO DE AQUINO  LUCIANA OLIVERA DA SILVA	948.955.202.00 627.269.192.00 909.262.205.43 804.386.872-72 538.484.892.87 902.491.052.64 039.105.662.00 1112.183.392.68 023.551.077.62 011.086.736.72-62 011.086.736.736.73-62 011.086.736.73-62 011.086.736.73-62 011.086.736.73-62 011.086.736.73-62 012.087.736.73-62 012.087.736.73-62 013.736.736.73-62 013.736.736.736.736.736.736.736.736.736.73	CLASSIFICADO CLASS	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 8 as 9h	1 2 3 3 4 5 5 6 6 7 7 8 8 9 9 1 2 2 3 3 4 4 5 5 6 6 7 7 8 8 9 9 1 1 2 2 3 3 4 4 5 5 6 6 7 7 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	1NSC. 1NSC. 1NSC. 1NSC. 1NSC. 1099 11276 11223 1099 11424 11276 11852	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Carpo Especialidade Ance de Atuação- Oficina de NOME DO CANDIDATO  ELENA MARIY SILVA DE FRETIAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS VANESAS ASOLIVAS MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO ADRIA VARÃO ALVES ROTH VALMILSON ABALIO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS RHAYANE SINDEAUX SILVA  Carpo Free Breira DA SILVA  LUIS BEZERRA JUNIOR  LUIS BEZERRA JUNIOR  ELBE PREBIRA DA SILVA  SYLVIA HOSEIN KHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRILZ DE SOUZA  SYLVIA HOSEIN KHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRILZ DE SOUZA  PRIBLA ALVES DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  LOME DO CANDIDATO  Carpo RERIA ALVES DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  LUIS BEZERRA JUNIOR  ELBE PREBIRA DA SILVA  SYLVIA HOSEIN KHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRILZ DE SOUZA  PRIBLA ALVES DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  LUIS BEZERRA LIRINGO OLIVEIRA  LUIS BEZERRA DE OLIVEIRA  LUIS BEZERRA DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  CARPO  CARPO  LUIS BEZERRA DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  CARPO  LUIS BEZERRA DE OLIVEIRA  LUIS BEZERRA DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  CARPO  CARPO  LUIS BEZERRA DE OLIVEIRA  LUIS BEZERRA DE OLIVEIRA  LUIS BEZERRA JUNIOR  CARPO  LUIS BEZERRA JUNIOR  CARPO  LUIS BEZERRA JUNIOR  CARPO  LUIS BEZERRA JUNIOR  CARPO  CARP	Assistente   CFF   Page   Pa	CLASSIFICADO  CL	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 31 32 33	0349 1447 0584 1206 0658 0597 0306 10798 1465 1407 0429 0224 1759 0509 0371 0548 1485 0613 1751 0618 1754 1754 1754 1754 1754 1754 1754 1754	EDER IBERNOM HOLANDA  MARIA ELISANGELA CUNHA DO REGO  ALISSON AMORIME EL VASCONCHELOS  GULHERME COSTA DO NASCIMENTO  ROSIANE DE ARAÚJO OLIVEIRA  LÚCIO EVERE NO SILMA FERREIRA NETO  THAIS CARLOS FONSECA TORRES  RAIDRA MENEZES DE ASSIS  LUZIANI DO NASCIMENTO VIEIRA  ÉVERTON OLIVEIRA SILVA  EMILLY LOUIFANNY SILVA FERREIRA  CASSIANO RICARDO DA SILVA SAMPAJO  ESTEPHANE SOUSA FRANCO  LAIANE DE SOUSA SOUSA  STEFANY KARLLIENE CARDOSO RICHIL  ADBIANA MENDES DA SILVA CAMPOS  CABLA CASSIA DUARTE CORTEZ  MARCELO DA SILVA BARROS  JONNA FERRANDA JARAÚJO MORAES  ESTER RUTE LISBOA ALVES GUERRA  PATRICK WESNEY DUARTE MENDES DA SILVA  EMILLY DE NAZARÉ RABELO ARONSO  PARIOR GORDIGO MOURA HOLANDA  ALBERTO ARAUJO DE SOUZA JUNIOR  ELCIANE SANDO BARROS  WESLEY SABINO ARAUJO DE AQUINO  LUCIANA OLIVEIRA DA SILVA  CIUDE  GERLES  GERER  GERLE CLIANE SANDO BARDOS  WESLEY SABINO ARAUJO DE AQUINO  LUCIANA OLIVEIRA DA SILVA  CIUDE  ESPECIALISMO PARAUJO DE AQUINO  LUCIANA OLIVEIRA DA SILVA  CIUDE  ESPECIALISMO PARAUJO DE AQUINO  LUCIANA OLIVEIRA DA SILVA	948.955.202.00 627.269.192.00 909.262.205.43 804.386.872-72 538.484.892.87 902.491.052.64 039.105.662.00 1112.183.392.68 023.551.077.62 011.086.736.72-62 011.086.736.736.73-62 011.086.736.73-62 011.086.736.73-62 011.086.736.73-62 011.086.736.73-62 012.087.736.73-62 012.087.736.73-62 012.087.736.73-62 013.087.736.73-62 013.087.736.736.736.736.736.736.736.736	CLASSIFICADO CLASS	16/1/2023 16/1/2023	8 as 9h 8 as 9h 8 as 9h 9 as 10h 10 as 10h 10 as 10h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 10 as 11h 8 as 9h	1 2 3 4 5 5 6 6 7 7 8 8 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9	1NSC. 0304 1167 1821 1063 10759 1276 1089 10759 1424 1276 1NSC. 0098 10577 1023 10449	LAISE CARVALHO DE OLIVEIRA  Cargo  Especialidade  NOME DO CANDIDATO  ELENA MAIBY SILVA DE FREITAS  PATRICIO SOUSA SILVA  NATALY ALMEIDA DOS SANTOS  VANESAS AOSUAS MORAIS  KATHARINE COINBRA TOLEDO  ADBIA VARÃO ALVES ROTH  VALMILSON RALIO DE OLIVEIRA  DAVID HITLER OLIVEIRA MEDEIROS  RHAYANE SINDEAUX SILVA  Cargo  Área de Ausquão Officina de P  NOME DO CANDIDATO  LUIS BEZERRA JUNIOR  LUIS BEZERRA JUNIOR  MAGGARETE COLARES MESQUITA  SYLVIA HOSEIN KIHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA  PRIELA ALVIS DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  Cargo  STANTA HOSEIN KIHAN RODRIGUES  MARIA NADIA CRUZ DE SOUZA  PRIELA ALVIS DE OLIVEIRA  JOÃO AZHAEL GRINGO OLIVEIRA  Cargo  Area de Atusquão Officina de Produtos  NOME DO CANDIDATO  ELTON LIMA SILVA	017.299.792.76  Assistente CPF  031.954.102-42  021.290.152-47  040.278.372.74  011.372.56.04  023.644.642-85  033.954.102-42  021.290.152-47  040.278.372.74	CLASSIFICADO  CL	DIA 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023 16/1/2023	10 as 11h

42													
		Cargo: A Especialidade: M	Ionitor de Oficina				18	0263	ERICA MARINHO DOS SANTOS	016.553.032-44	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
ORD.	INSC.	Área de Atuação NOME DO CANDIDATO	: Projeto Crescer CPF	HOMOLOGAÇÃO	DIA	HORARIO	19	1415 1576	FABIANA MAGALHÃES DE AZEVEDO SILVANA GOMES SANTOS	447.421.692-04 838.749.092-04	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
1	0342	MARIA IZONE TELES CAVALCANTE	335.628.572-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	21	1231	LILIANE JONES DA SILVA JULIANA DOS SANTOS BEZERRA	014.922.862-73	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
3	0467 0434	FRAMICI QUEIROZ DA SILVA FRANCISLÂNDIA PONTES MARINHO	241.755.872-68 382.507.212-68	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h	23	0863	LUIZ LENONN DA SILVA PANTOJA	019.082.652-56	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
4	0334	MABILA MICAELE DOS SANTOS MOTA  CRISTIANE APARECIDA DA SILVA PEREIRA	004.893.572-70 722.009.872-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	24 25	0553 0684	ELANE SÁ SILVA MARIA IRIS BRITO OLIVEIRA LOPES	382.710.872-15 612.098.302-30	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
6	0289 0512	WANYSELMA FREITAS GUIMARAES	996.747.692-34	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h	26	0601	ALDILENE VIDAL OLIVEIRA SERRA	669.355.632-91	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
7	0437	NEUSA RODRIGUES PINTO	199.984.902-78	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	27	1161	FELIPE LUI MACIEL DA SILVA ROCICLÉA MENDES SAMPAIO	049.397.622-11 382.274.102-78	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
9	0102 0431	ERALDO BARROS DA SILVA  MARIA DO PERPETUO SOCORRO PEIXOTO PLÁCIDO	382.854.012-00 512.511.592-49	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h	29	0883	ELOIDE DE JESUS ARAÚJO	769.606.922-53	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
10	0581	GRACIANE BARROSO BARBOSA	002.390.292-24	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	30	1062	ALANNA SILVA ALVES	046.564.863-02	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
11	1593 0423	JEHNEFER DE SOUZA RIBEIRO TEREZA CRISTINA NASCIMENTO MEIRELES	017.944.922-24 414.486.933-49	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h	31	0101 1417	CASSIELE DOS SANTOS FERREIRA  ANDREY BARBOSA DE SOUZA	539.627.612-68 011.943.872-09	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
13	1495	CIRLENE DA SILVA LIMA	545.067.192-04	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h	33	0207	LUANA SIMAO DE LIMA	023.920.212-01	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
14	0325 0424	ELAINE JESSICA DA SILVA LIMA  MARIA INEIDE DE OLIVEIRA FREITAS	003.031.062-80 317.405.452-49	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h	34	1261 1916	ELESSANDRA DE SOUZA LIMA GABRIEL SILVA BRANDÃO	024.534.492-65 009.066.512-04	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
16	0688	CLEOEZA DE SOUZA PAULO	679.528.362-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h	36	0498	ELEN APARECIDA CESAR FERREIRA	702.970.472-05	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
17	1840 0447	MARIA GILSA MELO GOMES  JABNER SILVA DE MESQUITA	509.773.422-04 543.897.632-53	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h	37	0679 1158	ELUANY GABRIELY MATIAS OLIVEIRA  TAINARA PINTO DE OLIVEIRA	023.393.642-48 048.293.492-12	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
19	1308	RUTHE DUARTE SILVA	984.818.512-72	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h	39	0533	JOELMA SANTOS NASCIMENTO	018.495.852-02	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
20	1553 1030	CLEANE PORTELA TAVEIRO CASTRO ZILMA DA SILVA MOTA	011.033.282-20 772.397.092-72	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h 16 as 17h	40	0258	JOSUÉ CARVALHO BENTO	539.284.662-91	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
22	0081	SUNAMITA DE MACEDO E SILVA	546.639.032-15	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h			Especialidade:	: Analista Consultor Técnico			
23	0763 1386	CLAUBER SILVA E SOUSA  JACKSON CONCEICAO COSTA	635.687.212-87 007.631.552-50	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	16 as 17h 16 as 17h	ORD.	INSC.	Área de Atuaçã  NOME DO CANDIDATO	io: Projeto Crescer CPF	HOMOLOGAÇÃO	DIA	HORARIO
25	1852	SEDERRUZ SILVA COSTA	002.356.632-98	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h	1	0625	MARIA DO CARMO PEREIRA DA SILVA	447.195.232-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
26 27	0606 0528	VALDORA ALVES FARIA  LIANA BARROSO BARBOSA	323.453.992-87 865.012.832-72	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h 16 as 17h	3	1478 0961	JÉSSICA VANESSA SABINO DA COSTA  PATRICIA KELEM BRASIL DOS SANTOS	937.574.502-30	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
28	0124	CLEUCIANE PESSOA DE SOUSA	021.829.762-99	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h	4	0017	CARLA YASMIN DIAS DE SOUZA	000.339.372-06	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
29 30	0367 0560	GRAZIELE AGUIAR FREITAS  CLEIDE ONICE MOURÃO SOARES	800.441.582-20 953.442.501-00	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h 16 as 17h		_		: Analista			
31	0848	POLIANA SAMPAIO CUNHA BARROSO	016.816.282-28	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h			Area de Atuaçã	Gerente de Oficina ão: Projeto Crescer			
32	1293 0657	MÁRCIO ANDRÉ BITENCOURT DE SOUZA  DIANY MONTEIRO DE SOUZA	671.883.622-20 003.273.292-97	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h	ORD.	INSC. 0497	NOME DO CANDIDATO  GISELY DA SILVA COSTA	CPF 747.903.232-34	HOMOLOGAÇÃO CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023	HORARIO 14 as 15h
34	0433	NAIARA BARBOSA DA SILVA	005.047.842-77	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	2	0459	SANDRA CAVALCANTE CRUZ	010.285.792-09	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
35 36	1708 0686	GEOVANNA LIMA SOUSA LEILA MATIAS GARÇA	046.047.982-22 528.875.612-00	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h	3 4	1527 0647	MARIA LUZIA DE FRANÇA  CLÉLIA LACILDA CARNEIRO XIMENDES	382.083.002-25 505.510.433-34	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
37	0818	LORENA DE ALMEIDA RABELO	014.496.522-47	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	5	0649	KARLLEIDE PINHO DIAS	527.097.362+68	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
38 39	0355 0836	EMILLY CRISTINY PEREIRA DA COSTA  MARINALVA PENHA LOPES	032.818.052-13 770.114.653-91	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h	6 7	1713 0629	EDILEUZA FIGUEIREDO DE ARAÚJO  ANA MIRIAN DE SOUSA GOMES	594.861.982-68 944.672.002-82	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
40	1500	BRUNA MAIA DE LIMA FARIA	000.807.752-50	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	8	0070	EVERALDO CARVALHO LIMAO JUNIOR	651.610.502-25	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
41	0799 0554	LUAN BAMBERG DOURADO  FABRICIA VANESSA LIMA CARIOCA	010.320.172-60	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h	9	1877 1159	CLAIRE PANTOJA MENDES DE OLIVEIRA ANA PAULA LIMA DUARTE	672.504.322-49 992.054.752-20	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
43	0520	ADRIANA DE JESUS DA SILVA SANTANA	030.487.582-16	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h	11	1418	JOSELI MONTEIRO GIL	240.586.292-15	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
44	1411 0095	GABRIEL ITALO FERNANDES PINHEIRO  LUCAS NOGUEIRA CRUZ	010.107.752-19	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h	12	1405 0576	MARIA OLIVEIRA BEZERRA RONES TERMINELIS DA SILVA	714.441.812-20 508.719.782-53	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
46	1846	REBECA NUNES DA CONCEIÇÃO	069.080.162-93	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h	14	1849	KELEN CRISTINA DANTAS MONTEIRO	658.031.162-20	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
47 48	0287	CRISTIANO OLIVEIRA DE OLIVEIRA ELIEUDE GOMES FRANCO	627.864.582-34 623.898.742-15	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h	15	1782 1342	LUIZ FELIPE AMAZONAS MARINHO SONISMEIRY DANTAS DO NASCIMENTO FERREIRA	712.468.862-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
48	1214	LETICIA LEAL SOUSA	528.234.582-04	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h	17	1649	ANA PAULA VITAL DA SILVA	630.559.102-49 812.907.302-10	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
50	0931	DÉBORAH KATHLLEN AGUIAR POLICARPO	013.738.282-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h	18	0513	ANTONIO EDUARDO DE OLIVEIRA JUNIOR	006.414.192-60	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
51	0346 0630	EXPEDITA FIGUEIREDO  VANDA LUCIA DOS SANTOS REIS MENESES	031.236.024-00 772.397.502-30	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	16 as 17h 16 as 17h	19	1379	MARCOS AUGUSTO MELO  LUCAS GABRIEL DA SILVA DE AMORIM	795.430.302-00 033.644.692-61	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
53	0275	CARLA SILVA DE BRITO	950.021.542-04	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h	21	0785	VANDREZIA ALANI SOARES ROCHA ROSARIO	934.136.022-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
54	0579 0666	JACQUELINE ALVES LIMA  VANDO DE FREITAS DA SILVA	912.257.602-91	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h 16 as 17h	22 23	1267 0440	GILMARA PINHEIRO DE ANDRADE PERPETUA DO SOCORRO MORENO DE ALMEIDA	004.103.692-17 241.622.212-00	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 14 as 15h
56	0448	SABRINA MAGALHĀES LIMA	032.009.372-70	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h	24	0446	VANDERLI DE SOUZA LUZ	842.219.171-72	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
57	1602 1522	ROZIVANIA DA SILVA TATIANNE LORENNA VIEIRA MEDEIROS	532.168.062-00 028.116.382-02	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h 16 as 17h	25 26	1458 0450	PATRÍCIA FERNANDES DO CARMO  ADIUILSON RIBEIRO DO CARMO	726.199.535-53 579.358.582-68	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
59	0562	WANDREANE BEZERRA DA ROCHA RODRIGUES	011.584.872-07	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h	27	1777	ERRIETE DUARTE MADURO	512.688.412-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
60	1422 0617	FELIP HOWIN FAI SANTOS FIGARELA  MARIA IOYCE DE IESUS DA SILVA	023.190.412-65	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h 14 as 15h	28	0245	ANA PAULA DALLA LANA VIRGILIO DO REGO MONTEIRO BORGES JUNIOR	033.647.070-30	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
62	0032	KELLIANE DE ALEGAR SOUSA	031.742.672-93	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	30	1439	JEANIE MARIA LIRA NASCIMENTO	023.483.852-36	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
63	1678 0414	MARILIA CANAVARRO MARINHO PEREIRA KEROLAINE BEZERRA BRAGA DE SOUZA	031.824.582-56	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h	31	0116 1701	DANIEL DA SILVA GARCIA ANA CAROLINA XAVIER AIRES	859.523.702-68 955.085.702-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h 15 as 16h
65	0393	CLODOALDO LUCAS CRUZ COSTA	027.537.782-21	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	33	1891	ROZINHA GOMES ARAGÃO	342.536.292-53	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
66	0717 0026	NATÁLIA ANGELO DE OLIVEIRA ROCICLEIA ABREU DO NASCIMENTO	033.309.502-26 648.761.012-72	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h	34	0200 0817	ANTONIA EDILEUZA DIONISIO  MARIA APARECIDA CAVAL CANTE SARAIVA	589.269.922-68 658.446.452-00	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
68	1134	SARAMILENA MARTINS DE ASSIS	004.265.782-28	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	36	0284	KENNEDY ANGELO DA SILVA	013.002.312-46	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
69 70	1704	JAQUES MURÇA PIRES  LILIANE TORRÊA DE CASTRO	303.808.632-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	37	1728 1355	RAYANE SALES DA SILVA ALZANICE LÉIA DE SOUZA SANTOS	027.033.362-25 035.616.412-88	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
70	0131	RONE ENE ROCHA RODRIGUES	672.853.092-49 701.512.022-49	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 15 as 16h	39	1008	WELLORYN RAFFAELA NASCIMENTO DA COSTA	835.020.172-04	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
72	1423	EVILA ABREU DA SILVA RONILTON CONCEIÇÃO DE MELO	859.200.962-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h	40	0794 0645	RAFAEL JORGE DA SILVA RODRIGUES  OSMAIRA SOARES RIBEIRO	816.581.842-20 003.881.472-29	CLASSIFICADO CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
73 74	0191 1251	ANA CÁSSIA MAGALHÃES DA SILVA	856.078.782+87 006.776.442+80	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h	41	0043	USMAIRA SUARES RIBEIRO	003.881.472-29	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
75	0626	JERUSA ALVES MACHADO	026.970.352-73	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h			Especialidad	: Analista e: Gerente Geral			
76 77	0347 0223	JACKELINE TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO  PABLO DOUGLAS DA SILVA	545.569.452-91 032.062.342-47	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h	ORD.	INSC.	Área de Atuaçã  NOME DO CANDIDATO	io: Projeto Crescer CPF	HOMOLOGAÇÃO	DIA	HORARIO
78	0145	LAION FELIX MARTINS DE MELO	033.902.862-92	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h	1	0209	DOUGLAS RAFAEL CAVALCANTE DA SILVA	923.869.032-49	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
79 80	0976 0518	MARIA DE JESUS GAMA NASCIMENTO ALVES THAIZA CAROLINA RODRIGUES ONORIO	978.109.322-68 549.274.472-00	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h	3	1691 1514	CÁSSIA DANTAS NERES  ANDERSON RAFAEL GOMES DA SILVA	002.636.592-83 539.603.002-04	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
81	0840	KARÉM CRISTINA CASTRO SANTOS	034.362.362-50	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h	4	0462	ELIANA CARVALHO DE SOUZA	008.869.017-23	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
82 83	0389 0547	FRANCISCA NEIDE DE SOUSA NOGUEIRA  LADIA ALINE DE SOUZA FRANCO	594.268.102-34 508.715.952-49	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	16 as 17h 16 as 17h	5	0663 0443	VANESSA PALÁCIO BOSON JOSEILSON CAMARA SILVA	009.560.505-30 649.306.292-68	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h
84	0476	SIMONE FRANCISCA TRINDADE DE SOUSA	727.817.772-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h	7	1289	PAULO PEREIRA MOTA	646.674.482-53	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h
85 86	0202 0672	LEIDYANE SOUSA DE OLIVEIRA JEISIANE DE SOUSA GALVÃO	959.237.482-15 035.117.842-20	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	16 as 17h 16 as 17h	8	1370 0392	LEYDE DE ANDRADE OBERICO FERREIRA BARBOSA	805.665.702-97 199.626.492-34	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 15 as 16h
87	0974	BIANCA PINHEIRO DA SILVA	987.067.302-30	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h	10	1634	IRIELLY REIS DECKMANN	918.499.002-30	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
88	0998	EMILLY BARBOSA DA SILVA	033.151.212-22	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h	11	0452	NAJARA CAROLINE MULLER REIS	914.497.742-53	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
		Cargo: A	ussistente				12	0771 0585	HADONNYS CÂNDIDO ABREU FERREIRA  ALEX SANTOS MOURA	019.078.932-88 004.301.003-29	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
	p		: Projeto Crescer	WO	***	Heren	14	1579	PATRICIA BRAGA RODRIGUES	819.395.312-68	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
ORD.	INSC. 0812	NOME DO CANDIDATO  EDINILZA PICANÇO NUNES	CPF 622.511.982-53	HOMOLOGAÇÃO CLASSIFICADO	DIA 16/1/2023	HORARIO 14 as 15h	15	0911 1149	GIOVANA RUFINO DE OLIVEIRA  ANA CAROLINI GAMA	859.030.272-53 015.050.312-14	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h
2	1598	WALNEY PEREIRA PARREIRA	009.913.072-67	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	17	0866	GLEIDILENE FREITAS DA SILVA	017.091.332-52	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h
3	0508 0825	MAYARA PEREIRA SILVA PRISCYLA YASMIM RAMOS MORAES	035.460.262-41	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h	18	1766 0714	ARANCHA MICAELLE DOS SANTOS PEREIRA EMILIA LAURA OLIVEIRA VANZO	028.124.062-08 037.471.042-23	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	16 as 17h 16 as 17h
5	0708	Raiane da Silva Rabelo	003.518.722-05	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	20	0640	HINKLEDYA MONTENEGRO SAMPAIO	762.414.912-53	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h
6 7	0870 0351	KATIA CRISTIANE MACIEL DE MELO WALMIRA CORREA PINHO	662.556.942-91 703.480.062-68	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h	21	1792 0222	RODRIGO MYCHEL DE OIVEIRA MARTINS  DANIELLE FREITAS BRANDÃO DE OLIVEIRA	887.965.742-91 948.401.722-34	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	16 as 17h 16 as 17h
8	0490	GLEICIANE MATOS DA SILVA	977.631.952-15	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h	23	1318	FIAMA RIBEIRO VIEIRA	009.568.122-10	CLASSIFICADO	16/1/2023	16 as 17h
9	0602 0531	ELOISA DOS SANTOS MACHADO ANDRÉ LUCAS SILVA RODRIGUES	023.931.702-51 019.770.152-39	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	14 as 15h 14 as 15h							
11	1837	ADRIANA OLIVEIRA MORENO	998.421.492-34	CLASSIFICADO	16/1/2023	14 as 15h 15 as 16h			BOA VISTA - RR, 13	DE JAN	IEIRO DE	2023	š.
12	0300	IGOR MATEUS LOPES DA COSTA	990.236.102-10	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h							
13	0174 0596	JOYCE KELLE MELO ADORIAN  CALINA DINIZ BARBOSA	729.780.582-34 032.658.172-37	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h			Glória Maria Sout				_
15	0843	ROSICLEIDE DE JESUS FEIO DE BRITO	570.114.942-00	CLASSIFICADO	16/1/2023	15 as 16h		S	ecretária Municipal A	djunta d	le Gestão	Socia	ı
16 17	0401 1080	KÁSSIA HELEN DE JESUS DE SOUZA  JACQUELINE RIBEIRO PENA	039.112.712-80 002.704.572-24	CLASSIFICADO	16/1/2023 16/1/2023	15 as 16h 15 as 16h	1						
							•						

# SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS E MEIO AMBIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 61/2018 Autuado: MÁRIO FRANK COSTA DA SILVA

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 006261 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2924/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de matadouro de animais de pequeno porte (porcos e carneiros), sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Jackson Barros Villa, nº 269, Bairro Pricumã, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de matadouro de animais de pequeno porte (porcos e carneiros), conforme Termo de Embargo nº 002661- E.

Autuado no dia 13 de dezembro de 2017, às 10h40min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 10, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento de vistoria para conclusão de processo anterior.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2924/2017, à fl. 06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

ſ...

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal

6.514/08).

Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar funcionamento de atividade de matadouro de animais de pequeno porte (porcos e carneiros), sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto no 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇAO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar funcionamento de atividade de matadouro de animais de pequeno porte (porcos e carneiros), sem a devida licença ambiental.

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 16 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 142/2017 Autuada: FRANCISCA ALVES DE CASTRO

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I - RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 007775 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 27, alíneas "b", combinado com o art. 9, caput, da Lei Municipal nº 513/00.

A autuada foi multada, no valor de R\$ 500,00 (quinhentas reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 147/2017, o qual constatou o funcionamento de serralheria, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Rua Sebastião Ari Paiva, n°. 936, Bairro Sílvio Leite, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de serviço de serralheria, sem o devido licenciamento ambiental, conforme Termo de Embargo nº 002236- E.

Autuada no dia 13 de fevereiro de 2017, às 10h, a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 13 de fevereiro de 2017, conforme fls. 13/21.

À fl. 30, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização teve como finalidade, averiguar possível prática de ocorrência de poluição sonora, oriunda de estabelecimento comercial (Bar da Ponte).

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 27, alíneas "b", combinado com o art. 9, caput, da Lei Municipal nº 513/00. Vejamos:

#### Lei Municipal nº 513/2000

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

 b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária,

apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, a Lei Municipal 513/2000 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor R\$ 500,00 (quinhentas reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais, ao promover poluição sonora.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 27, alínea "b" da referida lei que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR.

Conforme a Lei Municipal nº 513/00, fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, conforme seus artigos a seguir destacados:

### Lei Municipal nº 513/00

Art. 42 - É vedado perturbar o sossego e o bemestar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos fixados nesta Lei.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 147/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto

de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o funcionamento de serralheria, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais.

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento ilegal de serralheria, sem o devido licenciamento ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

 d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 145/2017

Autuada: J. GARCIA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA -

ME

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I – RELATÓRIO

- E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", art. 45, caput, art. 51, parágrafos 1°, 3° e 5° da Lei Municipal n° 513/00.

A empresa autuada foi multada, no valor de 400 UFM (Quatrocentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 142/2017 o qual constatou a prática de poluição sonora com som ao vivo, ao nível de 85,7 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental. A infração ocorreu na Rua Adolfo Brasil, nº 271, São Francisco, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de música ao vivo e/ou música com equipamentos sonoros amplificados, conforme Termo de Embargo nº 002743- E.

Autuada no dia 29 de janeiro de 2017, às 00h47min., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 17 de fevereiro de 2017, conforme fls. 09/18.

À fl. 23, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denuncia, para averiguar possível prática de ocorrência de poluição sonora.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", art. 45, caput, art. 51, parágrafos 1°, 3° e 5° da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

#### Lei Municipal nº 513/00

- Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.
- Art. 27 As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

Γ....<u>1</u>

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a

prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 400 UFM (Quatrocentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais, ao promover poluição sonora.

Conforme a Lei Municipal nº 513/00, fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, conforme seus artigos a seguir destacados:

#### Lei Municipal nº 513/00

- Art. 42 É vedado perturbar o sossego e o bemestar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos fixados nesta Lei.
- Art. 45 Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível à ruídos.
- Art. 51 O Órgão Municipal de Meio Ambiente inspecionará a instalação e funcionamento de aparelhos sonoros, engenhos que produzam ruídos, instrumentos de alerta, advertência e propaganda que, pela intensidade e volume de som e ruído serão controlados em decibéis por aparelho de medição de intensidade sonora.

[...]

§ 1º - o nível máximo de som ou ruídos produzidos por veículos automotores (carros, motocicletas ou congêneres) é permitido até 85 db (oitenta e cinco decibéis). E, para os carros-desom, de qualquer natureza, destinados à propaganda comercial e/ou propaganda política, é permitido até 100 db (cem decibéis). Estes decibéis são aferidos e medidos na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) do veículo parado ao ar livre, em situação normal. (Redação dada pela Lei nº 1237/2010).

[...]

§ 3º - Aplicam-se os mesmos níveis previstos no parágrafo anterior a alto-falantes, rádios, orquestras, instrumentos isolados, aparelhos e utensílios de qualquer natureza, usados em estabelecimentos comerciais ou de diversões públicas como parques de diversões, bares, restaurantes, cantinas e clubes noturnos.

[...]

§ 5 - A aferição do nível de som ou ruídos previstos no ANEXO I da presente Lei será realizada na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) de qualquer ponto das divisas do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas ou do ponto de maior intensidade de ruídos no edifício. (Redação acrescido pela Lei nº 1237/2010).

No que se refere a multa, previsto no art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/08, o valor da multa corresponde ao patamar estabelecido entre o mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Nota-se que, a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizadora de recursos ambientais em desacordo com a Legislação Ambiental.

No caso em comento, a autuada cometeu crime ambiental ao utilizar equipamento sonoro em volume acima do permitido, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental, não havendo dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico no 142/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade fora dos padrões permitidos por lei, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a autuada não poderia realizar a prática de poluição sonora com som ao vivo, ao nível de

85,7 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental

Deste modo, mantenho o embargo da referida construção com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais.

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de 400 UFM (Quatrocentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a prática de poluição sonora com som ao vivo, ao nível de 85,7 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental;

mites permitidos pela Legislação Ambiental;
b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA
CONSTRUÇÃO com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08. d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-

 d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 09 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 177 /2017 Autuada: RORAIMA MOTORES LTDA

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 007780 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 10, caput, art. 11, V, da Lei Municipal 18/1974.

A autuada foi multada, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 277/2017, o qual constatou a prática de despejo de água servida em via pública, provenientes da empresa autuada. A infração ocorreu na Av. Major Williams, n° 460, Bairro São Pedro, Boa Vista-RR.

Foi embargado todo e qualquer lançamento de resíduos (água servida), conforme Termo de Embargo nº 002241 - E.

Autuada no dia 16 de fevereiro de 2017, às 16h50min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denúncia.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 10, caput, art. 11, V, da Lei Municipal 18/1974. Vejamos:

#### Lei Municipal 513/2000

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Lei Municipal 18/1974

Art. 10 – É dever da população cooperar com a Prefeitura, na conservação e limpeza da cidade.

Art. 11 – A cooperação a que se refere o artigo anterior, compreende:

[...]

V – Não derivar para logradouros públicos, as águas servidas;

Art. 15 – Inexistindo rede esgotos, as águas servidas deverão ser canalizadas pelo proprietário ou ocupante do prédio, para a fossa do próprio imóvel.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 27, inciso "b" da Lei Municipal 513/2000, que fixou o valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, por causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 277/2017, às fl. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

ſ...1

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Empresa Autuada não poderia realizar a prática de despejo de água servida em via pública.

Deste modo, mantenho o embargo da referida infração com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a prática de despejo de água servida em via pública, provenientes da empresa autuada, sem a devida autorização ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA INFRAÇÃO com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 198/2017 Autuada: FRANCISCA DAS CHAGAS SILVA CARVA-

DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

### I- RELATÓRIO

LHO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 007781 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

A Empresa Autuada foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 328/2017, pelo descumprimento do Em-

bargo 002729 – E. O autuado realizou a atividade de marmoraria em geral, sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Av. Ataíde Teive, s/n, Bairro Alvorada, Boa Vista-RR.

Autuada no dia 22 de janeiro de 2017, às 10h., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 08 de março de 2017, conforme fls. 06/27.

À fl. 36, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[...]

II - multa simples;

[...]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 328/2017, à fl. 04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que a Autuada descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infra-ção reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada a Autuada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFAS-TANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso a Autuada venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

`d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 320/2018 **Autuado: ZAIRO SANTOS RODRIGUES**

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009648 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

O Autuado foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 3130/2017, pelo descumprimento do Embargo 003166 – E. O autuado realizou a atividade de marcenaria, sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Rua U, nº 93, Bairro Cauamé, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 22 de dezembro de 2017, às 09h07min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINIS-TRATIVA.

À fl. 11 temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

#### II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, em Dívida Átiva, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de | apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.5 14/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

> Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

> Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 3130/2017, às fls. 03/05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividadé o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que o Autuado descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimen-

saúde pública e para o meio ambiente;

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada ao Autuado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFAS-TANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso o Autuado venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

`d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 09 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora** OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 384/2017 Autuado: WELLINGTON DE OLIVEIRA CASTRO.

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009458 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3° II, IV, combinado com art. 24, parágrafo 3°, inciso III, do Decreto Federal nº 6.514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 568/2017, o qual constatou a guarda em cativeiro de pássaros silvestres, totalizando 14 (quatorze) animais, presos em gaiolas, sem a devida autorização ambiental. Á infração ocorreu na Avenida Bento Brasil, nº 1987, Bairro Calungá, Boa Vista-RR.

Foram apreendidos: 01 (um) Periquito, 02 (dois) Trinca-ferro, 03 (três) Sanhaços, 03 (três) Cardeais ou Galo de Campina da Amazônia, e 03 (três) Patativas com 02 (dois) filhotes da mesma espécie, conforme Termo de Apreensão n° 003258 - E.

Autuado no dia 29 de março de 2017, às 09h30min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 17 de abril de 2017, conforme fls. 09/14.

À fl. 27, temos manifestação da Procuradoria do

to do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante diligência destinada para averiguar possível prática de infração ambiental oriunda em domicílio residencial.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3° II, IV, combinado com art. 24, parágrafo 3°, inciso III, do Decreto Federal n° 6.514/08:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

[...]

Art. 24. Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Multa de:

 I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção;

[...]

§ 30 Incorre nas mesmas multas:

[...]

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a obtida.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hecta-

re, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 24, I do referido decreto que fixou valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença ou autorização.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 568/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

ſ...1

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto à apreensão, trata-se de penalidade aplicada como sanção, a qual está amparada pela mesma legislação, precisamente no art. 3°, IV do Decreto 6.514/08, in verbis:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[....]

IV - apreensão dos animais, produtos e sub-

produtos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;;

[...]

Exatamente porque o autuado não poderia praticar a guarda em cativeiro de pássaros silvestres, totalizando 14 (quatorze) animais, presos em gaiolas, sem a devida autorização ambiental.

Ao confirmar a materialidade e a autoria da infração por esta autoridade julgadora com base no contexto fático amparado pelo Decreto 6.514/08, pressupõe-se a aplicação imediata de pena ao julgar o feito administrativo.

Nesse ínterim, vejamos o que dispõe a mesma legislação acerca da pena de perdimento de bens:

Art. 134. Após decisão que confirme o auto de infração, os bens e animais apreendidos que ainda não tenham sido objeto da destinação prevista no art. 107, não mais retornarão ao infrator, devendo ser destinados da seguinte forma:

[...]

VII - os animais da fauna silvestre serão libertados em seu hábitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

Desta feita, mantenho a sanção aplicada pelos fiscais ambientais e ao não contemplar a possibilidade de devolução do pássaro silvestre a infratora com fulcro no art. 134, VII, da referida legislação, aplico a pena de perdimento do bem, objeto da autuação ambiental como política adotada pela SPMA com o fito de prevenir a ocorrência de novas infrações.

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a guarda em cativeiro de pássaros silvestres, totalizando 14 (quatorze) animais, presos em gaiolas, sem a devida autorização ambiental;

b) MANTENHO a SANÇÃO DE APREENSÃO com sua consequente perda, com base no Art. 134, VII, do Decreto nº

6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 477/2015 Autuado: JEDSON MARCOS DOS SANTOS ALVES.

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 007728 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 3°, inciso II, art. 29, caput do Decreto Federal n° 6.514/2008.

Nos termos do Al supra e Parecer Técnico nº 2012/2015, o autuado foi multado no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pela prática de maus tratos aos animais, onde galos estavam sendo colocados em rinha (briga), pelo autuado supramencionado, caracterizando a sua participação no evento. A infração ocorreu na Rua Rio Amazonas, nº. 1019, Bairro Bela Vista, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 27 de outubro de 2015, às 09h00min, o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

#### II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante solicitação da Direção da DIFI e ao disposto no Ofício 504/PJMA/2°TIT/MP/RR.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, inciso II, art. 29, caput do Decreto Federal n° 6.514/2008. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[...]

II - multa simples;

Art. 29. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por indivíduo.

Destaque-se ainda, ser crime previsto no art. 32 da Lei 9.605/98, conforme vemos:

Lei Federal n° 9.605/98

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico,

quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

O valor da multa corresponde ao patamar estabelecido entre o mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 3.000,00 (três mil de reais), por indivíduo, previsto no art. 29 do referido decreto.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2012/2015, à fl. 03.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados."

Portanto, mantenho a aplicação da multa fixada, sopesando que houve conduta considerada lesiva capaz de provocar consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

- a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a prática de maus tratos aos animais, onde galos estavam sendo colocados em rinha (briga), sem a devida autorização ambiental;
- b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o

DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

- d) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;
- e) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa;

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 520/2017 Autuado: PAULO PEREIRA DOS SANTOS

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009730 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

O autuado foi multado, no valor de 400 UFM (Quatrocentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 782/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de oficina e troca óleo, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Av. Mário Homem de Melo, nº 4264, Bairro Buritis, Boa Vista-DP

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina e troca de óleo, conforme Termo de Embargo nº 002279 - E.

Autuado no dia 24 de abril de 2017, às 11h30min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 26 de abril de 2017, conforme fls. 08/36.

À fl. 41, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

Lei Municipal n° 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e ativida-

des utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até ò valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) **UFIR**;

[...]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hecta-re, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 400 UFM (Quatrocentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unicipal de 1500 000) dade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licenca.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 782/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama respon-

caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, so-pesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento de atividade de oficina e troca óleo, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de sus-pensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 400 UFM (Quatrocentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de oficina e troca óleo, sem o

devido licenciamento ambiental;
b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da sabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a | penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do

Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);
e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 543/2018 Autuada: CAMILA VANDESA ALVES SANTOS

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 006269 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A autuada foi multada, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 220/2018, o qual constatou o funcionamento atividade de processamento de papelão e material plástico, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Braz Candido de Souza, nº 568, Bairro Operário, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de processamento de papelão e material plástico, conforme Termo de Embargo nº 002669- E.

Autuada no dia 09 de fevereiro de 2018, às 10h12min., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATI-VA, no dia 15 de fevereiro de 2018, conforme fls. 12/16.

À fl. 20, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento de vistoria.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

**[...** 

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 220/2018, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para

as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a autuada não poderia realizar funcionamento atividade de processamento de papelão e material plástico, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar funcionamento atividade de processamento de papelão e material plástico, sem a devida licença ambiental.

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1º Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique-

-se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 16 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 665/2017 Autuado: HORLEAN SIQUEIRA CAVALCANTE

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009414 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6.514/08, combinado com o art. 9, caput e art. 27, b, da Lei Municipal 513/2000.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 816/2017, o qual constatou o funcionamento da atividade de lanternagem e pintura, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Rua Sebastião Diniz, nº 2279, Bairro São Vicente, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de lanternagem e pintura, conforme Termo de Embargo nº 005958 - E.

Autuado no dia 20 de abril de 2017, às 10h30min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denúncia destinada através da central 156.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3° II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6.514/08, combinado com o art. 9, caput e art. 27, b, da Lei Municipal 513/2000. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[....]

Art. 66 Construir, reformar, ampliar, instalar

ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

#### Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 816/2017, à fl. 06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Γ...

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar a atividade de lanternagem e pintura, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento da atividade de lanternagem e pintura, sem o devido licenciamento ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA | ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto n° 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 681/2017
Autuada: AJR ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS
E EMPREENDIMENTOS

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009473 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

A Empresa Autuada foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 895/2017, pelo descumprimento do Embargo 002248 – E. O autuado realizou o lançamento da rede de esgoto sanitário na via pública (chegando ao Igarapé Caranã), sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Rua Gêmeos com a Rua Escorpião, s/n, Bairro Cidade Satélite, Boa Vista-RR.

Autuada no dia 17 de maio de 2017, às 09h., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 06 de junho de 2017, conforme fls. 12/26.

À fl. 29, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[....]

II - multa simples;

[...]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 895/2017, à fl. 04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que a Autuada descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada a Autuada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFASTANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso a Autuada venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto

Federal nº 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 711/2017 Autuado: HILDEX DE ALMEIDA FEITOSA

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009991 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1012/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de lanternagem, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Av. Mário Homem de Melo, n° 5162, Bairro Caimbé, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de lanternagem, conforme Termo de Embargo nº 002834- E.

Autuado no dia 19 de julho de 2017, às 11h20min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante fiscalização de rotina na Av. Mário Homem de melo.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:
II - multa simples;

[....]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hi-

póteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1012/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de atividade de lanternagem, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

 a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de lanternagem, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDÀ O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 712/2017 Autuado: H. DE ALMEIDA FEITOSA

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009992 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multada, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1013/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de lanternagem, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Av. Mário Homem de Melo, nº 5162, Bairro Caimbé, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de lanternagem, conforme Termo de Embargo nº 002835- E.

Autuada no dia 19 de maio de 2017, às 11h30min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 12, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante fiscalização de rotina na Av. Mário Homem de melo.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário. Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1013/2017, à fl. 06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a autuada não poderia realizar o funcionamento de atividade de lanternagem, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa

em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de lanternagem, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDÀ O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 760/2017 Autuada: R. M. FERREIRA NETO - ME

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

### I - RELATÓRIO

- E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, II e VII da Lei Federal 6514/08, combinado com o art. 42, caput art. 45, caput, e art. 51, parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Municipal n° 513/00.

A empresa autuada foi multada, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 973/2017 o qual constatou a prática de poluição sonora com a utilização de instrumentos de conjunto musical, caixas amplificadas e música ao vivo, ao nível de 72,1 decibéis aferidos com o aparelho decibelimetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental. A infração ocorreu na Av. Major Williams, n° 898 – C (Posto Brasília II), São Francisco, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de música ao vivo e/ou música com equipamentos sonoros amplificados, conforme Termo de Embargo nº 003281- E.

Autuada no dia 01 de junho de 2017, às 01h00min., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 02 de junho de 2017, conforme fls. 07/18.

À fl. 27, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Conforme se observa nos autos, o procedimento de

fiscalização se iniciou mediante denuncia, para averiguar possível prática de ocorrência de poluição sonora.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso no art. 3°, II e VII da Lei Federal 6514/08, combinado com o art. 42, caput, art. 45, caput, e art. 51, parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

Lei Federal nº 6514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[...]

II - multa simples;

[....]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[....]

Art. 66 Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais, ao promover poluição sonora.

Conforme a Lei Municipal nº 513/00, fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, conforme seus artigos a seguir destacados:

Lei Municipal nº 513/00

Art. 42 - É vedado perturbar o sossego e o bem--estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos fixados nesta Lei.

Art. 45 - Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível à ruídos.

Art. 51 - O Órgão Municipal de Meio Ambiente inspecionará a instalação e funcionamento de aparelhos sonoros, engenhos que produzam ruídos, instrumentos de alerta, advertência e propaganda que, pela intensidade e volume de som e ruído serão controlados em decibéis por aparelho de medição de intensidade sonora.

[...]

- § 1° o nível máximo de som ou ruídos produzidos por veículos automotores (carros, motocicletas ou congêneres) é permitido até 85 db (oitenta e cinco decibéis). E, para os carros-de--som, de qualquer natureza, destinados à propaganda comercial e/ou propaganda política, é permitido até 100 db (cem decibéis). Estes decibéis são aferidos e medidos na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) do veículo parado ao ar livre, em situação normal. (Redação dada pela Lei nº 1237/2010).
- § 2° o nível máximo de som ou ruído permitido em ambientes internos e externos de residências, estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços, Igrejas, vias e logradouros públicos, serão permitidos em conformidade com o ANEXO I, constante nesta Lei.
- § 3° Aplicam-se os mesmos níveis previstos no parágrafo anterior a alto-falantes, rádios, orquestras, instrumentos isolados, aparelhos e utensílios de qualquer natureza, usados em estabelecimentos comerciais ou de diversões públicas como parques de diversões, bares, restaurantes, cantinas e clubes noturnos.

No que se refere a multa, previsto no art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/08, o valor da multa corresponde ao patamar estabelecido entre o mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Nota-se que, a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizadora de recursos ambientais em desacordo com a Legislação Ambiental.

No caso em comento, a autuada cometeu crime ambiental ao utilizar equipamento sonoro em volume acima do permitido, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental, não havendo dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 973/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções peobrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade fora dos padrões permitidos por lei, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplica-da como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a autuada não poderia realizar a prática de poluição sonora com a utilização de instrumentos de conjunto musical, caixas amplificadas e música ao vivo, ao nível de 72,1 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental.

Entretanto, consta nos autos às fls. 20/22, a Decisão de Suspensão do Émbargo, com fulcro no art. 15-B, da Lei Federal 6514/08.

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais.

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a prática de poluição sonora com a utilização de instrumentos de conjunto musical, caixas amplificadas e música ao vivo, ao nível de 72,1 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos réais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo

de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008) d) Caso a autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDENCIA, que seguirá os trámites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância oú não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejanais e administrativas, independentemente da mento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 793/2017 Autuado: DAVEDGLAN CUNHA SANTOS

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009476 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 960/2017, o qual constatou o funcionamento de casa de eventos, denominado "GRECAS", com música ao vivo, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Pedro Rodrigues, Clube GRECAS, Bairro Mecejana, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de utilização de som ao vivo no Clube GRECAS, conforme Termo de Embargo nº 003275- E.

Autuado no dia 18 de maio de 2017, às 23h25min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 10, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

### II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante fiscalização de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[....]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 960/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto

de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de casa de eventos, denominado "GRE-CAS", com música ao vivo, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de casa de eventos, denominado "GRECAS", com música ao vivo, sem a devida licença ambiental;

b) MANTÉNHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA Processo nº 795/2017 Autuado: CENTENNIAL BRASIL TORRES DE TELECO-MUNICAÇÃO LTDA

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009474 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A empresa autuada foi multada, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 956/2017, o qual constatou a construção de uma antena (torre) de telefonia celular, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Arineu Ferreira com Rua 06, s/n, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de construção e operação de antena de telefonia celular, conforme Termo de Embargo nº 003274- E.

Autuado no dia 17 de maio de 2017, às 10h30min., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 28 de junho de 2017, conforme fls. 12/29.

À fl. 33, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento ao despacho do setor jurídico da SPMA.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto,

"a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 956/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividadé o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplica-

da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar a construção de uma antena (torre) de telefonia celular, sem a devida licença ambiental

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou átividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a construção de uma antena (torre) de telefonia celular, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora **OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIÀ JURÍDICA** 

> Processo nº 834/2017 **Autuado: VALENTIM BENEDITO DE SOUSA FILHO**

DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009993 - E, devidamente preenda como sanção e como medida acautelatória no momento | chido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1099/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica com lanternagem e pintura de veículos, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Av. Mário Homem de Melo, nº 5162, Bairro Caimbé, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de lanternagem, conforme Termo de Embargo nº 002836- E.

Autuado no dia 26 de maio de 2017, às 11h15min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 01 de julho de 2017, conforme às fls. 09/14.

À fl. 19, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante fiscalização de rotina na Av. Mário Homem de melo.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão -mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1099/2017, às fls. 06/07.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de atividade de lanternagem, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de lan-

ternagem, sem a devida licença ambiental;
b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA
ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autóridade julgadora de Segunda Instância, no prazo

de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância oú não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da re-ferida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora **OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 864/2017 **Autuada: G. DE SOUZA EVANGELISTA**

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009997 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º II e VII, combinado com art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6.514/08.

A Empresa Autuada foi multada, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1171/2017, o qual constatou atividade de revenda de gás (GLP), sem a devida autorização ambiental. A empresa está situada na Rua Raimundo Filgueiras, nº 831, Bairro Buritis, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer a atividade de revenda de gás na empresa supramencionada, conforme Ter-

mo de Embargo nº 002840 - E.

Cientificada no dia 09 de junho de 2017, às 11h., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 09 de junho de 2017, conforme às fls. 08/13.

À fl. 17, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente é Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante diligência destinada para averiguar possível prática de infração oriunda de estabelecimento comercial.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6.514/08. Vejamos:

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66 Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, éstipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a apli-cação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar es-

<del>70</del>

tabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1171/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

[...]

II - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas.

[...]

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a autuada não poderia realizar o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINÍSTRATIVA.

a atividade de revenda de gás (GLP), sem a devida autorização ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a atividade de revenda de gás (GLP), sem a devida autorização ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 934/2017 Autuado: IAGO DOS SANTOS SOUZA

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002654 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1248/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina de refrigeração de veículos automotores, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Av. Ville Roy, n° 7154, Bairro São Vicente, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 000287- E.

Autuado no dia 21 de junho de 2017, às 12h15min.,

À fl. 12, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento aos processos designados pela DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1248/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

ſ...

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de oficina de refrigeração de veículos automotores, sem a devida licença ambiental

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

III- CONCLUSÃO

<del>72</del>

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina de refrigeração de veículos automotores, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1039/2018 Autuado: LEANDRO BARBOSA DA SILVA

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

### I - RELATÓRIO

- E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, caput, II e IV do Decreto Federal 6514/08, combinado com o art. 51, parágrafos 1°, 3° e 5° da Lei Municipal n° 513/00.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000 (mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n°1321/2018, o qual constatou a prática de poluição com a utilização de um paredão de som, com utilização de instrumentos sonoros amplificados e instalados em um veículo Saveiro, cor vermelha, Placa OAK 6427, ao nível de 87,3 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental. A infração ocorreu no Parque Anauá, s/n, Bairro dos Estados, Boa Vista-RR.

Foi apreendido uma caixa de som, bem como todo o equipamento de som profissional instalado no veículo veículo Saveiro, cor vermelha, Placa OAK 6427, conforme Termo de Apreensão nº 002697 – E.

Autuado no dia 10 de junho de 2018, às 18h., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 12 de junho de 2018, conforme às fls. 11/13.

À fl. 16, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denuncia, para averiguar possível prática de ocorrência de poluição sonora.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso no art. 3°, caput, II e IV do Decreto Federal 6514/08, combinado com o art. 51, parágrafo 1°, 3° e 5°, da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

[...]

#### Lei Municipal nº 513/00

Art. 51 – O Órgão Municipal de Meio Ambiente inspecionará a instalação e funcionamento de aparelhos sonoros, engenhos que produzam ruídos, instrumentos de alerta, advertência e propaganda que, pela intensidade e volume de som e ruído serão controlados em decibéis por aparelho de medição de intensidade sonora.

§ 1° - O nível máximo de som ou ruído para veículos é de 85 db (oitenta e cinco decibéis), medidos na curva "B" do respectivo aparelho, à distância de 7,00m (sete metros) do veículo ao ar livre, em situação normal.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, a Lei Municipal 513/2000, prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 1.000 (mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais, ao promover poluição sonora.

Conforme a Lei Municipal nº 513/00, fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, conforme seus artigos a seguir destacados:

Lei Municipal nº 513/00

Art. 42 - É vedado perturbar o sossego e o bem--estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos fixados nesta Lei.

Art. 45 - Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível à ruídos.

Art. 51 - O Órgão Municipal de Meio Ambiente inspecionará a instalação e funcionamento de aparelhos sonoros, engenhos que produzam ruídos, instrumentos de alerta, advertência e propaganda que, pela intensidade e volume de som e ruído serão controlados em decibéis por aparelho de medição de intensidade sonora.

[...]

§ 1º - o nível máximo de som ou ruídos produzidos por veículos automotores (carros, motocicletas ou congêneres) é permitido até 85 db (oitenta e cinco decibéis). E, para os carros-desom, de qualquer natureza, destinados à propaganda comercial e/ou propaganda política, é permitido até 100 db (cem decibéis). Estes decibéis são aferidos e medidos na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) do veículo parado ao ar livre, em situação normal. (Redação dada pela Lei nº 1237/2010).

[...]

§ 3º - Aplicam-se os mesmos níveis previstos no parágrafo anterior a alto-falantes, rádios, orquestras, instrumentos isolados, aparelhos e utensílios de qualquer natureza, usados em estabelecimentos comerciais ou de diversões públicas como parques de diversões, bares, restaurantes, cantinas e clubes noturnos.

[...]

§ 5 - A aferição do nível de som ou ruídos previstos no ANEXO I da presente Lei será realizada na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) de qualquer ponto das divisas do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas ou do ponto de maior intensidade de ruídos no edifício. (Redação acrescido pela Lei nº 1237/2010).

No que se refere a multa, previsto no Art. 71. Alterar ou promover a conversão de qualquer item em veículos ou motores novos ou usados que provoque alterações nos limites e exigências ambientais previstas na legislação, Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por veículo, e correção da irregularidade.

No caso em comento, o autuado cometeu crime ambiental ao utilizar equipamento sonoro em volume acima do permitido, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental, não havendo dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico no 1321/2018, à fl. 05/07.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade fora dos padrões permitidos por lei, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade fora dos padrões permitidos por lei, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto à apreensão do equipamento sonoro cuja tipificação encontra respaldo no art. 3°, IV, bem como no art. 101, I. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[...]

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

[...]

Art. 101. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I - apreensão;

[...

Ao confirmar a materialidade e a autoria da infração por esta autoridade julgadora com base no contexto fático amparado pelo Decreto 6.514/08, pressupõe-se a aplicação imediata de pena ao julgar o feito administrativo.

Nesse ínterim, vejamos o que dispõe a mesma legislação acerca da pena de perdimento de bens:

Art. 134. Após decisão que confirme o auto de infração, os bens e animais apreendidos que ainda não tenham sido objeto da destinação prevista no art. 107, não mais retornarão ao infrator, devendo ser destinados da seguinte

<del>74</del>

forma:

[...]

IV - os instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos, utilizados pela administração quando houver necessidade, doados ou vendidos, garantida a sua descaracterização, neste último caso, por meio da reciclagem quando o instrumento puder ser utilizado na prática de novas infrações;

[...]

Desta feita, mantenho a sanção aplicada pelos fiscais ambientais e ao não contemplar a possibilidade de devolução do equipamento sonoro ao infrator com fulcro no art. 134, IV, da referida legislação, aplico a pena de perdimento do bem, objeto da autuação ambiental com o fito de prevenir a ocorrência de novas infrações.

Nesse interregno, nada impede que a SPMA permaneça na guarda dos bens apreendidos após julgamento com base no art. 105 do Decreto nº 6.514/08, até o gestor ambiental adotar um posicionamento final quanto à destinação, como doação ou destruição do equipamento, visto que a responsabilidade pela guarda é do órgão fiscalizador.

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais.

- a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de 1.000 (mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao a prática de poluição com a utilização de um paredão de som, com utilização de instrumentos sonoros amplificados e instalados em um veículo Saveiro, cor vermelha, Placa OAK 6427, ao nível de 87,3 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental;
- b) MANTENHO a SANÇÃO DE APREENSÃO com sua consequente PERDA E DESTRUIÇÃO, com base no Art. 134. IV do Decreto nº 6.514/08;
- c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

- e) Caso o autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;
- f) Caso o autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 16 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1060/2018 Autuada: ARAUJO & SARAIVA LTDA

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 004379 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º, incisos II e VII, e art. 66, caput e art. 80, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multado, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1395/2018, o qual constatou o funcionamento de atividade de revenda de produtos alimentícios, supermercado, açougue e panificação, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Av. Santos do Dumont, nº 1329, Bairro São Francisco, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de supermercado, conforme Termo de Embargo nº 001771 - E.

Autuada no dia 25 de junho de 2018, às 09h10min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 09, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

### II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento ao Processo 322/2016.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput e art. 80, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 80. Deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental.

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-

las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Empresa Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1395/2018, à fl. 04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada

pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Empresa Autuada não poderia realizar o funcionamento de atividade de revenda de produtos alimentícios, supermercado, açougue e panificação, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$
 1.500,00 (mil e quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de revenda de produtos alimentícios, supermercado, açougue e panificação, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 05 de dezembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1061/2017 Autuado: ESDRAS MATUZALÉM DA SILVA

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009492 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1400/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de metalúrgica em geral, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu entre as Ruas Olavo Brasil com Reinaldo Neves Recife, Bairro Jardim Floresta, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica de veículos automotores, conforme Termo de Embargo nº 003291- E.

Autuado no dia 18 de julho de 2017, às 11h30min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante fiscalização de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[....]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[....]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1400/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplica-

da como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de atividade de metalúrgica em geral, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do aut0075ado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de metalúrgica em geral, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1º Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1064/2017 Autuado: M. L. P. COSTA ME

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002657 - E, devidamente preen-

chido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art.  $3^{\circ}$ , incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal  $n^{\circ}$  6514/08.

A Empresa autuada foi multada, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1379/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade potencialmente poluidora, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Ajuricaba, nº 1039, Bairro Centro, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 000291- E.

Autuada no dia 04 de julho de 2017, às 16h40min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 15, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento ao DESPACHO à fl. 37 do processo 10869/2017.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1379/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo ad-

ministrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de atividade potencialmente poluidora, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

- a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade potencialmente poluidora, sem a devida licença ambiental;
- b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.
- c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

 d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

- de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

  e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;
- f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1077/2017 Autuada: MARIA DA CONCEIÇÃO LINHARES

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 007934 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º, incisos II e VII, no art. art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6.514/2008, combinado com o art. 136, inciso I, da Lei Municipal nº 1769/17.

A autuada foi multada, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1406/2017, o qual constatou o desenvolvimento ilegal de atividade de ferro velho, denominado "Ferro velho e Sucatão Pinheirão", situado na Rua Estrela Dalva (ao lado do n° 1260), no bairro Raiar do Sol, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de ferro

velho e deposição de veículos (sucata), conforme Termo de Embargo nº 003482 - E.

Autuada no dia 20 de julho de 2017, às 11h05min., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 26 de julho de 2017, conforme fls. 07/11.

À fl. 16 temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, no art. art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6.514/2008, combinado com o art. 136, inciso I, da Lei Municipal n° 1769/17. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Lei Municipal nº 1769/17

Art. 136 Os terrenos situados na área urbana deste Município deverão ser mantidos limpos, capinados e isentos de quaisquer matérias nocivas à saúde da vizinhança e da coletividade. §1º A limpeza de terrenos deverá ser realizada periodicamente e sempre que as circunstâncias exigirem, para evitar a proliferação de doenças e contribuir para o embelezamento da cidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por violação das normas de proteção em área considerada de preservação permanente – APP.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1407/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas

infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o desenvolvimento ilegal de atividade de ferro velho, denominado "Ferro velho e Sucatão Pinheirão", sem a devida autorização ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o desenvolvimento ilegal de atividade de ferro velho, denominado "Ferro velho e Sucatão Pinhei-rão", sem a devida autorização ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com ó DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autóridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequ-ência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

> Processo nº 1078/2017 Autuado: RAIMUNDO NONATO SILVA SOUSA

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 007932 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, no art. art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6.514/2008, combinado com o art. 136, inciso I, da Lei Municipal n° 1769/17.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1406/2017, o qual constatou o desenvolvimento ilegal

Sassá", situado na Rua Estrela Dalva, nº 1171, no Bairro Raiar do Sol, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de ferro velho e deposição de veículos (sucata), conforme Termo de Embargo nº 003480 - E.

Autuado no dia 20 de julho de 2017, às 09h50min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 21 de julho de 2017, conforme fls. 07/15.

À fl. 25 temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, no art. art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6.514/2008, combinado com o art. 136, inciso I, da Lei Municipal n° 1769/17. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Lei Municipal nº 1769/17

Art. 136 Os terrenos situados na área urbana deste Município deverão ser mantidos limpos, capinados e isentos de quaisquer matérias nocivas à saúde da vizinhança e da coletividade. §1° A limpeza de terrenos deverá ser realizada periodicamente e sempre que as circunstâncias exigirem, para evitar a proliferação de doenças e contribuir para o embelezamento da cidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadra-do, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de de atividade de ferro velho, denominado "Ferro velho do | medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por violação das normas de proteção em área considerada de preservação permanente – APP.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1406/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignato parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas ad-

ministrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o desenvolvimento ilegal de atividade de ferro velho, denominado "Ferro velho do Sassá", sem a devida autorização ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o desenvolvimento ilegal de atividade de ferro velho, denominado "Ferro velho do Sassá", sem a devida autorização ambiental;

b) MANŤENHO AINDÁ O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

 d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1170/2017 Autuada: DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PE-TROLEO PINHEIRO LTDA

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 001721 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A empresa autuada foi multada, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1445/2017, o qual constatou o funcionamento de posto de combustível, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Av. Manoel Felipe, nº 888, Bairro Asa Branca, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de revenda de derivados de petróleo (posto de combustível), conforme Termo de Embargo nº 000440- E.

Autuado no dia 12 de julho de 2017, às 12h55min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 12, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento ao processo 452/2010.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[....]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

# Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado. Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1445/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o funcionamento de posto de combustível, sem a devida li-

cença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$
 2.000,00 (dois mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de posto de combustível, sem a devida licença ambiental;

vel, sem a devida licença ambiental;
b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA
ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto n° 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 09 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1174/2017
Autuado: ADAILTON PINHEIRO MATEUS

DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009494 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1466/2017, o qual constatou o funcionamento de borracharia em geral, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Bem Querer, nº 83, Bairro 13 de Setembro, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 003292- E.

Autuado no dia 25 de julho de 2017, às 09h30min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 26 de julho de 2017, conforme às fls. 07/13. À fl. 18, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento aos processos designados pela DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1466/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de borracharia em geral, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

 a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de borracharia em geral, sem a devida licença ambiental.;

geral, sem a devida licença ambiental.;
b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA
ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1176/2017 Autuado: MARCIO DA SILVA SOUTO

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

# I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009496 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1409/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de oficina mecânica de lanternagem e pintura de veículos em geral, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Padre Anchieta, nº 849, Bairro Silvio Leite, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina de lanternagem e pintura de veículos automotores, conforme Termo de Embargo nº 003294- E.

Autuado no dia 25 de julho de 2017, às 11h40min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante fiscalização de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Veja-

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em de-sacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, éstipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,000 (dez milhões de reais), por causar dans ao acceptante de la constante de la cons meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1409/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividadé o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de atividade de oficina mecânica de lanternagem e pintura de veículos em geral, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da periodo e emisgo apenda de decisió da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de oficina mecânica de lanternagem e pintura de veículos em geral, sem a devida licença ambiental; b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco)

dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008):

de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);
e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1266/2017 Autuado: CESAR FREITAS PEREIRA

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002601 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6.514/08, combinado com o art. 136, I da Lei Municipal 1769/2017.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1475/2017, o qual constatou o funcionamento da atividade de lanternagem e pintura de veículos em geral, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Rua Sebastião Diniz, n° 1480, Bairro Centro, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de serviços de reparação em veículos automotivos, conforme Termo de Embargo  $n^{\circ}$  001051 - E.

Autuado no dia 01 de agosto de 2017, às 10h30min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denúncia destinada através da central 156.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6.514/08, combinado com o art. 136, I da Lei Municipal 1769/2017. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[....]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

ſ...

Art. 66 Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Lei Municipal nº 1769/2017

Art. 136. Os terrenos situados na área urbana deste Município deverão ser mantidos limpos, capinados e isentos de quaisquer matérias nocivas à saúde da vizinhança e da coletividade.

§1º A limpeza de terrenos deverá ser realizada periodicamente e sempre que as circunstâncias exigirem, para evitar a proliferação de doenças e contribuir para o embelezamento da cidade.

§2º Nos terrenos referidos no presente artigo não se permitirá fossas abertas e escombros de edificações.

I – Os proprietários de depósitos de ferrosvelhos, sucatas e materiais reutilizáveis e/ou recicláveis, não poderão deixar em seus estabelecimentos o acúmulo de águas, de lixo e a proliferação de qualquer tipo de larvas e demais animais peçonhentos, que possam causar, além de danos ambientais, a proliferação de doenças aos vizinhos e demais munícipes.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1475/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento da atividade de lanternagem e pintura de veículos em geral, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008). Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento da atividade de lanternagem e pintura de veículos em geral, sem o devido licenciamento ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1303/2017 Autuado: CLENIO PEREIRA FARIAS

### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

# I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 001965 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º, incisos II e VII, no art. art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6.514/2008, combinado com o art. 136, inciso I, da Lei Municipal nº 1769/17.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1562/2017, o qual constatou o desenvolvimento ilegal de atividade de ferro velho, denominado "Ferro velho do Farias", situado na Rua Euclides Gomes da Silva, n° 441, no Bairro Alvorada, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de ferro velho e deposição de veículos (sucata), conforme Termo de Embargo nº 004007 - E.

Autuado no dia 01 de agosto de 2017, às 15h15min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, no art. art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6.514/2008, combinado com o art. 136, inciso I, da Lei Municipal n° 1769/17. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[....]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[....]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Lei Municipal nº 1769/17

Art. 136 Os terrenos situados na área urbana deste Município deverão ser mantidos limpos, capinados e isentos de quaisquer matérias nocivas à saúde da vizinhança e da coletividade. §1º A limpeza de terrenos deverá ser realizada periodicamente e sempre que as circunstâncias exigirem, para evitar a proliferação de doenças e contribuir para o embelezamento da cidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por violação das normas de proteção em área considerada de preservação permanente — APP.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1562/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o desenvolvimento ilegal de atividade de ferro velho, denominado ""Ferro velho do Farias", sem a devida autorização ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o desenvolvimento ilegal de atividade de ferro velho, denominado ""Ferro velho do Farias", sem a devida autorização ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008):

de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);
e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1309/2017 Autuada: MEIRES DA SILVA NEVES

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I - RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002603 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, do Decreto Federal nº 6.514/2008, combinado com o art. 51, parágrafos 2° e 5° da Lei Municipal nº 513/00.

A empresa autuada foi multada, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1533/2017 o qual constatou a prática de poluição sonora com a utilização de equipamento profissional (caixa de som amplificada) e música ao vivo (banda de forró), com o nível de 74,5 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental. A infração ocorreu no estabelecimento denominado "Frango Mix", localizado na Rua São Vicente, n° 891, bairro Cinturão Verde, Boa Vista-RR

Foi embargada toda e qualquer atividade de som ao vivo e mecânico, no local denominado como Frango Mix, conforme Termo de Embargo nº 001053- E.

Autuada no dia 05 de agosto de 2017, às 01h20min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denuncia, para averiguar possível prática de ocorrência de poluição sonora.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso no art. 3°, incisos II e VII, do Decreto Federal n° 6.514/2008, combinado com o art. 51, parágrafos 2° e 5° da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - Multa simples;

[...

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66 Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais, ao promover poluição sonora.

Conforme a Lei Municipal nº 513/00, fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, conforme seus artigos a seguir destacados:

### Lei Municipal nº 513/00

Art. 42 - É vedado perturbar o sossego e o bem--estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos fixados nesta Lei.

Art. 45 - Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie dis-túrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível à ruidos.

Art. 51 - O Órgão Municipal de Meio Ambiente inspecionará a instalação e funcionamento de aparelhos sonoros, engenhos que produzam ruídos, instrumentos de alerta, advertência e propaganda que, pela intensidade e volume de som e ruído serão controlados em decibéis por aparelho de medição de intensidade sonora.

§ 2º - o nível máximo de som ou ruído permitido em ambientes internos e externos de residências, estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços, Igrejas, vias e logradouros públicos, serão permitidos em conformidade com o ANEXO I, constante nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 1237/2010);

§ 5 - A aferição do nível de som ou ruídos previstos no ANEXO I da presente Lei será realizada na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) de qualquer ponto das divisas do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas ou do ponto de maior intensidade de ruídos no edifício. (Redação acrescido pela Lei nº 1237/2010).

No que se refere a multa, previsto no art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/08, o valor da multa corresponde ao patamar estabelecido entre o mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ R\$ 10.000.000,00´(dez milhões de reais). Nota-se que, a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizadora de recursos ambientais em desacordo com a Legislação Ambiental.

No caso em comento, a autuada cometeu crime ambiental ao utilizar equipamento sonoro em volume acima do permitido, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental, não havendo dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1533/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade fora dos padrões permitidos por lei, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto

de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adótar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar a prática de poluição sonora com a utilização de equipamento profissional (caixa de som amplificada) e música ao vivo (banda de forró), com o nível de 74,5 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais.

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a prática de poluição sonora com a utilização de equipamento profissional (caixa de som amplificada) e música ao vivo (banda de forró), com o nível de 74,5 decibéis aferidos com o aparelho decibelimetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental; b) MANTENHO O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDA-

DE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008)

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDENCIA, que seguirá os trámites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora** OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1311/2017

**Autuado: ENOQUE SANTOS XAVIER.** 

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 007806 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

O autuado foi multado, no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1676/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Rua Horácio Mardel de Magalhães, nº 2421, Bairro Tancredo Neves, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica de veículos automotores, conforme Termo de Embargo nº 001132 - E.

Autuado no dia 09 de agosto de 2017, às 09h30min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 22 de agosto de 2017, conforme fls. 08/12.

À fl. 17, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

#### II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

## Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1676/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto

de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem o devido licenciamento ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique-se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA Processo nº 1312/2017 Autuado: RAIMUNDO SICALES CAMPOS JÚNIOR.

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009351 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00.

O autuado foi multado, no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1700/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Rua Campos dos Palmares, nº 64, Bairro Aeroporto, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 003167 - E.

Autuado no dia 10 de agosto de 2017, às 09h45min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 28 de agosto de 2017, conforme às fls. 07/11

À fl. 16, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

### II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

# Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[...

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

 d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-

las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1700/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto

de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica de motos, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

- a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica, sem o devido licenciamento ambiental;
- b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;
- c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08:

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

- e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;
- f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1313/2017

**Autuado: RAIMUNDO MIRANDA MARQUES** 

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009352 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

O autuado foi multado, no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1701/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Rua Jafet, nº 61, Bairro Pintolândia, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica de veículos automotores, conforme Termo de Embargo nº 003168 - E.

Autuado no dia 10 de agosto de 2017, às 11h., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 11 de agosto de 2017, conforme fls. 07/12.

À fl. 17, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

#### II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

## Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1701/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto

de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem o devido licenciamento ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA Processo nº 1318/2017 Autuado: VAGNER DOS SANTOS

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 007812 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

O autuado foi multado, no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1673/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina de lanternagem e pintura, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Rua Tambaqui, n° 914, Bairro Santa Tereza, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina de lanternagem e pintura, conforme Termo de Embargo nº 001136 - E.

Autuado no dia 09 de agosto de 2017, às 11h., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 15 de agosto de 2017, conforme fls. 08/14.

À fl. 19, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

## Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...

 d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária,

apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licenca.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1673/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08). Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento de oficina de lanternagem e pintura, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina de lanternagem e pintura, sem o devido licenciamento ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1319/2017 Autuada: M. DO R. R. MORAIS - ME

### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 007811 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

A Empresa Autuada foi multada, no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1674/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica de motos e troca de óleo, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Av. Princesa Isabel, n° 3715, Bairro Santa Tereza, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica de motos, conforme Termo de Embargo nº 001135 - E.

Autuada no dia 09 de agosto de 2017, às 10h45min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 15 de agosto de 2017, conforme fls. 08/12.

À fl. 18, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

## II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

#### Lei Municipal n° 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[...]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[....]

d) Suspensão parcial ou total das atividades,

até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1674/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

ſ...

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08). Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica de motos e troca de óleo, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica de motos e troca de óleo, sem a devida autorização ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

 d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);
 e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA Processo nº 1321/2017 Autuado: ORNELINO MARTINS CLAUDINO

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 007809 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

O autuado foi multado, no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1675/2017, o qual constatou o funcionamento de serralheria, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Av. Princesa Isabel, nº 582, Bairro Santa Teresa, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de serralheria, conforme Termo de Embargo nº 001133 - E.

Autuado no dia 09 de agosto de 2017, às 10h., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 12, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

Lei Municipal n° 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[...

 b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...

 d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1675/2017, às fls. 06/07.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....<sup>\*</sup>

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabeleci-

das neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento de serralheria, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

- a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem o devido licenciamento ambiental;
- b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;
- c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;
- d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);
- e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;
- f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1329/2017

**Autuado: RUBENS LIMA CAVALCANTE** 

DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002583 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

O autuado foi multado, no valor de 100 UFM (Cem Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1679/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica (lanternagem e pintura), sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Rua Rio Madeira, nº 528, Bairro Bela Vista, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de lanternagem e pintura de veículos automotores, conforme Termo de Embargo nº 001144 - E.

Autuado no dia 17 de agosto de 2017, às 12h20min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

# Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[...]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[····]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 100 UFM (Cem Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1679/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto

de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica (lanternagem e pintura), sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 100 UFM (Cem Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica (lanternagem e pintura), sem o devido licenciamento ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA Processo nº. 1369/2016 Autuado: PAULO ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Advertência nº 009701 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "a" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

O Autuado foi advertido por está exercendo atividade de oficina mecânica, sem o devido licenciamento ambiental, de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2273/2016, o qual constatou a atividade de oficina mecânica, sem o devido licenciamento ambiental.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 002251 - E.

Autuado no dia 18 de novembro de 2016 às 09h:45min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a iulaamento.

Eis o breve relatório.

### II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "a" e "d", da Lei Municipal nº 513/00. Vejamos:

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

I - Advertência;

[....]

No caso de advertência tem uma finalidade essencialmente pedagógica e preventiva, mas deve ser utilizada com largueza pela Administração, consoante bem destacado por Vladimir Passos de Freitas: "É pena branda e tem por escopo, acima de tudo, alertar o infrator para que corrija sua conduta" (2ª ed., rev. atual. Brasília: Brasília Jurídica, 2001, págs. 399/400).

Com base no Decreto Federal nº 6.514/2008, a sanção de advertência poderá ser aplicada para as infrações administrativas de menor lesividade, com fulcro no art.5°, §1° e §2°, como se vê:

# Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 50 A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 10 Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, caso o agente autuante constate a existência de irre-

gularidades a serem sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecerá prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção.

Diz ainda na Lei nº 9.605/98, §2º do art. 72 que "a advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo".

Entretanto, deve ficar assente que a advertência deve ser obrigatoriamente substituída por multa quando aquela for aplicada em função de irregularidades que possam ser sanadas e a autuada deixar transcorrer o prazo fixado para tanto sem tomar as medidas que lhe foram determinadas ou ainda caso qualquer outra sanção tenha sido aplicada em face da infratora no período de três anos contados do julgamento da defesa da autuação anterior (art. 7°, Decreto nº 6.514/2008). O Decreto, nesse aspecto, cuidou de aplicar o Princípio da Proporcionalidade, segundo o qual a sanção deve ser adequada, necessária e proporcional (em sentido estrito) ao dano causado.

Todavia, como a advertência ficou restrita às "infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente", não se sustenta a tese de que o infrator deva ser sempre previamente sancionado com advertência.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar atividade de oficina mecânica, sem o devido licenciamento ambiental.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais na qual embargou a atividade realizada, aplicando a penalidade de advertência, tendo em vista que o funcionamento da atividade supramencionada é utilizadora de recursos ambientais e depende de prévio licenciamento pelo órgão competente, se deu com fulcro nos termos dos artigos 9° e 27°, "a" e "b", da Lei Municipal nº 513/2000, in verbis:

- Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, dé causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.
- Art. 27 As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dis-positivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:
- a) Advertência;

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, verifico que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação da advertência em consonância com os com os consectários legais:

- a) MANTENHO a SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA aplicada ao autuado, tendo em vista o cometimento de infração ambiental, ainda que tenha sido sanada a irregularidade, com isso, AFASTANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso o Autuado venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08; b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA
- ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

> Processo nº 1411/2017 Autuado: ARÃO DUARTE AMORIM

### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002602 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1527/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de oficina mecânica de automóveis em geral, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Sizenando Diniz, nº 120, Bairro São Vicente, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica em geral e lanternagem e pintura de veículos automotores, conforme Termo de Embargo nº 001052 - E.

Autuado no dia 03 de agosto de 2017, às 10h17min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 13, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

# II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante fiscalização de rotina.

<u> 103</u>

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1527/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos

caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de atividade de oficina mecânica de automóveis em geral, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de oficina mecânica de lanternagem e pintura de veículos em geral, sem a devida licenca ambiental;

sem a devida licença ambiental;
b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA

ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido de Descontos que figará no valor do P\$ 700.00 (cotocontos

reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto | Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1412/2017 Autuado: BENEDITO DA SILVA.

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002605 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 1º, caput e art. 2º, parágrafo 2º, inciso I, item "a" da Lei Municipal nº 947/07 combinado com o art. 27, "a" e "b" da Lei Municipal 513/00.

O autuado foi multado, no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1596/2017, o qual constatou a queima de casca de arroz em uma horta, entre as Ruas OP XIX e Av. General Bento Gonçalves, nº 137, Bairro Operário, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 14 de agosto de 2017, às 11h., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 01 de setembro de 2017, conforme fls. 08/15.

À fl. 19, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denúncia.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 1°, caput e art. 2°, parágrafo 2°, inciso I, item "a" da Lei Municipal n° 947/07 combinado com o art. 27, "a" e "b" da Lei Municipal 513/00. Vejamos:

Lei Municipal nº 947/07

Art. 1º Fica proibida a queima de quaisquer resíduos sólidos orgânicos ou inorgânicos na zona urbana de Boa Vista.

Art. 2º A queima e o incêndio desses materiais

sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

[...]

§ 2° Multa;

I - em relação a resíduos domiciliares:

a) se praticada por particular em seu próprio terreno, multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) Unidades de Referência Fiscal do Município de Boa Vista - URFMBV, dependendo do dano causado; b) se praticada por particular em passeios ou vias públicas, multa de 150 (cento e cinquenta) a 1.500 (mil e quinhentos) Unidades de Referência Fiscal do Município de Boa Vista - URFMBV, dependendo do dano causado;

II - em relação a resíduos industriais ou comerciais:

a) se praticada nos próprios terrenos dos respectivos estabelecimentos industriais ou comerciais, multa de 130 (cento e trinta) a 1.300 (mil e trezentos) Unidades de Referência Fiscal do Município de Boa Vista - URFMBV, dependendo do dano causado;

b) se praticada em passeios ou vias públicas, multa de 160 (cento e sessenta) a 1.600 (mil e seiscentos) Unidades de Referência Fiscal do Município de Boa Vista - URFMBV, dependendo do dano causado.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

...1

 b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

 d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade;

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar esta-

<u>105</u>

belecido no art. 2°, parágrafo 2°, inciso I, item "a" da referida lei, que fixou valor mínimo de 100 (cem) ao máximo de 1.000 (mil) Unidades de Referência Fiscal do Município de Boa Vista - URFMBV, dependendo do dano causado.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1596/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Desta feita, mantenho a sanção aplicada pelos fiscais ambientais com o fito de prevenir a ocorrência de novas infrações.

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de 200 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a queima de casca de arroz em uma horta, sem a devida autorização ambiental:

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequ-

ência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1419/2017 Autuada: PEMAZA AMAZONIA S/A

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002663 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multada, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1761/2017, o qual constatou o funcionamento de comércio atacadista e varejista de lubrificantes, tintas, vernizes, similares e peças para veículos automotores, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Av. São Sebastião n°2051, Bairro Santa Teresa, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de comércio atacadista e varejista de lubrificantes, tintas, vernizes, similares e peças para veículos automotores, conforme Termo de Embargo nº 000296- E.

Autuada no dia 24 de agosto de 2017, às 12h30min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 15, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

È o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento a OS  $n^{\circ}$  16829/17.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Veja-

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[....]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em de-sacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1761/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

sivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o funcionamento de comércio atacadista e varejista de lubrificantes, tintas, vernizes, similares e peças para veículos automotores, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de comércio atacadista e varejista de lubrificantes, tintas, vernizes, similares e peças para veículos automotores, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequ-ência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trámites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da re-§ 3º As condutas e atividades consideradas le- | ferida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planeja-

mento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1470/2017 Autuado: J. P. R. DE SOUZA - ME.

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002664 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº , incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1757/2017, o qual constatou o funcionamento de uma gráfica em geral, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Presidente Costa e Silva, nº 962, Bairro Šão Francisco, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de gráfica em geral, conforme Termo de Embargo nº 000297- E.

Autuado no dia 24 de agosto de 2017, às 14h36min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 01 de setembro de 2017, conforme fl. 07.

À fl. 15, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento aos processos designados pela DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em deas normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1757/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas sacordo com a licença obtida ou contrariando para o meio ambiente (art.4º, inciso I, do Decreto Federal

6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento de uma gráfica em geral, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de uma gráfica em geral, sem a devida licença ambiental.;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1471/2017 Autuada: MARIA APARECIDA BEZERRA GONÇALVES

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002660 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A autuada foi multada, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1751/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de bar com som ao vivo, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu no estabelecimento denominado "Assadão e Distribuidora Dubai", localizado na Rua Padre Anchieta, nº 574, Bairro Jardim Primavera, Boa Vista-RR

Foi embargada toda e qualquer atividade de música, conforme Termo de Embargo nº 000294- E.

Autuada no dia 20 de agosto de 2017, às 01h50min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 12, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento 156, protocolo nº 45.845.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hi-póteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1751/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

da como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o funcionamento de atividade de bar com som ao vivo, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de bar com som ao vivo, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008)

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância oú não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 09 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIÀ JURÍDICA** 

> Processo nº 1474/2017 Autuada: R. MONTANHA-ME

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplica- de Infração de Multa nº 007805 - E, devidamente preen-

chido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00.

A empresa autuada foi multada, no valor de 500 UFM (Quinhentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1571/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de sorveteria (fabricação), com licenciamento ambiental vencido. A infração ocorreu na Rua Espanha, nº 526, Bairro Cauamé, Boa Vista--RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de produção de sorvetes e picolés, conforme Termo de Embargo nº 003355 - E.

Autuada no dia 01 de agosto de 2017, às 17h40min., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 02 de agosto de 2017, conforme fls. 07/15.

À fl. 20, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pe-los fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00. Vejamos:

## Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cínco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) **UFIR**;

[...]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertio órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hi-póteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 500 UFM (Quinhentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fa-tos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a empresa autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1571/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Décreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo | da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1º

do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a empresa autuada não poderia realizar o funcionamento de atividade de sorveteria (fabricação), com licenciamento ambiental vencido.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 500 UFM (Quinhentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de sorveteria (fabricação), com licenciamento ambiental vencido; b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 09 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1475/2017 Autuado: EMPREENDIMENTOS DE TURISMO ECOLÓ-GICO ÁGUAS CLARAS LTDA-ME.

## **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002666 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no

art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1789/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade potencialmente poluidora ao meio ambiente, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rodovia 205, Km 35, s/n, (Gleba Cauamé), Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de depósito de areia na margem direita do Rio Branco, conforme Termo de Embargo nº 000299- E.

Autuado no dia 30 de agosto de 2017, às 10h31min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 19 de setembro de 2017, conforme fls. 07/42.

À fl. 47, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento aos processos designados pela DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[....]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hecta-

re, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1789/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**[...**]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental

e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento de atividade potencialmente poluidora ao meio ambiente, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

- a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade potencialmente poluidora ao meio ambiente, sem a devida licença ambiental.;
- b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.
- c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

- e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;
- f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1478/2017 Autuado: KORYO AUTOMÓVEIS LTDA

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

# I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002662 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multado, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1755/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Av. Venezuela, n° 178, Bairro São Vicente, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 000295- E.

Autuado no dia 24 de agosto de 2017, às 11h11min., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 11 de setembro de 2017, conforme fls. 07/39.

À fl. 43, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento a O.S nº 16836/2017.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Empresa Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico n° 1755/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Empresa Autuada não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de sus-

pensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1498/2017 Autuado: CLEODOMAR DA SILVA DUÓ

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 001969 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1819/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Rua Campainhas, n° 402, Bairro Pricumã, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica de veículos automotores, conforme Termo de Embargo nº 004011 - E.

Autuado no dia 05 de setembro de 2017, às 16h45min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

#### Lei Municipal n° 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[...]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

ſ....

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de ativi-

dade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1819/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem o devido licenciamento ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1560/2017 Autuado: FRANCISCO ROSINALDO DA SILVA JUNIOR

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002502 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1894/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Recife, n° 303, Bairro Nova Cidade, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica de veículos automotores, conforme Termo de Embargo nº 001252- E.

Autuado no dia 11 de setembro de 2017, às 10h., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 29 de setembro de 2017, conforme às fls. 08/12.

À fl. 17, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante fiscalização de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Veja-

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valór de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeautuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1894/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplica-da como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de atividade de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ to, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a | 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração

ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental;

b) MÁNTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com ó DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta réais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autóridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008)

` e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância oú não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 1561/2017 Autyado: REZENDE CAMINHOES COMERCIO E RE-PRESENTAÇÃO LTDA - ME.

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002503 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multado, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1891/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores (caminhões), sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Av. Centenário, nº 1077, Bairro Centenário Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 001253- E.

Autuado no dia 11 de setembro de 2017, às 11h40min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINIS-TRATIVA.

À fl. 23, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento aos processos designados pela DIFI.

los fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Veja-

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1891/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a Assim, a tipificação da infração ambiental feita pe- caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que

se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores (caminhões), sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

- a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores (caminhões), sem a devida licença ambiental;
- b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.
- c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no parágrafo único do art. 126,

do Decreto Federal nº 6.514/08.

 d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1562/2017 Autuada: MARIA APARECIDA BEZERRA GONÇALVES

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002611 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

A autuada foi multada, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1902/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de bar com som ao vivo, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu no estabelecimento denominado "Assadão e Distribuidora Dubai", localizado na Rua Padre Anchieta, n° 574, Bairro Jardim Primavera, Boa Vista-RR

Foi embargada toda e qualquer atividade de música, conforme Termo de Embargo nº 001061- E.

Autuada no dia 10 de setembro de 2017, às 00h10min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 10, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento a OS  $n^{\circ}$  19497/17.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores,

bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1902/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o funcionamento de atividade de bar com som ao vivo, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

 a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de bar com som ao vivo, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

 d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá

os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1564/2017 Autuado: B BRILHANTE DEEKE ME

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002667 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multado, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1869/2017, o qual constatou a fabricação de produtos cerâmicos refratários, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua DI - V, nº 349, Distrito Industrial, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 001501- E.

Autuado no dia 05 de setembro de 2017, às 10h36min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINIS-TRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento a O.S nº 18394/2017.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Empresa Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1869/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções pe-

nais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Empresa Autuada não poderia realizar a fabricação de produtos cerâmicos refratários, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a fabricação de produtos cerâmicos refratários, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1565/2017 Autuado: ARÃO DUARTE AMORIM

## **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002668 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

O Autuado foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 1926/2017, pelo descumprimento dos Embargos 001052 – E, 002095-E e 002851-E. O autuado realizou a atividade de oficina de veículos automotores, sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Rua Sizenando Diniz, n° 120, Bairro São Vicente, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 14 de setembro de 2017, às 10h10min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATI-VA, no dia 19 de setembro de 2017, conforme às fls. 06/13

À fl. 18, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

## II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[...]

II - multa simples;

[...]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo

o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de | em consonância com os consectários legais: medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hi-póteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

> Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

> Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1926/2017, às fls. 03/04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que o autuado descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada ao Autuado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFAS-TANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso o Autuado venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DÉSCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Por fim, não efetuado o pagamento no perío-do acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

Processo nº 1575/2017 Autuada: COOPERATIVA DOS OLEIROS DO ESTADO **DE RORAIMA** 

## DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009838 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/0Ó.

A autuada foi multada, no valor de 500 UFM (Quinhentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1791/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade potencialmente poluidora (fabricação de tijolos), sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Rua DI - L, nº. 1042, Bairro Governador Aquilino Mota Duarte, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de fabricação de tijolos, conforme Termo de Embargo nº 003501 - E.

Autuada no dia 31 de agosto de 2017, às 10h40min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 14, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente é Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

#### Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....]

 b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 500 UFM (Quinhentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licença.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário. Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1791/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

ſ...

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Entretanto, consta nos autos às fls. 09/10, o requerimento de juntada, bem como o comprovante de pagamento da 1ª parcela, referente ao Auto de Infração de Multa nº 009838 – E.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o funcionamento de atividade potencialmente poluidora (fabricação de tijolos).

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 500 UFM (Duzentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade potencialmente poluidora (fabricação de tijolos);

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Bog Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1628/2017 Autuado: INDUSTRIA E COMÉRCIO IORIS LTDA

# DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002508 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multado, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1967/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de gráfica, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Av. Ataide Teive nº 871, Bairro Mecejana, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de serviços de gráfica, conforme Termo de Embargo nº 001257- E.

Autuado no dia 15 de setembro de 2017, às 11h20 min., APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 26 de setembro de 2017, conforme fls. 08/29.

À fl. 36, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento ao processo 664/2012.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

**[...** 

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[....]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração

ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1967/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Entretanto, consta nos autos às fls. 31/33, o requerimento de juntada, bem como o comprovante de pagamento, referente ao Auto de Infração de Multa nº 002508 — E, desta forma declaro QUITADO o referido Auto de Infração.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o funcionamento de atividade de gráfica, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

b) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

c) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1638/2017 Autuada: RORAIMA MOTORES LTDA

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 001970 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

A Empresa Autuada foi multada, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2037/2017, o qual constatou o funcionamento de manutenção e reparação de motocicletas e motonetas, sem o devido licenciamento ambiental. A infração ocorreu na Av. Venezuela, n° 178, Bairro São Vicente, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica de motos, conforme Termo de Embargo nº 004012 - E.

Autuada no dia 13 de setembro de 2017, às 15h50min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINIS-TRATIVA.

À fl. 12, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

# II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, da Lei e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

## Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licenca.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2037/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas

para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a autuada não poderia realizar o funcionamento de manutenção e reparação de motocicletas e motonetas, sem o devido licenciamento ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de manutenção e reparação de motocicletas e motonetas, sem o devido licenciamento ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894 PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1789/2018 Autuado: ANTONIO SANTOS DA COSTA

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 004067 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

O Autuado foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1523/2018, pelo descumprimento do Embargo 003813 – E. O autuado realizou a atividade de serralheria, sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Rua Felipe Xaud, nº 254, Bairro Buritis, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 28 de junho de 2018, às 09h58min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[....]

II - multa simples;

[...]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado. Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1523/2018, às fls. 03/04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que o Autuado descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada ao Autuado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFASTANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso o Autuado venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do

Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1803/2017 Autuado: WASNEY FERNANDO MEDEIROS PINHEIRO

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I - RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002669 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com no art. 27, alíneas "b" e "d", art. 51, §§ 2º e 3º da Lei Municipal nº 513/00, combinado com o art. 101, I e II do Decreto Federal 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2241/2017 o qual constatou a prática de poluição sonora com a utilização de equipamento sonoro amplificado em estabelecimento comercial, com o nível de 97,1 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental. A infração ocorreu na Av. Nazaré Filgueira, n° 2985, Bairro Alvorada, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de som ao vivo com banda de música, conforme Termo de Embargo nº 001502- E.

Foi apreendido uma caixa de som com alto falante de 15", conforme Termo de Apreensão nº 001503 - E.

Autuado no dia 24 de setembro de 2017, às 23h22min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATI-VA, no dia 11 de outubro de 2017, conforme fls. 09/18.

À fl. 22, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denuncia, para averiguar possível prática de ocorrência de poluição sonora.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita

pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso art. 27, alíneas "b" e "d", art. 51, §§ 2° e 3° da Lei Municipal n° 513/00, combinado com o art. 101, I e II do Decreto Federal 6514/08. Vejamos:

#### Lei Municipal nº 513/00

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 101. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

[...

II - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

III - suspensão de venda ou fabricação de produto;

ſ...1

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais, ao promover poluição sonora.

Conforme a Lei Municipal nº 513/00, fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, conforme seus artigos a seguir destacados:

## Lei Municipal nº 513/00

Art. 42 - É vedado perturbar o sossego e o bem--estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos fixados nesta Lei. Art. 45 - Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível à ruídos.

Art. 51 - O Órgão Municipal de Meio Ambiente inspecionará a instalação e funcionamento de aparelhos sonoros, engenhos que produzam ruídos, instrumentos de alerta, advertência e propaganda que, pela intensidade e volume de som e ruído serão controlados em decibéis por aparelho de medição de intensidade sonora.

[...]

§ 2º O nível máximo de som ou ruído permitido em ambientes internos e externos de residências, estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços, Igrejas, vias e logradouros públicos, serão permitidos em conformidade com o ANEXO I, constante nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 1237/2010);

§ 3º Aplicam-se os mesmos níveis previstos no parágrafo anterior a alto-falantes, rádios, orquestras, instrumentos isolados, aparelhos e utensílios de qualquer natureza, usados em estabelecimentos comerciais ou de diversões públicas como parques de diversões, bares, restaurantes, cantinas e clubes noturnos;

[...]

No que se refere a multa, previsto no art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/08, o valor da multa corresponde ao patamar estabelecido entre o mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Nota-se que, a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizadora de recursos ambientais em desacordo com a Legislação Ambiental.

No caso em comento, a autuada cometeu crime ambiental ao utilizar equipamento sonoro em volume acima do permitido, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental, não havendo dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico n° 2241/2017, às fls. 06/07.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade fora dos padrões permitidos por lei, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto à apreensão do equipamento sonoro cuja tipificação encontra respaldo no art. 3º, IV, bem como no art. 101, I. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[...

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

[...]

Art. 101. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I - apreensão;

[...]

Ao confirmar a materialidade e a autoria da infração por esta autoridade julgadora com base no contexto fático amparado pelo Decreto 6.514/08, pressupõe-se a aplicação imediata de pena ao julgar o feito administrativo.

Nesse ínterim, vejamos o que dispõe a mesma legislação acerca da pena de perdimento de bens:

Art. 134. Após decisão que confirme o auto de infração, os bens e animais apreendidos que ainda não tenham sido objeto da destinação prevista no art. 107, não mais retornarão ao infrator, devendo ser destinados da seguinte forma:

[...]

IV - os instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos, utilizados pela administração quando houver necessidade, doados ou vendidos, garantida a sua descaracterização, neste último caso, por meio da reciclagem quando o instrumento puder ser utilizado na prática de novas infrações;

[....]

Desta feita, mantenho a sanção aplicada pelos fiscais ambientais e ao não contemplar a possibilidade de devolução do equipamento sonoro ao infrator com fulcro no art. 134, IV, da referida legislação, aplico a pena de perdimento do bem, objeto da autuação ambiental com o fito de prevenir a ocorrência de novas infrações.

Nesse interregno, nada impede que a SPMA permaneça na guarda dos bens apreendidos após julgamento com base no art. 105 do Decreto nº 6.514/08, até o gestor ambiental adotar um posicionamento final quanto à destinação, como doação ou destruição do equipamento, visto que a responsabilidade pela guarda é do órgão fiscalizador.

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais.

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a prática de poluição sonora com a utilização de equipamento sonoro amplificado em estabelecimento comercial, com o nível de 97,1 decibéis aferidos

com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites per-

mitidos pela Legislação Ambiental; b) MANTENHO a SANÇÃO DE APREENSÃO com sua consequente PERDA E DESTRUIÇÃO, com base no Art. 134. IV do Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com ó DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autóridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância oú não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 18042017 Autuada: S. L. DA COSTA - ME

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009839 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

A Empresa autuada foi multada, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2210/2017, pelo descumprimento do Embargo 000117 - E. O autuado realizou a atividade de artefatos de concreto e pré-moldados, sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Av. Carlos Pereira de Melo, nº 3240B, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 27 de setembro de 2017, às 10h35min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATI-VA, no dia 29 de setembro de 2017, conforme às fls. 08/11

À fl. 14, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

> Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

> Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2210/2017, à fl. 04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expres-so, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso co-mum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

<u> 131</u>

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que o autuado descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada a autuada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFASTANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso a autuada venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto

Federal n° 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90;

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1806/2017 Autuado: ROZIMAR SOARES DE ARAUJO - ME.

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002622 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2048/2017, o qual constatou o funcionamento de lava jato (lavagem de veículos em geral), sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Águas Marinhas, n° 61, Bairro Jóquei Clube, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 001072- E.

Autuado no dia 27 de setembro de 2017, às 08h., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 10, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento aos processos designados pela DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causir dans ao acceptado de reais). meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2048/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, so-pesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de lava jato (lavagem de veículos em geral), sem a devida licença ambiental;
b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA
ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambientál, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trámites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora **OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIÀ JURÍDICA** 

> Processo nº 1843/2017 **Autuado: FRANCÍSCO M. DOS SANTOS - ME**

## DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002633 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2277/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de serralheria, beneficiamento de metais, fabricação de portas, janelas e esquadrias em geral, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Jango Menezes, nº 1533, Bairro Buritis, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de serralheira e pintura de estruturas metais em geral, conforme Termo de Embargo nº 001081- E.

Autuado no dia 11 de outubro de 2017, às 09h50min.,

o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 12, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento aos processos designados pela DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regula-

mentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a empresa autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico n° 2277/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a empresa autuada não poderia realizar o funcionamento de atividade de serralheria, beneficiamento de metais, fabricação de portas, janelas e esquadrias em geral, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo

Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de atividade de serralheria, beneficiamento de metais, fabricação de portas, janelas e esquadrias em geral, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECURSO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo
de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 1889/2017 Autuado: M ALVES PEREIRA - ME

## **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002616 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 1999/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Valmir Sabino de Oliveira, nº 67, Bairro Centenário, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 001066- E.

Autuado no dia 21 de setembro de 2017, às 10h05min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 17, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

## II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento aos processos designados pela DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, obje-

to, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a | 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração autuação.

No caso em comento, a Empresa Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 1999/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, so-pesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Empresa Autuada não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$

ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental.;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

- c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com ó DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.
- d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autóridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008)
- `e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;
- f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância oú não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora** OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 2087/2017 Autuada: MARCELE SAMARA CAMPOS DE MIRANDA

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002677 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A autuada foi multada, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2566/2017, o qual constatou o funcionamento de atividade de lanternagem e pintura de veículos e serviço de lava jato em automóveis, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Mandí, nº 916, Bairro Santa Tereza, Boa Vista-RR

Foi embargada toda e qualquer atividade de lanternagem e pintura de veículos e serviço de lava jato em automóveis, conforme Termo de Embargo nº 001504- E.

Autuada no dia 31 de outubro de 2017, às 11h52min., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 01 de novembro de 2017, conforme fls. 10/15.

À fl. 20, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento a denuncia nº 49294.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplica-ção de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiente, ou que contrarie as normas legais e regulamentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2566/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama respon-

caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, so-pesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplica-da como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia realizar o funcionamento de atividade de bar com som ao vivo, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida ati-vidade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar constatou o funcionamento de atividade de lanternagem e pintura de veículos e serviço de lava jato em automóveis, sem a devida licença ambiental.;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA

ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da sabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos

reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto | Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 2088/2017 Autugdo: SOUZA E SOUZA - ME

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002641 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

O Autuado foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2360/2017, pelo descumprimento do Embargo 001118 – E. O autuado realizou a atividade de comércio varejista de medicamentos veterinários, sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Av. Carlos Pereira de Melo, n° 3376, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 19 de outubro de 2017, às 09h15min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 10, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[...]

II - multa simples;

[...]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2360/2017, à fl. 04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que o Autuado descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada ao Autuado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFASTANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso o Autuado venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto

Federal n° 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90;

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 2092/2017 Autuado: DRAITON DE SOUZA CRUZ

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

## I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009849 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 11, V, e art. 15, caput, da Lei Municipal 18/1974.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2475/2017, o qual constatou a prática de despejo de água servida em rede pública pluvial provenientes da propriedade do autuado, sem o devido tratamento. A infração ocorreu na Rua Edson Castro, nº 974, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Foi embargado todo e qualquer lançamento de resíduos (água servida), conforme Termo de Embargo nº 002353 - E.

Autuado no dia 24 de outubro de 2017, às 11h., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 13 de novembro de 2017, conforme às fls. 07/23.

À fl. 28, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denúncia.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 11, V, e art. 15, caput, da Lei Municipal 18/1974. Vejamos:

#### Lei Municipal 513/2000

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[...]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[....]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Lei Municipal 18/1974

Art. 11 – A cooperação a que se refere o artigo anterior, compreende:

[...]

V – Não derivar para logradouros públicos, as águas servidas;

Art. 15 – Inexistindo rede esgotos, as águas servidas deverão ser canalizadas pelo proprietário ou ocupante do prédio, para a fossa do próprio imóvel.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 27, inciso "b" da Lei Municipal 513/2000, que fixou o valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, por causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2475/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar a prática de despejo de água servida em rede pública pluvial, provenientes da propriedade do autuado.

Deste modo, mantenho o embargo da referida infração com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o lançamento de água servida em rede pública pluvial, provenientes da propriedade do autuado, sem a devida autorização ambiental;

sem a devida autorização ambiental; b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA INFRAÇÃO com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

 d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);
e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

# PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 2093/2017 Autuado: NILO LOPES

## **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009841 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 11, V da Lei Municipal 18/1974.

O autuado foi multado, no valor de 500 UFM (Quinhentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2471/2017, o qual constatou a prática de lançamento de resíduos, provenientes da fossa

séptica de sua residência, sem o devido tratamento e em | desacordo com a legislação vigente. A infração ocorreu na Rua Joca Farias, nº 1800, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Foi embargado todo e qualquer lançamento de resíduos, provenientes da fossa séptica, conforme Termo de Embargo nº 003502 - E.

Autuado no dia 19 de outubro de 2017, às 10h., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 26 de outubro de 2017, conforme fls. 07/11.

À fl. 16, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento à determinação do Superintendente da DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pe-los fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 11, V, e art. 15, caput, da Lei Municipal 18/1974. Vejamos:

## Lei Municipal 513/2000

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[...]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até ò valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) **UFIR**;

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Lei Municipal 18/1974

Art. 11 – A cooperação a que se refere o artigo anterior, compreende:

V - Não derivar para logradouros públicos, as águas servidas;

Art. 15 – Inexistindo rede esgotos, as águas servidas deverão ser canalizadas pelo proprietário ou ocupante do prédio, para a fossa do próprio imóvel.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, éstipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1°

medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 500 (quinhentas unidades fiscais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 27, inciso "b" da Lei Municipal 513/2000, que fixou o valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, por causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortan-dade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fa-tos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2471/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividadé o dever de efende-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Décreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I – gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o lançamento de resíduos, provenientes da fossa séptica de sua residência, sem o devido tratamento e em desacordo com a legislação vigente.

Deste modo, mantenho o embargo da referida infração com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou átividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infra-ção reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500 (quinhentos unidades fiscais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o lançamento de resíduos, provenientes da fossa séptica de sua residência, sem o devido tratamento e em desacordo com a legislação vigente;

b) MANTENHO AINDA O EMBARĜO DA REFERIDA INFRAÇÃO com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

> Processo nº 2094/2017 Autuada: MARIA ELENICE BARBOSA PEREIRA.

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009844 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no | prática de determinada conduta, que tem como consequên-

art.  $3^{\circ}$ , incisos II e VII, art. 61. Caput e art. 62, inciso V, do Decreto Federal  $n^{\circ}$  6514/08.

A autuada foi multada, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2473/2017, o qual constatou o lançamento de resíduos líquidos (água servida), proveniente da propriedade da autuada, em desacordo com a legislação vigente. A infração ocorreu na Rua Joca Farias, nº 1161, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Foi embargada todo e qualquer lançamento de resíduos (água servida) em rede pluvial, conforme Termo de Embargo nº 003505 - E.

Autuada no dia 19 de outubro de 2017, às 12h., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 06 de novembro de 2017, conforme fls. 08/13.

A fl. 17, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pela conversão da multa em prestação de serviços.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

## II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denúncia.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso no art. 3º incisos II e VII, art. 61. Caput e art. 62, inciso V, do Decretó Federal nº 6514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

Art. 61. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Parágrafo único. As multas e demais penalidades de que trata o caput serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração e em conformidade com a gradação do impacto.

Art. 62. Incorre nas mesmas multas do art. 61 quem:

[...]

V - lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos;

[...]

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a

cia a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 61 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), por causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2473/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto

de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a autuada não poderia realizar o lançamento de resíduos líquidos (água servida), proveniente da propriedade da autuada, em desacordo com a legislação vigente.

Deste modo, mantenho o embargo da referida infração com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o lançamento de resíduos líquidos (água servida), proveniente da propriedade da autuada, em desacordo com a legislação vigente;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA INFRAÇÃO com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

 d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa;

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo n° 2095/2017

Autuado: JOSÉ NILSON TELE DE ALMEIDA.

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009843 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, art. 61. Caput e art. 62, inciso V, do Decreto Federal nº 6514/08.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2474/2017, o qual constatou o lançamento de resíduos líquidos (água servida), proveniente da propriedade do autuado, em desacordo com a legislação vigente. A infração ocorreu na Rua Joca Farias, nº 1197, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Foi embargada todo e qualquer lançamento de resíduos (água servida) em rede pluvial, conforme Termo de Embargo nº 003504 - E.

Autuado no dia 19 de outubro de 2017, às 11h10min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 08 de novembro de 2017, conforme fls. 07/20.

À fl. 25, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pela conversão da multa em prestação de serviços.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

# II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denúncia.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso no art. 3°, incisos II e VII, art. 61. Caput e art. 62, inciso V, do Decreto Federal n° 6514/08. Vejamos:

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[....]

Art. 61. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Parágrafo único. As multas e demais penalidades de que trata o caput serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração e em conformidade com a gradação do impacto. Art. 62. Incorre nas mesmas multas do art. 61 quem:

[....]

 V - lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos;

[...]

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 61 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), por causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2474/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infrato-

res, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, so-pesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar o lançamento de resíduos líquidos (água servida), proveniente da propriedade do autuado, em desacordo com a legislação vigente.

Deste modo, mantenho o embargo da referida infração com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou átividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o lançamento de resíduos líquidos (água servida), proveniente da propriedade do autuado, em desacordo com a legislação vigente;
b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA INFRAÇÃO com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com ó DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

` e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos é parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa;

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

> Processo nº 2096/2017 **Autuado: IVAN CORREIA SANTANA**

#### DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002906 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 11, V, e art. 15, caput, da Lei Municipal 18/1974.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2436/2017, o qual constatou a prática de despejo de água servida em rede pública pluvial, provenientes da residência do autuado, sem o devido tratamento. A infração ocorreu na Rua Joca Farias, nº 687, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Foi embargado todo e qualquer lançamento de resíduos (água servida), conforme Termo de Émbargo nº 002354 - E.

Autuado no dia 25 de outubro de 2017, às 09h35min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 09 de novembro de 2017, conforme fls. 09/19.

A fl. 23, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

## II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denúncia.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o árt. 11, V, é art. 15, caput, da Lei Municipal 18/1974. Vejamos:

## Lei Municipal 513/2000

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dis-positivo desta Lei, de seus regulamentos, nor-mas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até ò valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) **UFIR**;

d) Suspensão parcial ou total das atividades,

até a correção da irregularidade.

Lei Municipal 18/1974

Art. 11 – A cooperação a que se refere o artigo anterior, compreende:

[...]

V - Não derivar para logradouros públicos, as águas servidas;

Art. 15 — Inexistindo rede esgotos, as águas servidas deverão ser canalizadas pelo proprietário ou ocupante do prédio, para a fossa do próprio imóvel.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplica-ção de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 27, inciso "b" da Lei Municipal 513/2000, que fixou o valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, por causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortan-dade de animais ou a destruição significativa da biodiversi-

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2436/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para I tância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique-

as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar a prática de despejo de água servida em rede pública pluvial, provenientes de sua residência.

Deste modo, mantenho o embargo da referida infração com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o lançamento de água servida em rede pública pluvial, provenientes de sua residência, sem a devida autorização ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA INFRAÇÃO com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Ins-

-se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa;

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 2097/2017 Autuado: JUDIVAN FERREIRA DE LIRA

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

# I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009847 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 10, caput, art. 11, II e V e art. 15, caput, da Lei Municipal 18/1974.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2433/2017, o qual constatou a prática de despejo de água servida em rede pública pluvial, provenientes da residência do autuado. A infração ocorreu na Rua Joca Farias, nº 887, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Foi embargado todo e qualquer lançamento de resíduos (água servida), conforme Termo de Embargo nº 005975 - E.

Autuado no dia 20 de outubro de 2017, às 09h50min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 09 de novembro de 2017, conforme fls. 08/20.

À fl. 24, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento à Superintendência da DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 10, caput, art. 11, II e V e art. 15, caput, da Lei Municipal 18/1974. Vejamos:

# Lei Municipal 513/2000

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[...]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 autuação.

(cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR;

[...]

 d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Lei Municipal 18/1974

Art. 10 – É dever da população cooperar com a Prefeitura, na conservação e limpeza da cidade.

Art. 11 – A cooperação a que se refere o artigo anterior, compreende:

[....]

II – Não atirar nos logradouros públicos: resíduos, detritos, caixas, envoltórios, papéis, pontas de cigarros, líquidos, e objetos em geral, nem cuspir através de janelas, portas de edifícios e aberturas de veículos, em direção a passeios públicos;

[...]

V – Não derivar para logradouros públicos, as águas servidas;

Art. 15 – Inexistindo rede esgotos, as águas servidas deverão ser canalizadas pelo proprietário ou ocupante do prédio, para a fossa do próprio imóvel.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 27, inciso "b" da Lei Municipal 513/2000, que fixou o valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, por causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração | ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2433/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar a prática de despejo de água servida em rede pública pluvial, provenientes de sua residência.

Deste modo, mantenho o embargo da referida infração com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infra-ção reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o lançamento de água servida em rede pública pluvial, provenientes de sua residência, sem a devi- da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 11, V, e

da autorização ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA INFRAÇÃO com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

- e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequ-ência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;
- f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 08 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

> Processo nº 2098/2017 Autuado: ANTÔNIO PEREIRA LIMA FILHO

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009845 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 11, V, e art. 15, caput, da Lei Municipal 18/1974.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2399/2017, o qual constatou a prática de despejo de água servida em rede pública pluvial, provenientes da residência do autuado, sem o devido tratamento. A infração ocorreu na Rua Joca Farias, nº 822, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Foi embargado todo e qualquer lançamento de resíduos (água servida), conforme Termo de Émbargo nº 005973 - E.

Autuado no dia 20 de outubro de 2017, às 10h20min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 11, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

# II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denúncia.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 27, "b" e "d",

art. 15, caput, da Lei Municipal 18/1974. Vejamos:

#### Lei Municipal 513/2000

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....<sup>\*</sup>

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR:

[....]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Lei Municipal 18/1974

Art. 11 – A cooperação a que se refere o artigo anterior, compreende:

[...]

V – Não derivar para logradouros públicos, as águas servidas;

Art. 15 – Inexistindo rede esgotos, as águas servidas deverão ser canalizadas pelo proprietário ou ocupante do prédio, para a fossa do próprio imóvel.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

# Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 27, inciso "b" da Lei Municipal 513/2000, que fixou o valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, por causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2399/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[....]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar a prática de despejo de água servida em rede pública pluvial, provenientes de sua residência.

Deste modo, mantenho o embargo da referida infração com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ | Vejamos: 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o lançamento de água servida em rede pública pluvial, provenientes de sua residência, sem a devi-

da autorização ambiental; b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA INFRAÇÃO com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08.

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos é parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa;

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora **OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

> Processo nº 2100/2017 **Autuado: JAMERSON SOUZA DOS REIS**

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 001974 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

O Autuado foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2458/2017, pelo descumprimento do Embargo 002285 – E. O autuado realizou a atividade de posto de lavagem, sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Av. Rui Baraúna, nº 1189, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 19 de outubro de 2017, às 14h50min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 09 de novembro de 2017, conforme fls. 08/11.

À fl. 15 temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[....]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadra-do, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.5 14/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hecta-re, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hi-póteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

> Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

> Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2458/2017, às fls. 04/05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletivi-

as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que o Autuado descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infra-ção reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

- a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada ao Autuado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFAS-TANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso o Autuado venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;
- b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DÉSCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal n° 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

`d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 2101/2017 **Autuado: ELIEZER RODRIGUES MARTINS**

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009846 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art.

dade o dever de defendê-lo e preservá-lo para | 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 10, caput, art. 11, II e V e art. 15, caput, da Lei Municipal

> O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2404/2017, o qual constatou a prática de despejo de água servida em rede pública pluvial, provenientes da residência do autuado. A infração ocorreu na Rua Joca Farias, nº 359, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

> Foi embargado todo e qualquer lançamento de resíduos (água servida), conforme Termo de Émbargo nº 005974 - E.

> Autuado no dia 20 de outubro de 2017, às 09h20min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 07 de novembro de 2017, conforme fls. 07/12.

> À fl. 22, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

> > Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denúncia.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pe-los fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal nº 513/00, combinados com o art. 10, caput, art. 11, II e V e art. 15, caput, da Lei Municipal 18/1974. Vejamos:

#### Lei Municipal 513/2000

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) **UFIR**;

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Lei Municipal 18/1974

Art. 10 - É dever da população cooperar com a Prefeitura, na conservação e limpeza da

Art. 11 – A cooperação a que se refere o artigo anterior, compreende:

II — Não atirar nos logradouros públicos: resíduos, detritos, caixas, envoltórios, papéis, pontas de cigarros, líquidos, e objetos em geral, nem cuspir através de janelas, portas de edifícios e aberturas de veículos, em direção a passeios públicos;

[....]

águas servidas;

Art. 15 – Inexistindo rede esgotos, as águas servidas deverão ser canalizadas pelo proprie-tário ou ocupante do prédio, para a fossa do próprio imóvel.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequên-cia a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar esta-belecido no art. 27, inciso "b" da Lei Municipal 513/2000, que fixou o valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, por causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2404/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devi-

V - Não derivar para logradouros públicos, as | da licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os mo-tivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar a prática de despejo de água servida em rede pública pluvial, provenientes de sua residência.

Deste modo, mantenho o embargo da referida infração com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o lançamento de água servida em rede pública pluvial, provenientes de sua residência, sem a devida autorização ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA INFRAÇÃO com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;
c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08: Federal n° 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008); e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração

ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDENCIA, que seguirá os trámites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 2304/2017
Autuada: AJR ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS
E EMPREENDIMENTOS LTDA

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002644 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º, incisos II e VII, art. 61. Caput e art. 62, inciso V e X, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multada, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2509/2017, o qual constatou o lançamento de esgoto bruto sem tratamento prévio, proveniente do Residencial Cruviana, em desacordo com a legislação vigente. A infração ocorreu na entre as ruas B e Escorpião com a Avenida Gêmeos (Residencial Cruviana), Bairro Cidade Satélite, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 31 de outubro de 2017, às 10h., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 09, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pela conversão da multa em prestação de serviços.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento à designação da DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso no art. 3°, incisos II e VII, art. 61. Caput e art. 62, inciso V e X, do Decreto Federal nº 6514/08. Vejamos:

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[....]

Art. 61. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Parágrafo único. As multas e demais penalidades de que trata o caput serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração e em conformidade com a gradação do impacto.

Art. 62. Incorre nas mesmas multas do art. 61 quem:

[...]

V - lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos;

X - lançar resíduos sólidos ou rejeitos in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração, ou depositá-los em unidades inadequadas, não licenciadas para a atividade;

[....]

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (cinco mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 61 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), por causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2509/2017, à fl. 04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

<u>153</u>

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o lançamento de esgoto bruto sem tratamento prévio, proveniente do Residencial Cruviana, em desacordo com a legislação vigente;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa;

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 2314/2017 Autuado: DRAITON DE SOUZA CRUZ

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002909 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

O Autuado foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2595/2017, pelo descumprimento do Embargo 002353 – E. O autuado realizou o lançamento de água servida/esgoto não tratado em via pública, sem a devida autorização

ambiental. A infração ocorreu na Rua Edson Castro, nº 974, Bairro Caranã, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 07 de novembro de 2017, às 13h45min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATI-VA, no dia 13 de novembro de 2017, conforme às fls. 07/23.

À fl. 27, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[...]

II - multa simples;

[...]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo do-

tado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2595/2017, à fl. 04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que o autuado descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada ao Autuado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFASTANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso o Autuado venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltan-

do-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 2581/2017 Autuado: EDLA VIANA DE SOUZA.

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

# I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009430 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 29, caput do Decreto Federal nº 6.514/2008, combinado com o art. 32, caput, da Lei Federal 9.605/1998.

Nos termos do Al supra e Parecer Técnico n° 3046/2017, a autuada foi multada no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pela prática de maus tratos (ferir e mutilar), animais silvestres do tipo Cobra Cascavel (crotalus sistrurus).

Foram apreendidas 30 (trinta) Cobra Cascavel (crotalus sistrurus) mutiladas, conforme Termo de Apreensão nº 005989 - E.

Autuada no dia 12 de dezembro de 2017, às 08h40min, a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA INTEMPESTIVA, no dia 09 de janeiro de 2018, conforme fls. 14/19.

À fl. 14, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

# II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante solicitação da Direção da DIFI e ao disposto no TCO nº 136/2017.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 29, caput do Decreto Federal nº 6.514/2008, combinado com o art. 32, caput, da Lei Federal 9.605/1998. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 29. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por indivíduo.

Destaque-se ainda, ser crime previsto no art. 32 da Lei 9.605/98, conforme vemos:

Lei Federal n° 9.605/98

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

multa.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

O valor da multa corresponde ao patamar estabe-lecido entre o mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 3.000,00 (três mil de reais), por indivíduo, previsto no art. 29 do referido decreto.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 3046/2017, às fls. 05/07.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados."

Portanto, mantenho a aplicação da multa fixada, sopesando que houve conduta considerada lesiva capaz de provocar consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Décreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infra-

Pena - detenção, de três meses a um ano, e | ção reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

> a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a prática de maus tratos (ferir e mutilar), animais silvestres do tipo Cobra Cascavel (crotalus sistrurus), sem a devida autorização ambiental;

> b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), com base no parágrafo único do art. 126,

do Decreto Federal nº 6.514/08;

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo

de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008); d) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

e) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

Processo nº 2596/2017 Autuado: COOPERATIVA DA RÁDIO TAXI AGUIA DE **FOGO - ME** 

# DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I - RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 006259 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, caput, do Decreto Federal n° 6.514/2008, combinado com o art. 51, parágrafos 1°, 2° e 5° da Lei Municipal n° 513/00.

A cooperativa autuada foi multada, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2878/2017, o qual constatou a prática de poluição sonora com a utilização de equipamento profissional (caixa de som amplificada), com o nível de 94,8 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental. A infração ocorreu no Clube do Servidor, localizado na Rua Antônio Pi-nheiro Galvão, Bairro Buritis, Boa Vista – RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de som ao vivo e mecânico, no local denominado como Clube do Servidor, conforme Termo de Embargo nº 002658- E.

Autuada no dia 03 de dezembro de 2017, às 22h20min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINIS-TRATIVA.

À fl. 19, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denuncia, para averiguar possível prática de ocorrência de poluição sonora.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso no art. 3°, caput, do Decreto Federal nº 6.514/2008, combinado com o art. 51, parágrafos 1°, 2° e 5° da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

[...]

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

[...]

Art. 66 Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais, ao promover poluição sonora.

Conforme a Lei Municipal nº 513/00, fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, conforme seus artigos a seguir destacados:

#### Lei Municipal nº 513/00

Art. 42 - É vedado perturbar o sossego e o bemestar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos fixados nesta Lei.

Art. 45 - Fica proibida a utilização ou funcio-

namento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível à ruídos.

Art. 51 - O Órgão Municipal de Meio Ambiente inspecionará a instalação e funcionamento de aparelhos sonoros, engenhos que produzam ruídos, instrumentos de alerta, advertência e propaganda que, pela intensidade e volume de som e ruído serão controlados em decibéis por aparelho de medição de intensidade sonora.

§ 1° - o nível máximo de som ou ruídos produzidos por veículos automotores (carros, motocicletas ou congêneres) é permitido até 85 db (oitenta e cinco decibéis). E, para os carros-desom, de qualquer natureza, destinados à propaganda comercial e/ou propaganda política, é permitido até 100 db (cem decibéis). Estes decibéis são aferidos e medidos na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) do veículo parado ao ar livre, em situação normal. (Redação dada pela Lei nº 1237/2010);

§ 2° - o nível máximo de som ou ruído permitido em ambientes internos e externos de residências, estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços, Igrejas, vias e logradouros públicos, serão permitidos em conformidade com o ANEXO I, constante nesta Lei. (Redação dada pela Lei n° 1237/2010);

ſ...1

§ 5 - A aferição do nível de som ou ruídos previstos no ANEXO I da presente Lei será realizada na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) de qualquer ponto das divisas do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas ou do ponto de maior intensidade de ruídos no edifício. (Redação acrescido pela Lei nº 1237/2010).

No que se refere a multa, previsto no art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/08, o valor da multa corresponde ao patamar estabelecido entre o mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Nota-se que, a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizadora de recursos ambientais em desacordo com a Legislação Ambiental. No caso em comento, o autuado cometeu crime ambiental ao utilizar equipamento sonoro em volume acima do permitido, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental, não havendo dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2878/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Entretanto, consta nos autos à fl. 15, o comprovante de pagamento, referente ao Auto de Infração de Multa nº 006259 – E, desta forma declaro QUITADO o referido Auto de Infração.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

> Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

> § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Autuada não poderia a prática de poluição sonora com a utilização de equipamento profissional (caixa de som amplificada), com o nível de 94,8 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais.

a) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

b) Da Decisão de Primeira Instância caberá RÉCUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);
c) Caso a Autuada venha a cometer nova infração

ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de conseguência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora** OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 2602/2017 Autuado: A. M. B. NOJOSA - ME.

> > **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009638 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput do Decreto Federal nº , incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08.

A Empresa autuada foi multado, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 2859/2017, o qual constatou o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem a como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a apli-

devida licença ambiental. A infração ocorreu na Rua Damas da Noite, n° 16/A, Bairro Pricumã, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de oficina mecânica, conforme Termo de Embargo nº 003334- E.

Autuado no dia 22 de novembro de 2017, às 17h., a mesma APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA, no dia 28 de novembro de 2017, conforme fls. 16/28.

À fl. 10, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante atendimento aos processos designados pela DIFI.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pe-los fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3°, incisos II e VII, e art. 66, caput, do Decreto Federal nº 6514/08. Veja-

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção,

cação de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), | vidade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08: posto que houve violação dos preceitos legais ambientais.

Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no art. 66 do referido decreto que fixou valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por causar danos ao meio ambiénte, ou que contrarie as normas legais e regula-mentos pertinentes.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, a Empresa Autuada cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2859/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

- Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).
- I Gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

- Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:
- § 1° As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque a Empresa Autuada não poderia realizar o funcionamento de oficina mecânica de veículos automotores, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida ati-

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar o funcionamento de oficina mecânica

de veículos automotores, sem a devida licença ambiental; b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com base no parágrafo único do art. 126,

do Decreto Federal nº 6.514/08; d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autóridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008)

- e) Caso a Autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;
- f) Caso a Autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a Autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior **Autoridade Julgadora** OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

> Processo nº 2603/2017 **Autuado: LUIZ FELIPE SILVA GOMES**

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 009637 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

O Autuado foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2748/2017, pelo descumprimento do Embargo 002283 – E. O autuado realizou a atividade de marcenaria, sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Av. Rui Baraúna, nº 1670-B, Bairro União, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 22 de novembro de 2017, às 16h46min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATI-VA, no dia 12 de dezembro de 2017, conforme às fls. 07/25

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

# II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[....<sup>'</sup>

II - multa simples;

[...]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2748/2017, às fls. 05/06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama respon-

sabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**[...** 

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que o autuado descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada ao Autuado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFASTANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso o Autuado venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90;

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

> Processo nº 2604/2017 Autuado: CONSTANTINO FERREIRA CARNEIRO

> > DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 002680 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

O Autuado foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2811/2017, pelo descumprimento do Embargo 003669 – E. O autuado realizou a atividade de serralheria, sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Av. Manoel Felipe, no 324, Bairro Buritis, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 23 de novembro de 2017, às 10h12min., o mesmo APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATI-VA, no dia 12 de dezembro de 2017, conforme fls. 06/22.

À fl. 26, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - multa simples;

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aque-las estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadra-do, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.5 14/08

re, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

> Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

> Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2811/2017, à fl. 04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3° As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções pe-nais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que o Autuado descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4° O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

# III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada ao Autuado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimen-Art. 8º A multa terá por base a unidade, hecta- to de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das

irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFAS-TANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso o Autuado venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 11 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 2608/2017 Autuado: MÁRCIO LOPES LIMA

## DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

# I - RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 006256 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3°, incisos II e VII, do Decreto Federal nº 6.514/2008, combinado com o art. 51, parágrafos 1°, 3° e 5° da Lei Municipal nº 513/00.

O autuado foi multado, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2745/2017 o qual constatou a prática de poluição sonora com a utilização de equipamento profissional (caixa de som amplificada) instalada em um veículo Chevrolet S10, placa NAX 6274, cor cinza, ano 2014/2014 (em via pública), com o nível de 90,2 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental. A infração ocorreu na Av. Estrela D'alva, s/n Bairro Raiar do Sol, Boa Vista-RR.

Foi apreendido uma caixa de som amplificada, conforme Termo de Apreensão nº 002656 - E.

Autuado no dia 26 de novembro de 2017, às 21h35min., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 10, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou mediante denuncia, para averiguar possível prática de ocorrência de poluição sonora.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro incurso no art. 3°, incisos II e VII, do Decreto Federal n° 6.514/2008, combinado com o art. 51, parágrafos 1°, 3° e 5° da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

#### Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II - Multa simples;

[...

VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

ſ...

Art. 66 Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais, ao promover poluição sonora.

Conforme a Lei Municipal nº 513/00, fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, conforme seus artigos a seguir destacados:

# Lei Municipal n° 513/00

Art. 42 - É vedado perturbar o sossego e o bem--estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos fixados nesta Lei.

Art. 45 - Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível à ruídos.

Art. 51 - O Órgão Municipal de Meio Ambiente inspecionará a instalação e funcionamento de aparelhos sonoros, engenhos que produzam ruídos, instrumentos de alerta, advertência e propaganda que, pela intensidade e volume de som e ruído serão controlados em decibéis por aparelho de medição de intensidade sonora.

[....]

§ 1º - o nível máximo de som ou ruídos produzidos por veículos automotores (carros, motocicletas ou congêneres) é permitido até 85 db (oitenta e cinco decibéis). E, para os carros-desom, de qualquer natureza, destinados à propaganda comercial e/ou propaganda política, é permitido até 100 db (cem decibéis). Estes decibéis são aferidos e medidos na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) do veículo parado ao ar livre, em situação normal. (Redação dada pela Lei nº 1237/2010).

[...]

§ 3º - Aplicam-se os mesmos níveis previstos no parágrafo anterior a alto-falantes, rádios, orquestras, instrumentos isolados, aparelhos e utensílios de qualquer natureza, usados em estabelecimentos comerciais ou de diversões públicas como parques de diversões, bares, restaurantes, cantinas e clubes noturnos.

[...]

§ 5 - A aferição do nível de som ou ruídos previstos no ANEXO I da presente Lei será realizada na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) de qualquer ponto das divisas do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas ou do ponto de maior intensidade de ruídos no edifício. (Redação acrescido pela Lei nº 1237/2010).

No que se refere a multa, previsto no art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/08, o valor da multa corresponde ao patamar estabelecido entre o mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Nota-se que, a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizadora de recursos ambientais em desacordo com a Legislação Ambiental.

No caso em comento, a autuada cometeu crime ambiental ao utilizar equipamento sonoro em volume acima do permitido, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental, não havendo dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2745/2017, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade fora dos padrões permitidos por lei, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto à apreensão do equipamento sonoro cuja tipificação encontra respaldo no art. 3º, IV, bem como no art. 101, I. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

...1

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

[...]

Art. 101. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

I - apreensão;

[...]

Ao confirmar a materialidade e a autoria da infração por esta autoridade julgadora com base no contexto fático amparado pelo Decreto 6.514/08, pressupõe-se a aplicação imediata de pena ao julgar o feito administrativo.

Nesse ínterim, vejamos o que dispõe a mesma legislação acerca da pena de perdimento de bens:

Art. 134. Após decisão que confirme o auto de infração, os bens e animais apreendidos que ainda não tenham sido objeto da destinação prevista no art. 107, não mais retornarão ao infrator, devendo ser destinados da seguinte forma:

[...]

IV - os instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos, utilizados pela administração quando houver necessidade, doados ou vendidos, garantida a sua descaracterização, neste último caso, por meio da reciclagem quando o instrumento puder ser utilizado na prática de novas infrações;

[...

Desta feita, mantenho a sanção aplicada pelos fiscais ambientais e ao não contemplar a possibilidade de devolução do equipamento sonoro ao infrator com fulcro no art. 134, IV, da referida legislação, aplico a pena de perdimento do bem, objeto da autuação ambiental com o fito de prevenir a ocorrência de novas infrações.

Nesse interregno, nada impede que a SPMA permaneça na guarda dos bens apreendidos após julgamento com base no art. 105 do Decreto nº 6.514/08, até o gestor ambiental adotar um posicionamento final quanto à destinação, como doação ou destruição do equipamento, visto que a responsabilidade pela guarda é do órgão fiscalizador.

III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais.

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pelo cometimento de infração ambiental ao realizar a prática de poluição sonora com a utilização de equipamento profissional (caixa de som amplificada) instalada em um veículo Chevrolet S10, placa MAX 6274, cor cinza, ano 2014/2014 (em via pública), com o nível de 90,2 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental; b) MANTENHO a SANÇÃO DE APREENSÃO com sua

b) MANTENHO a SANÇAO DE APREENSAO com sua consequente PERDA E DESTRUIÇÃO, com base no Art. 134.

IV do Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso a autuada venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso a autuada não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR a autuada e demais providências.

Boa Vista/RR, 09 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo nº 2610/2017 Autuado: CLOVIS ANTONIO DE ALMEIDA FALCÃO

#### **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

# I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 006257 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 3º inciso II, combinado com art. 79, caput do Decreto Federal 6.514/08.

O Autuado foi multado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2752/2017, pelo descumprimento do Embargo 002300 – E. O autuado realizou a atividade de oficina mecânica de máquinas pesadas, sem a devida autorização ambiental. A infração ocorreu na Av. Carlos Pereira de Melo, n° 3243, Bairro Tancredo Neves, Boa Vista-RR.

Autuado no dia 29 de novembro de 2017, às 09h., o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 09 temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 3º inciso II, combinado com art. 79 caput do Decreto Federal 6.514/08. Vejamos:

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 30 As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

[....]

II - multa simples;

[...]

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.5 14/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso em que a Autuada cometeu a prática de infração ambiental ao descumprir termo de embargo de construção irregular, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que condiz ao patamar estabelecido no art. 79 do Decreto 6514/08, in verbis:

Art. 79. Descumprir embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 2752/2017, à fl. 04.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no

parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que o Autuado descumpriu o embargo sem se preocupar com as consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

#### III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA aplicada ao Autuado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com base no art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08, tendo em vista o cometimento de infração ambiental por descumprimento de embargo e, ainda que, tenha sanado algumas das irregularidades não tem o condão de arredar a autoria e materialidade do dano ambiental causado, com isso, AFASTANDO A PRIMARIEDADE e, via de consequência, caracteriza a REINCIDÊNCIA, caso o Autuado venha cometer nova infração ambiental, nos termos do art. 11 e seus incisos do Decreto Federal nº 6.514/08;

b) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, que ficará no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

c) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

d) Por fim, não efetuado o pagamento no período acima estipulado nem apresentado recurso, certificar o trânsito em julgado administrativo da Decisão de Primeira Instância e proceder com os trâmites legais para a inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e Lei Municipal 459/98, ressaltando-se que o valor será atualizado e serão cobrados juros de mora, a partir da data da decisão final, de acordo com os ditames da Lei 8.005/90.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE ASSESSORIA JURÍDICA

> Processo n° 431519/2018 Autuado: JOSÉ VANDERLAN RODRIGUES DA SILVA

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I- RELATÓRIO

Trata-se o presente processo administrativo de Auto de Infração de Multa nº 003180 - E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do município, com incurso no art. 9°, caput, art. 27, "b" e "d", e art. 51, 1°, 2° e 5°da Lei Municipal n° 513/00.

O autuado foi multado, no valor de 500 UFM (Quinhentas Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico n° 2693/2018, o qual constatou a prática de poluição sonora com caixas amplificadas, ao nível de 72,2 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental. A infração ocorreu no Estabelecimento denominado "Meu Posto", na Rua Pedro Rodrigues n° 1440, Bairro Mecejana, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de pratica de poluição sonora no Estabelecimento denominado "Meu Posto", sem o devido licenciamento ambiental, conforme Termo de Embargo nº 005372 - E.

Autuado no dia 20 de outubro de 2018, às 23h25mim, o mesmo NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINISTRATIVA.

À fl. 08, temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligência de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro art. 9°, caput, art. 27, "b" e "d", e art. 51 1°, 2° e 5° da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

#### Lei Municipal n° 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, normas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

[....]

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR:

[...]

 d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequên-

cia a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3° do Decreto Federal n° 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

## Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, o Decreto nº 6.514/2008 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 500 UFM (Quinhentas Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos preceitos legais ambientais, ao promover poluição sonora.

Conforme a Lei Municipal nº 513/00, fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, conforme seus artigos a seguir destacados:

## Lei Municipal nº 513/00

Art. 42 - É vedado perturbar o sossego e o bemestar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos fixados nesta Lei.

Art. 45 - Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível à ruídos.

Art. 51 - O Órgão Municipal de Meio Ambiente inspecionará a instalação e funcionamento de aparelhos sonoros, engenhos que produzam ruídos, instrumentos de alerta, advertência e propaganda que, pela intensidade e volume de som e ruído serão controlados em decibéis por aparelho de medição de intensidade sonora.

[...]

§ 1º - o nível máximo de som ou ruídos produzidos por veículos automotores (carros, motocicletas ou congêneres) é permitido até 85 db (oitenta e cinco decibéis). E, para os carros-desom, de qualquer natureza, destinados à propaganda comercial e/ou propaganda política, é permitido até 100 db (cem decibéis). Estes decibéis são aferidos e medidos na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) do veículo parado ao ar livre, em situação normal. (Redação dada pela Lei nº 1237/2010).

[...]

§ 2º - o nível máximo de som ou ruído permitido em ambientes internos e externos de residências, estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços, Igrejas, vias e logradouros públicos, serão permitidos em conformidade com o ANEXO I, constante nesta Lei.

§ 5° - A aferição do nível de som ou ruídos previstos no ANEXO I da presente Lei será realizada na curva "A" do Decibelímetro (Medidor de Decibéis verificador de pressão sonora), à distância de 7 m (sete metros) de qualquer ponto das divisas do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas ou do ponto de maior intensidade de ruídos no edifício. (Redação acrescido pela Lei nº 1237/2010).

No que se refere a multa, previsto no art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/08, o valor da multa corresponde ao patamar estabelecido entre o mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao máximo de R\$ R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Nota-se que, a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizadora de recursos ambientais em desacordo com a Legislação Ambiental.

No caso em comento, o autuado cometeu crime ambiental ao utilizar equipamento sonoro em volume acima do permitido, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental, não havendo dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico n° 2693/2018, à fl. 05.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

ſ...1

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade fora dos padrões permitidos por lei, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

> Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

> I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o autuado não poderia realizar a prática de poluição sonora com caixas amplificadas, ao nível de 72,2 decibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação

Ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

> Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais:

a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de no valor de 500 UFM (Quinhentas Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental pela prática de po-luição sonora com caixas amplificadas, ao nível de 72,2 de-cibéis aferidos com o aparelho decibelímetro, ultrapassando os limites permitidos pela Legislação Ambiental; b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA

ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafó único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08;

d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autóridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o Autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o Autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o Autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 16 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora **OAB/RR 1894** 

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MEIO AMBIENTE **ASSESSORIA JURÍDICA** 

> Processo nº 434948/2018 Autuado: ELIELTON DA FONSECA DE LIMA.

# **DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

#### I - RELATÓRIO

- E, devidamente preenchido pelos fiscais ambientais do Município, com incurso no art. 9°, caput, combinado com o art. 27, "b", e "d", da Lei Municipal nº 513/00.

O autuado foi multado, no valor de 150 UFM (Cento e Cinquenta Unidades Fiscais Municipais), de acordo com o Al supra e o Parecer Técnico nº 3081/2018, o qual constatou o funcionamento de posto de lavagens e polimentos de veículos de pequeno e médio porte, sem a devida licença ambiental. A infração ocorreu na rua Nena Brasil nº 42, Bairro União, Boa Vista-RR.

Foi embargada toda e qualquer atividade de posto de lavagens e polimentos de veículos de pequeno e médio porte, conforme Termo de Embargo nº 005381- E.

Autuado no dia 30 de novembro de 2018, 11h00min., a mesma NÃO APRESENTOU DEFESA ADMINIS- preceitos legais ambientais.

TRATIVA.

À fl. 10 (verso), temos manifestação da Procuradoria do Meio Ambiente e Urbanismo, opinando pelo prosseguimento do feito.

Sem apresentação de alegações finais.

Feito remetido a julgamento.

É o breve relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Examino.

Conforme se observa nos autos, o procedimento de fiscalização se iniciou durante diligênciá de rotina.

Assim, a tipificação da infração ambiental feita pelos fiscais ambientais se deu com fulcro no art. 9°, caput, e art. 27, "b" e "d", da Lei Municipal n° 513/00. Vejamos:

Lei Municipal nº 513/00

Art. 9º A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais na área de abrangência do Município de Boa Vista, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento concedido pelo órgão municipal de meio ambiente.

Art. 27 - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública indireta, que causarem poluição e/ou degradação dos recursos naturais no território do Município de Boa Vista, ou que infringirem qualquer dispositivo desta Lei, de seus regulamentos, nor-mas decorrentes e demais legislações ambientais, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

b) Multa no valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) **UFIR**;

[...]

d) Suspensão parcial ou total das atividades, até a correção da irregularidade.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Infração é a prática de determinada conduta, que tem como consequência a aplicação de advertência, multa simples, multa diária, apreensão, destruição, suspensão, embargo, enfim, aquelas estabelecidas no art. 3º do Decreto Federal nº 6.514/08.

Como se depreende do art. 8º do referido Decreto, "a multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida perti-nente, de acordo com o objeto jurídico lesado", podendo o órgão ou entidade ambiental especificar a unidade de medida aplicável para cada espécie de recurso ambiental objeto da infração.

Decreto Federal nº 6.514/08

Art. 8° A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão--mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Assim, a Lei Municipal 513/2000 prevê em que hipóteses haverá a possibilidade de aplicação dessa sanção, como é o presente caso, sendo a medida imperiosa a aplicação de multa no valor de 150 UFM (Cento e cinquenta Unidades Fiscais Municipais), posto que houve violação dos Quanto ao valor da multa, condiz ao patamar estabelecido no Art. 27, "b" da Lei Municipal nº 513/00, que fixou valor mínimo correspondente de 05 (cinco) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) até o valor máximo de 500.000 (quinhentas mil) UFIR, onde a legislação é clara no sentido de aplicação de multa quando houver realização de atividade utilizando-se de recursos ambientais sem a devida licenca.

O auto de infração constitui ato administrativo dotado de imperatividade, presunção relativa de legitimidade e de legalidade, com a admissão de prova em contrário.

Apenas por prova inequívoca de inexistência dos fatos descritos no auto de infração, atipicidade da conduta ou vício em um de seus elementos componentes (sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade) poderá ser desconstituída a autuação.

No caso em comento, o Autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria dos fatos, conforme se depreende no Parecer Técnico nº 3081/2018, à fl. 06.

Neste contexto, o dano ambiental reclama responsabilização pela qual não há que se perquirir. Assim, ante a caracterização do dano causado pelo agente, inevitável que se lhe imponha a reparação por este dano, exatamente com fulcro no art. 225 da Constituição Federal ao consignar no parágrafo terceiro do aludido dispositivo, de modo expresso, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental, assim como impõe a sua reparação:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Portanto, mantenho o valor da multa fixada, sopesando que houve realização de atividade sem a devida licença ambiental, causando consequências danosas para o meio ambiente (art.4°, inciso I, do Decreto Federal 6.514/08).

Art. 4º O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas neste Decreto, observando: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

 I - gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Quanto ao embargo, trata-se de penalidade aplicada como sanção e como medida acautelatória no momento da fiscalização para atender aos objetivos indicados no § 1° do art. 101 do Decreto 6.514/08, in verbis:

Art.101 Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º As medidas de que trata este artigo têm como objetivo prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo.

Exatamente porque o Autuado não poderia realizar

o funcionamento de posto de lavagens e polimentos de veículos de pequeno e médio porte, sem a devida licença ambiental.

Deste modo, mantenho o embargo da referida atividade com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08:

Art. 15-B. A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental após a apresentação, por parte do autuado, de documentação que regularize a obra ou atividade. (Incluído pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

## III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a ele inerente, com a descrição objetiva e clara da infração e, a aplicação de multa em consonância com os consectários legais.

 a) MANTENHO a SANÇÃO DE MULTA no valor de 150
 UFM (Cento e Cinquenta Unidades Fiscais Municipais), pelo cometimento de infração ambiental pela prática de funcionamento de posto de lavagens e polimentos de veículos de pequeno e médio porte, sem a devida licença ambiental;

b) MANTENHO AINDA O EMBARGO DA REFERIDA ATIVIDADE com base no art.15-B, Decreto nº 6.514/08;

c) Caso a multa seja paga no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento desta decisão, contará com o DESCONTO de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da penalidade, com base no parágrafo único do art. 126, do Decreto Federal nº 6.514/08.

 d) Da Decisão de Primeira Instância caberá RECUR-SO à autoridade julgadora de Segunda Instância, no prazo de 20 (vinte) dias (art. 127 do Decreto nº 6.514/2008);

e) Caso o autuado venha a cometer nova infração ambiental, afastar-se-á a PRIMARIEDADE e, via de consequência, será caracterizada a sua REINCIDÊNCIA, que seguirá os trâmites dispostos no art. 11 e seus incisos e parágrafos do Decreto Federal nº 6.514/08;

f) Caso o autuado não cumpra a Decisão de 1ª Instância ou não apresente recurso no prazo legal, certifique--se o TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO da Decisão de Primeira Instância e após proceda-se a remessa da referida decisão à Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças para inscrição do débito em dívida ativa.

Publique-se, notifique-se por AR o autuado e demais providências.

Boa Vista/RR, 16 de novembro de 2022.

Janes Portela da Silva Júnior Autoridade Julgadora OAB/RR 1894

# SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA E TRÂNSITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA E TRÂNSITO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 1/2023

A Autoridade Municipal de Trânsito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - RR, com fulcro no artigo 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro, e no §2º do artigo 13 da Resolução Nº 619/2016 - CONTRAN, e ainda, as Resoluções CONTRAN nº 404/2012 e 574/2015 do CTB, considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT devolveram as Notificações por Infração de Trânsito, por não ter localizado os proprietários dos veículos ou os portadores dos CPF/CNPJ listados abaixo, ou, por não comprovar a entrega das respectivas Notificações aos mesmos, notifica-os das respectivas Infrações de Trânsito cometidas, concedendo-lhes, caso queiram, o prazo de 15 dias conta-

dos desta publicação no sítio https://www.boavista.rr.gov.br/diario-oficial, para interporem recurso de Defesa Prévia ou Recurso à Jari Municipal junto ao SETOR DE MULTAS – SMTRAN/SMST/PMBV/RR, ou, em caso de infração de responsabilidade de condutor, o proprietário do veículo poderá indicar o condutor responsável (conforme os termos legais do art. 257 do CTB), junto ao endereço: AVENIDA CAP. JÚLIO BEZERRA Nº 1481 - BAIRRO 31 DE MARÇO - CEP 69.305-294 - BOA VISTA - RORAIMA.

- 1. Todas as Notificações por Infração de Trânsito estão listadas para conhecimento e consulta permanente no link: https://transparencia.boavista.rr.gov.br/multas
- 2. Os formulários para apresentação de Defesa Prévia ou Recurso à Jari Municipal, podem ser requeridos através do e-mail: smstmulta.pmbv.rr@gmail.com
- 3. Para realizar consultas ou impressão de AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO E EMISSÃO DE BOLETOS PARA PAGAMENTO, acessar o link: https://radar.serpro.gov.br/main.html#/cidadao
- 4. Para Baixar a CNH DIGITAL acessar: Carteira Digital de Trânsito Apps no Google Play

Ozéias Pereira da Silva Chefe da Divisão de Multas e Processamento de Dados — SMTRAN/SMST/PMBV

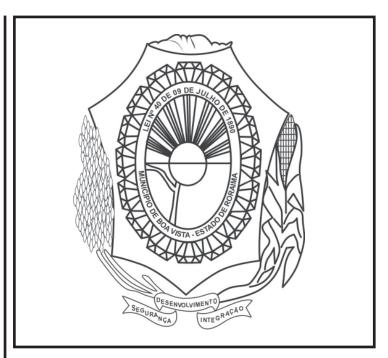
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA E TRÂNSITO SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 2/2023

A Autoridade Municipal de Trânsito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - RR, com fulcro no artigo 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro, e no §2º do artigo 13 da Resolução Nº 619/2016 - CONTRAN, e ainda, as Resoluções CONTRAN nº 404/2012 e 574/2015 do CTB, considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT devolveram as Notificações por Infração de Trânsito, por não ter localizado os proprietários dos veículos ou os portadores dos CPF/CNPJ listados abaixo, ou, por não comprovar a entrega das respectivas Notificações aos mesmos, notifica-os das respectivas Infrações de Trânsito cometidas, concedendo-lhes, caso queiram, o prazo de 15 dias contados desta publicação no sítio https://www.boavista.rr.gov. br/diario-oficial, para interporem recurso de Defesa Prévia ou Recurso à Jari Municipal junto ao SETOR DE MULTAS -SMTRAN/SMST/PMBV/RR, ou, em caso de infração de responsabilidade de condutor, o proprietário do veículo poderá indicar o condutor responsável (conforme os termos legais do art. 257 do CTB), junto ao endereço: AVENIDA CAP. JÚLIO BEZERRA Nº 1481 - BAIRRO 31 DE MARÇO - CEP 69.305-294 - BOA VISTA - RORAIMA.

- 1. Todas as Notificações por Infração de Trânsito estão listadas para conhecimento e consulta permanente no link: https://transparencia.boavista.rr.gov.br/multas
- 2. Os formulários para apresentação de Defesa Prévia ou Recurso à Jari Municipal, podem ser requeridos através do e-mail: smstmulta.pmbv.rr@gmail.com
- 3. Para realizar consultas ou impressão de AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO E EMISSÃO DE BOLETOS PARA PAGAMENTO, acessar o link: https://radar.serpro.gov.br/main.html#/cidadao
- 4. Para Baixar a CNH DIGITAL acessar: Carteira Digital de Trânsito Apps no Google Play

Ozéias Pereira da Silva Chefe da Divisão de Multas e Processamento de Dados – SMTRAN/SMST/PMBV





# **Poder Legislativo**

Presidente:
 Genilson Costa e Silva
 Primeiro Vice-Presidente:
 Juliana Alves Garcia de Almeida
 Segundo Vice-Presidente:
 Ilderson Pereira Silva
 Primeiro Secretário:
Aline Maria de Menezes Rezende Chagas
 Segundo Secretário:
 (Vago)
 Terceiro Secretário:
 Aderval da Rocha Ferreira Filho

Aderval da Rocha Ferreira Filho, Adnan Wadson de Lima, Aline Maria de Menezes Rezende Chagas, Bruno Perez de Sales, Eronilson Bispo Feitosa, Gabriel Mota e Silva, Genilson Costa e Silva, Gildean dos Santos, Ilderson Pereira, Ítalo Otávio Teixeira Pinto, João Kleber Martins de Siqueira, Juliana Alves Garcia de Almeida, Júlio Cézar Medeiros Lima, Vélton Quincozes Poleto, Leonel de Souza Oliveira, Manoel Neves de Macedo, Maria Inês Maturano Lopes, Melquisedek da Silva Menezes, Moacival Daniel Mangabeira, Zélio dos Santos Mota, Sandro Denis de Souza Cruz, Thiago Coelho Fogaça, Wan Kenobby Cha Costa.